



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF nº 33.352.394/0001-04 NIRE nº 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Relatório da Administração de 2025 foi bastante desafiador para a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE). Exatamente quando completamos 50 anos de fundação, foi preciso confrontar grandes adversidades nos temas ligados às finanças e à governança corporativa. Nosso intuito é enaltecer a grandeza desta Companhia, que capta e trata água com excelência há mais de 160 anos, sempre primando pela máxima qualidade técnico-operacional e pela garantia da segurança hídrica para a população do Estado do Rio de Janeiro.

Entretanto, em 2025, enfrentamos obstáculos financeiros e regulatórios. Aumento de custos e ataques às nossas receitas. Uma equação difícil para seguirmos com projetos estruturantes no Estado, como a construção do Guandu 2, que vai beneficiar 3 milhões de pessoas na Baixada Fluminense. Nossos principais sistemas de tratamento de água também estão sendo modernizados. Temos laboratórios de ponta que monitoram a qualidade da água 24 horas por dia, para que cada gota seja segura para o consumo humano.

A CEDAE é uma empresa estatal, que fornece a água que é distribuída para três grandes concessionárias na Região Metropolitana, além da atuação em 15 municípios no interior do Estado. São 13 milhões de pessoas assistidas hoje. Só com a CEDAE forte conseguiremos produzir água para atender igualmente a todas as regiões do Rio de Janeiro, assegurando saúde pública ao povo fluminense. Essa é nossa missão.

Rafael Rolim
Diretor-Presidente da Cedae

2. DESTAQUES 2025

Informações Financeiras					
Descrição	Unidade	2025	2024	Var. %	
Ativo	R\$/Milhares	13.961.512	14.449.298	-3,4%	
Patrimônio Líquido	R\$/Milhares	5.061.443	6.417.328	-21,1%	
Receita Operacional Líquida	R\$/Milhares	3.223.876	3.251.402	-0,8%	
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	R\$/Milhares	(423.939)	627.397	-167,6%	
Resultado Financeiro Líquido	R\$/Milhares	781.439	509.512	53,4%	
EBITDA	R\$/Milhares	(272.745)	780.944	134,9%	
Lucro / (Prejuízo) Líquido	R\$/Milhares	219.393	1.020.258	78,5%	
Empréstimo e Financiamento	R\$/Milhares	759.928	599.968	26,7%	
Passivo Atuarial *	R\$/Milhares	258.586	325.818	20,6%	
Total da Dívida Bruta	R\$/Milhares	1.018.514	925.786	10,0%	
Disponibilidade	R\$/Milhares	(2.383.119)	(2.784.708)	-14,4%	
Total da Dívida Líquida	R\$/Milhares	(1.364.605)	(1.858.922)	-26,6%	
Dívida Líquida / EBITDA	R\$/Milhares	5,00	(2,38)	-310,2%	
Dívida Líquida / PL	R\$/Milhares	(0,27)	(0,29)	-6,9%	

(1) Refere-se à Dívida da Prece Previdência Complementar, conforme Nota 20 das Notas Explicativas.

3. PERFIL DA COMPANHIA

A CEDAE é uma empresa de economia mista, sediada no município do Rio de Janeiro e tem como acionista majoritário o Estado do Rio de Janeiro. Hoje, no novo cenário pós-concessão, a Companhia é responsável, principalmente, pelo serviço Upstream, que compreende a reservação, a captação, a adução e o tratamento de água bruta, vendida às concessionárias. Atualmente possui 675 acionistas minoritários com 0,0004% da totalidade das ações e o Estado do Rio de Janeiro como acionista majoritário possui 99,9996%.



4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A CEDAE vem promovendo, de forma permanente, a atualização de sua infraestrutura e a incorporação de soluções tecnológicas voltadas ao aprimoramento dos processos internos, ao aumento da eficiência operacional e à manutenção dos padrões de qualidade no abastecimento de água. Tais investimentos estratégicos são essenciais para o fortalecimento da segurança hídrica, a mitigação de perdas e a promoção da sustentabilidade dos recursos naturais.

Em 2025, foi inaugurado o Laboratório de Análises Ambientais e Pesquisas Aplicadas (LAAPA), estrutura estratégica para a análise e o monitoramento de efluentes gerados pelas estações de tratamento de água e de esgoto nos municípios do interior do Estado, em atendimento às exigências do licenciamento ambiental e aos programas de autocontrole ambiental. A Companhia ainda obteve a acreditação na ISO/IEC 17025 dos Laboratórios de Investigação Biológica e Rastreamento Ambiental (LIBRA) da ETA Laranjal e da Tijuca, e recebeu a Certificação ISO 9001 na ETA Guandu.

Tais iniciativas reforçam o compromisso institucional com a proteção dos recursos hídricos, com as diretrizes ESG e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3, 6 e 9), além de fortalecer a credibilidade técnica da Companhia e estimular parcerias técnico-científicas. A evolução da gestão da qualidade resultou, pela primeira vez em sua história, na conquista do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS), reconhecimento que destaca organizações alinhadas às melhores práticas do setor.

A seguir, destacamos as principais iniciativas de 2025:

Modernização de Infraestrutura

- Aquisição de motores para bombas de grande porte dos sistemas Guandu-Lemeirão e Imunana-Laranjal;
- Reforma e modernização de estruturas e equipamentos essenciais dos sistemas Guandu-Lemeirão, Imunana-Laranjal, Ribeirão das Lajes, Acaí, Japeri e Campos Eliseos;

- Reforma e modernização do sistema de cloração da ETA Laranjal;
- Implementação do Plano de Segurança da Água (PSA) da ETA Laranjal, conforme preconizado pela OMS;
- Aquisição de gerador elétrico para suprimento de energia da ETA Japeri.

Monitoramento e Automação

- Criação de um centro de monitoramento ambiental para as bacias dos rios Guapiaguí e Macacu;
- Início do monitoramento ambiental da bacia do rio Guandu;
- Lançamento da Plataforma IAGUAS, sistema de monitoramento ambiental inteligente baseado em modelo computacional preditivo;
- Expansão dos Laboratórios de Investigação Biológica e Rastreamento Ambiental (LIBRA) da ETA Guandu e da ETA Laranjal;
- Implementação de método para quantificação de compostos orgânicos voláteis na ETA Laranjal;
- Aquisição de equipamentos de identificação e quantificação de substâncias químicas para a ETA Guandu e a ETA Laranjal.

Capacitação e Gestão da Qualidade

- Obtenção da Certificação ISO 9001 na ETA Guandu;
- Acreditação do LIBRA Laranjal e do LIBRA Tijuca para a ISO 17025;
- Credenciamento do LIBRA Laranjal no INEA.

Investimentos no Interior do Estado

- Inauguração do Laboratório de Análises Ambientais e Pesquisas Aplicadas (LAAPA);
- Reforma e modernização de sistemas de tratamento de água nos municípios de Mangaratiba, Itaperuna, Sapucaia, Laje do Muriaé, Macaé, Cardoso Moreira, São João da Barra, Porciúncula, Engenheiro Paulo de Frontin, Barra do Pirai, Quissamã, Santa Maria Madalena e Itaúva;
- Aquisição de aparelhos para verificação da qualidade da água, como seladora, incubadoras, turbidímetros, sistema de linha de gases e equipamentos para análises biológicas;
- Aquisição de equipamentos para a realização de projetos de educação ambiental;
- Assentamento de 6,1 km de rede distribuidora de água potável nos municípios de São João da Barra, Cardoso Moreira e Macaé;
- Construção de laboratório na ETA Itaperuna para análise e controle da qualidade da água distribuída nos municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Laje do Muriaé, Porciúncula e Varre-Sai.

Essas ações reforçam o compromisso da CEDAE com a inovação, a sustentabilidade e a melhoria contínua dos seus serviços.

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

Indicadores	Unidade	Cliente*	2025	2024	Var. %
Volume de Água Tratada	1000 m³	Concessionárias	1.746.841	1.779.489	-2%
		Consumidor	58.592	56.514	4%
		Total	1.805.433	1.836.003	-2%
Consumo da energia elétrica	kWh	Produção de água	527.866.369	523.063.532	1%
		Distribuição de água	269.841.613	275.278.842	-2%
		Tratamento de esgoto	2.241	3.823	-41%
		Coleta de esgoto	1.200	1.200	0%
		Administração	5.208.837	5.583.734	-7%
		Total	802.920.260	803.931.131	0%

Índice de consumo de energia elétrica em sistemas de abastecimento de água (IN058)

* Nos sistemas de abastecimento de água da Região Metropolitana, a CEDAE é responsável pelas etapas de captação e tratamento da água, cabendo às concessionárias Águas de Niterói, Águas do Rio, Rio Mais Saneamento e Igua a atividade de distribuição. Com a concessão dos serviços de saneamento, essas empresas passaram a constituir os principais clientes da Companhia. Nos sistemas de abastecimento do interior do Estado, a CEDAE permanece responsável pelas atividades de captação, tratamento e distribuição de água, tendo como clientes diretos os consumidores finais.

5. CENÁRIO ECONÔMICO

A economia brasileira encerrou 2025 apresentando resiliência diante de um cenário internacional complexo. Ao longo do ano, o custo do capital global permaneceu elevado devido à política monetária restritiva nos Estados Unidos, o que manteve o dólar fortalecido e limitou o fluxo de investimentos para países emergentes.

Adicionalmente, o ambiente global foi marcado pela continuidade das tensões comerciais. As medidas protecionistas e a guerra comercial entre potências, especialmente envolvendo restrições tarifárias entre EUA e China, afetaram o comércio global, elevando custos e reconfigurando cadeias de suprimentos. A China, principal parceiro comercial do Brasil, também enfrentou desafios estruturais, com desaceleração do crescimento e ajustes no setor imobiliário.

Apesar desse cenário externo adverso, o PIB brasileiro registrou crescimento próximo a 2,3%, amparado pelos setores de serviços e agropecuária. O mercado de trabalho manteve-se aquecido, encerrando o quarto trimestre com a taxa de desemprego na casa dos 5,6%, o que favoreceu a manutenção da renda das famílias.

No aspecto inflacionário, o processo de desinflação teve continuidade. O IPCA encerrou o ano em 4,26%, situando-se dentro do intervalo de tolerância da meta. Entretanto, as incertezas sobre a sustentabilidade fiscal e a necessidade de reanovar as expectativas levaram o Banco Central a manter uma postura conservadora. O Copom encerrou 2025 com a taxa Selic em 15,00% a.a., em patamar restritivo.

Perspectivas para 2026

No ambiente externo, as projeções globais passaram por ajustes no primeiro trimestre de 2026. Nos Estados Unidos, a expectativa de cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed) recuou. A inflação americana apresentou resistência, com o índice de preços ao produtor (PPI) acima do esperado, levando o Fed a adotar cautela quanto ao início da flexibilização monetária.

No mercado financeiro, observou-se um movimento de reprecificação. Índices como S&P 500 e Nasdaq registram correções, refletindo um maior ceticismo dos investidores em relação aos retornos de curto prazo dos investimentos em Inteligência Artificial (IA). No âmbito comercial, a imposição de uma nova tarifa global de 15% pelo governo americano gerou incertezas para as cadeias produtivas. Contudo, análises indicam que o Brasil pode se beneficiar pontualmente da readequação dessas tarifas em substituição a antigas sobretaxas.

O principal vetor de atenção externa em 2026 concentra-se no Oriente Médio, com o conflito envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã. A instabilidade na região elevou os preços do petróleo, trazendo preocupações quanto ao fluxo logístico no Estreito de Ormuz. Esse cenário adiciona riscos de pressões inflacionárias globais via custos de frete e energia.

No Brasil, o desempenho da atividade econômica em 2026 deve ser parecido com o de 2025, com desvios dependendo da transmissão do cenário externo, apesar dos riscos mapeados. Sob a perspectiva interna, a percepção dos agentes quanto à responsabilidade fiscal do próximo governo — dado o ciclo eleitoral — será crucial para as expectativas de inflação e produção.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF nº 33.352.394/0001-04 NIRE nº 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.brGOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

As perspectivas para 2026 indicam um crescimento econômico mais moderado, refletindo o efeito desfasado dos juros sobre o crédito. A economia continua operando com o mercado de trabalho aquecido, o que ampara o consumo, mas impõe atenção à inflação de serviços. O início da isenção de imposto de Renda para salários de até R\$ 5 mil é um fator adicional que pode influenciar a demanda agregada.

A alteração no cenário externo modificou o balanço de riscos do Banco Central, refletindo nas recentes elevações nas expectativas de mercado para o IPCA, dada a alta internacional do petróleo. O risco de repasses secundários dos combustíveis para a cadeia produtiva pode indicar que a calibragem do ciclo de cortes da taxa Selic deverá ser conduzida com gradualismo.

Em resumo, 2026 apresenta-se como um ano em que a estabilidade do mercado de trabalho, a manutenção do crédito e a contribuição do agronegócio tendem a atenuar os efeitos de um ambiente externo volátil, demandando das autoridades uma condução econômica pautada pela disciplina fiscal e cautela monetária.

6. SITUAÇÃO HÍDRICA

A CEDAE, como responsável pelos sistemas de abastecimento de água na região metropolitana do Rio de Janeiro e parte dos municípios do interior do Estado, mantém uma vigilância constante sobre os mananciais utilizados para fornecer água tratada à população. Esse monitoramento contínuo é essencial na tomada de decisões estratégicas, principalmente diante das crescentes oscilações na qualidade e na quantidade de água, que são cada vez mais frequentes e agravadas por eventos climáticos extremos associados às mudanças climáticas.

Dada a sua relevância estratégica, a bacia do Rio Paraíba do Sul é um dos principais focos de atenção. Como o principal curso d'água do estado, ela atende diversas localidades e abastece cerca de 75% da população fluminense, incluindo a Região Metropolitana. Esse fornecimento ocorre por meio da transposição de águas para a bacia do Rio Guandu, realizada na Usina de Santa Cecília, em Barra do Piraí, que serve como manancial para as ETAs Japeri e Campos Eliseos, além da ETA Guandu — o maior sistema produtor de água tratada da Companhia, responsável pelo abastecimento de aproximadamente 9 milhões de pessoas.

No início de 2025, a bacia apresentou vazões naturais favoráveis ao armazenamento no Reservatório Equivalente, que integra os volumes úteis de Paraíba (SP), Santa Branca (SP), Funil (RJ) e Jaguari (SP). Esse cenário positivo de estocagem deveu-se, principalmente, à manutenção da Resolução Conjunta ANA/DAEE/IGAM/INEA nº 1382/2015, que estabelece as condições de operação para o Sistema Hidráulico da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

Nesse contexto, o ano iniciou com um volume equivalente de 64,53%, destacando-se as vazões de janeiro e fevereiro que elevaram o armazenamento para 78,53% ao final do período úmido, em abril. Esta é uma condição confortável para a garantia da vazão necessária aos usos múltiplos na bacia ao longo do período seco, momento em que o consumo tende a superar a disponibilidade natural e o estoque acumulado passa a ser utilizado. Cabe registrar que o período seco de 2025 apresentou vazões naturais bem abaixo da média, compatíveis com o pior ano da série histórica em 2014. No entanto, devido às condições favoráveis acumuladas anteriormente, o volume estocado na bacia encerrou outubro em 43,54%. Este índice representa uma margem segura para o início do novo período úmido, quando se espera a recomposição natural das reservas e a elevação do armazenamento equivalente.

Entretanto, a expectativa do retorno de precipitações significativas nos meses finais de 2025 não se confirmaram, registrando vazões naturais inferiores a 2014, configurando segundo o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, um cenário de seca excepcional correspondente ao nível mais severo de estresse hídrico conforme a metodologia de Índice de Seca Bivariado - TSI. Assim, ao invés de recuperar o volume de armazenamento dos reservatórios no início do período úmido, os estoques continuaram reduzindo, atingindo-se um volume inferior a 35% no final de 2025, valor bem abaixo do esperado para essa época do ano.

Para o início de 2026, a expectativa é que o reservatório equivalente feche o período úmido, em meados de abril, com cerca de 56%. Esse nível permitirá a manutenção das vazões e volumes necessários ao atendimento da demanda de usos múltiplos durante o ciclo seco. Todavia, até o final de janeiro, as precipitações não tem se confirmado conforme as projeções dos modelos climáticos.

Os dados apresentados acima criam um cenário de incertezas para a Companhia, sendo recomendadas medidas de controles hídricos mais rigorosas para os agentes e usuários da bacia do Paraíba do Sul.

Quanto à qualidade da água do manancial, o Sistema Guandu enfrenta vulnerabilidades críticas, como o risco de acidentes com cargas perigosas na rodovia BR-116 e a degradação por atividades minerárias e esgoto in natura. Atualmente, o Distrito Industrial de Queimados representa a ameaça de acidentes tecnológicos mais severa devido ao manejo de produtos químicos e lançamento de efluentes industriais diversos agravado pela localização geográfica, visto que o deságue de seus efluentes ocorre a cerca de 7 km a montante da captação da ETA Guandu.

No Sistema Imuana-Laranjal, o manancial de captação (Canal de Imuana) operou em nível crítico por aproximadamente 68% do tempo entre os meses de agosto e outubro de 2025. A estiação prolongada impactou diretamente a capacidade produtiva do sistema, exigindo a redução da vazão captada no manancial e, consequentemente, da vazão produzida na ETA Laranjal durante 8 dias, intercalados entre os meses de setembro e outubro. A maior redução registrada foi de aproximadamente 14% da vazão média de operação do sistema. Nesse contexto, foi necessário acionar o plano de contingência para estações, conforme previsto no Procedimento Operacional Padrão (POP) de estações. O acionamento das bombas de recalque de fundo ocorreu de forma intermitente por 48 dias ao longo do período seco. O aumento de matéria orgânica ocasionada por despejos sanitários ou industriais pode aumentar consideravelmente a proliferação descontrolada de microrganismos, como cianobactérias que alteram a qualidade da água bruta captada, ocasionando alterações nos processos de tratamento para manter a água tratada dentro dos padrões de qualidade exigidos.

Nos sistemas mencionados, eventos adversos na qualidade da água dos mananciais podem impactar a produção, resultando na redução de vazão produzida, paralisação do sistema de produção. Tais ocorrências elevam os custos operacionais devido ao uso extraordinário de insumos, como o carvão ativado, e a maior demanda de mão de obra em ações de contingências. Além disso, esses cenários exigem a intensificação do monitoramento da qualidade da água em toda a bacia hidrográfica.

Visando a garantia da segurança hídrica e sanitária da produção, a CEDAE mantém um robusto sistema de monitoramento ambiental na bacia hidrográfica dos rios Guandu e Canal de Imuana. Esse controle é realizado por meio de embarcações, drones e helicópteros, além de câmeras de alta tecnologia e sondas para medições automáticas e contínuas de parâmetros físico-químicos, orgânicos, inorgânicos, bacteriológicos na captação da água bruta. Essa estrutura permite a detecção imediata de alterações decorrentes de atividades poluidoras, como despejos industriais, esgotos doméstico ou o descarte de resíduos às margens dos rios. Ao longo do ano, foram realizadas cerca de um milhão de análises ambientais de qualidade de água bruta ou de efluentes visando o monitoramento dos mananciais utilizados pela Companhia e maior controle sobre potenciais impactos aos corpos hídricos receptores.

No Guandu, destacam-se ainda a operação da Unidade de Tratamento do Rio Queimados, a remoção de macrófitas aquáticas e resíduos sólidos do espelho d'água a montante da captação e o bombeamento de até 3 m³/s do rio Guandu para a Lagoa Grande do Guandu. Encontra-se em implantação a ampliação deste sistema para até 5 m³/s.

Juntas, a ETA Guandu e a ETA Laranjal atendem a cerca de 11 milhões de habitantes, sendo estes os sistemas que possuem maiores vulnerabilidades a riscos antrópicos e ambientais associados à segurança hídrica de suas captações. A adoção das medidas citadas acima permite a identificação precoce de riscos à quantidade e à qualidade da água bruta, além de possibilitar a otimização do tempo de resposta e da atuação dos órgãos ambientais na identificação de irregularidades e crimes ambientais.

As captações do Sistema Acaí estão localizadas no interior da Reserva Biológica do Tinguá, uma unidade de conservação dedicada à preservação dos mananciais utilizados para o abastecimento público desde o Período Imperial. Apesar de sua localização em uma área com vegetação extremamente preservada e sem influência significativa de atividades humanas, o sistema registrou, em 2025, estiação severa, entre junho e dezembro, afetando a disponibilidade hídrica dos mananciais. Em setembro, após o período seco, registrou-se uma redução de aproximadamente 40% em relação ao volume médio normalmente produzido neste período. No acumulado de 2025 houve uma redução de 16% em relação ao volume médio produzido em 2024 e de 26% frente ao volume médio produzido em 2023. Como se trata de uma água captada em área de conservação, a qualidade dos mananciais é, de maneira geral, excelente. No entanto, por serem mananciais superficiais de serra, a turbidez e a cor da água elevam-se rapidamente em dias chuvosos, impactando o tratamento.

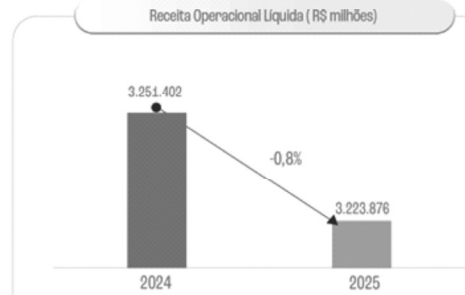
No Sistema Ribeirão das Lajes, a captação ocorre na Represa de Lajes - um manancial preservado e com baixa ação antrópica, sofrendo pouco impacto por chuvas ou escassez. No entanto, o sistema apresenta um aumento sazonal de turbidez entre abril e julho. Durante o ano de 2025, não foram identificados eventos de redução da produção relacionados à variação da qualidade da água bruta. Além disso, o reservatório manteve um volume útil elevado ao longo do período, permanecendo sempre acima de 82% da capacidade de armazenamento.

No interior do Estado do Rio de Janeiro, não foram identificados impactos significativos nas captações das unidades em que a CEDAE possui atividade, com exceção das captações localizadas nos municípios de Mangaratiba e São João da Barra. Em Mangaratiba, o principal sistema de abastecimento enfrentou dificuldades devido à redução histórica na vazão do Rio do Saco durante a estiação. Já em São João da Barra, localizado próximo à foz do Rio Paraíba do Sul, a operação foi influenciada pela seca nos afluentes mineiros Pomba e Muriaé. A menor velocidade das águas e o avanço da intrusão da língua salina (região de estuário) nos momentos de mar cheia acarretaram interrupções esporádicas na produção do sistema de local.

7. RESULTADO FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida de 2025 totalizou R\$ 3.223.876, 0,8% inferior ao ano de 2024, conforme gráfico apresentado abaixo:



Basicamente o fator que influenciou a redução da receita líquida, nos períodos comparativos, foi decorrente o acordo realizado com a AGENERSA para o pagamento da taxa de regulação dos períodos 12/2021 a 02/2025 incidente sobre o faturamento da produção de água fornecida às concessionárias e a redução dos consumos nos municípios atendidos. Atualmente a Companhia tem o foco na prestação dos serviços de captação, adução e tratamento de água bruta e adução de água tratada até os pontos de entrega às concessionárias (serviços upstream).

CUSTOS E DESPESAS

Em 2025, os custos e despesas, que correspondem ao somatório dos custos dos serviços vendidos, despesas com vendas, despesas administrativas e outras despesas decorrentes da exploração dos serviços de água, totalizaram R\$ 3.647.815 contra R\$ 2.624.005 no ano de 2024, acréscimo de 39,0%. A tabela a seguir demonstra os custos e despesas nos períodos comparativos:

Descrição - R\$ Milhares	2025	2024	Var. %
1. Pessoal	972.590	890.255	9,2%
2. Material	226.639	222.326	1,9%
3. Serviços de Terceiros	990.351	793.664	24,8%
4. Acordos Judiciais	292.852	17.474	1575,9%
5. Despesas Gerais	130.526	93.431	39,7%
6. Depreciações e Amortizações	151.194	153.547	-1,5%
7. Provisão para Devedores Duvidosos	(158.613)	(197.148)	-19,5%
8. Provisões Contingências	314.473	281.173	11,8%
9. Provisão Atuarial	363.175	293.719	23,6%
10. Prov.p/perdas Acordo Coop. Águas do Rio 4	871.662	-	100,0%
11. Prov.p/perdas Aplic.Financ.-Banco Master	222.757	-	100,0%
12. Reversão Provisão Mínimo por Economia	(711.559)	-	-100,0%
13. Outras despesas/(receitas) operacionais	(18.232)	75.564	-124,1%
Despesas e Custos Operacionais	3.647.815	2.624.005	39,0%

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os itens que compõem os custos das vendas e dos serviços prestados, despesas com vendas e administrativas que apresentaram variações mais significativas:

i. **Pessoal:** Os gastos com pessoal em 2025 apresentaram um acréscimo de 9,2% em relação a 2024, motivado basicamente pelo aumento salarial de acordo com o Dissídio Coletivo.

ii. **Serviços de Terceiros:** Os gastos com serviços de terceiros em 2025, apresentaram um acréscimo de 24,8% em relação 2024, principalmente em função dos gastos com serviços de operações de sistemas.

iii. **Acordos Judiciais:** Em 2025 apresentaram aumento de 1575,9% em relação ao ano de 2024, em função dos Acordos Consensuais de reequilíbrio econômico-financeiro com o Consórcio Camargo Correa/Sergen/Engel Form II, Molitlan Investimentos e Participações e Consórcio Medeiros Darwin.

iv. **Despesas Gerais:** O aumento de 39,7% em relação ao ano de 2024, basicamente ocorreu pelas indenizações por danos a terceiros e pela participação em Programas Municipais do Meio Ambiente ocorridos em 2025.

v. **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD):** Em 2025 ocorreu redução de 19,5%, em relação a 2024, em função da mudança no modelo de negócios da Companhia trazida pelos leilões de concessão dos Blocos 1, 2, 3 e 4.

vi. **Provisões Contingências:** O aumento de 11,8% nas Provisões para Contingências em relação ao ano de 2024 decorreu basicamente do aumento em execuções trabalhistas.

vii. **Passivo Atuarial:** O aumento de 23,6% em relação a 2024, ocorreu em função dos passivos em relação a Prece e a Cedae Saúde.

viii. **Provisão p/Perdas c/Aplicações Financeiras - Banco Master:** Em 18 de novembro de 2025, o Banco Central do Brasil decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master, instituição emissora da aplicação financeira da Companhia na modalidade Certificado de Depósito Bancário (CDB). Com a liquidação extrajudicial, os pagamentos do banco foram suspensos, e a Companhia deverá realizar a habilitação de crédito junto ao liquidante designado. Seguindo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis, a Companhia realizou uma avaliação da recuperabilidade do crédito. Considerando a ordem de preferência dos credores, o histórico de recuperações similares e a adoção de uma postura conservadora, a Administração da Companhia optou por reconhecer a perda integral do valor mediante a constituição de uma provisão.

ix. **Provisão p/ Perdas com Acordo de Cooperação e Convergência - Águas do Rio 4:** Em 10 de julho de 2023, foi celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, a CEDAE e as Águas do Rio 4 Termo de Compromisso tendo por objeto a concessão, de forma excepcional e provisória, de diferimento de 22% sobre o valor das faturas mensais de fornecimento de água com previsão de ressarcimento à CEDAE garantida pelo Estado enquanto tramitava o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão nº 33/2021 em



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

decorrência dos alegados impactos relacionados à política de tarifa social do Bloco IV.

Em 6 de junho de 2025, tendo em vista o reequilíbrio econômico-financeiro, foi celebrado Termo de Distrato nº 23/2025 ao Termo de Compromisso entre o Estado, a CEDAE e a Águas do Rio 4, com a previsão da obrigação da Águas do Rio 4 de indenizar a CEDAE pelo montante de R\$ 811.760 mil em razão do diferimento no prazo de até 36 (trinta e seis) meses.

Na mesma data, a CEDAE e a Concessionária Águas do Rio 4 firmaram o Termo nº 24/2025 de Acordo de Cooperação e Convergência no qual a Águas do Rio 4, reconhecendo a dívida, se compromete à entrega de obras em um período máximo de três anos, para fins de indenização do referido montante. (cláusula 2.1). Nos termos da cláusula 2.3, seria definido no prazo de até 90 (noventa) dias o respectivo cronograma de execução, o que, até a presente data, não ocorreu. Assim, considerando a incerteza quanto à realização do ativo, a Administração da Companhia optou, adotando uma postura de prudência, pela constituição da provisão contábil correspondente à dívida.

Ressalta-se que, não obstante a constituição da provisão, a Companhia adotará todas as medidas cabíveis com o objetivo de garantir o adimplemento, pela Águas do Rio 4, das obrigações referentes à indenização devida à CEDAE.

x. **Reversão Provisão Mínimo por Economia:** Em 01/05/2026, no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1.584.607, o Supremo Tribunal Federal revisou o Tema 414 da repercussão geral e reconheceu a legalidade da cobrança de tarifa mínima por economias, com efeito vinculante e eficácia erga omnes.

Em razão desse entendimento, os processos ainda em trânsito em julgado que versam sobre a matéria deverão ser julgados improcedentes, nos termos da tese fixada pelo STF. Consequentemente, o risco jurídico atribuído a essas demandas, classificado como 'provável', foi reclassificado para remoto.

xi. **Outras Despesas/Receitas Operacionais:** Este decréscimo de 124,1% em relação a 2024, ocorreu basicamente em função do aumento das reversões das provisões ocorridas em 2024, sobre outras despesas operacionais.

RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado financeiro líquido aumentou 53,4% ou R\$ 271.927 comparado com o exercício anterior de R\$ 509.512 em 2024 para R\$ 781.439 mil em 2025, conforme tabela a seguir:

Composição do Resultado Financeiro Líquido		Exercícios		
R\$ milhares	2025	2024	Var. %	
Receitas Financeiras	888.612	608.073	46,1%	
Atualização monetária	136.325	134.512	1,3%	
Rendimentos de aplicações financeiras	418.421	271.454	54,1%	
Atualização monetária do Ativo Financeiro	160.836	178.832	-10,1%	
Atualização monet. Acordo de Cooperação Águas do Rio 4	150.825	-	100,0%	
Juros auferidos	13.915	17.200	-19,1%	
Multas por impropriedade	2.603	2.600	0,1%	
Descontos obtidos e bonificações	5.687	3.475	63,7%	
Despesas Financeiras	(107.173)	(98.561)	8,7%	
Juros passivos s/parcelamentos tributários	(47.395)	(61.479)	-22,9%	
Juros e variações monetárias s/empréstimos e financiamentos	(57.303)	(34.270)	67,2%	
Multas, juros e acréscimos moratórios s/pagamentos em atraso das obrigações tributárias	(1.366)	(390)	250,3%	
Outras	(1.109)	(2.422)	-54,2%	
Resultado Financeiro Líquido	781.439	509.512	53,4%	

i. **Receitas Financeiras:** O aumento de 46,1% nas receitas financeiras, comparando-se ao ano anterior é decorrente, basicamente pela atualização monetária do Acordo de Cooperação com a Concessionária Águas do Rio 4 e pelos rendimentos de aplicações financeiras em relação a taxa Selic.

ii. **Despesas Financeiras:** O aumento de 8,7%, comparando-se ao ano anterior, é resultado, principalmente, pela influência nos juros sobre empréstimos e financiamentos.

RESULTADO LÍQUIDO

ACEADE registrou Lucro Líquido de R\$ 219.393 em 2025, representando um decréscimo de 78,5% em relação ao lucro de R\$ 1.020.258 registrado em 2024. Esse decréscimo decorre principalmente: I) Pela Provisão para Perdas com o Acordo de Cooperação e Convergência com a Concessionária Águas do Rio 4, II) Pela Provisão para Perdas em aplicações financeiras (Banco Master) e III) pelos acordos judiciais. O lucro líquido é demonstrado conforme tabela a seguir:

Composição do Lucro Líquido		Exercícios		
R\$ Milhares	2025	2024	Var. %	
(+) Resultado antes do resultado financeiro	(423.939)	627.397	-167,6%	
(+/-) Resultado financeiro	781.439	509.512	53,4%	
(-) Contribuição Social e Imposto de Renda	(138.107)	(116.651)	18,4%	
(=) Lucro/(Prejuízo) Líquido	219.393	1.020.258	-78,5%	

GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)

Em 2025, a CEDAE apresentou redução operacional consolidada de caixa de (R\$ 272.745) contra a geração operacional consolidada R\$ 780.944 em 2024, ou seja, uma redução de 134,9% (ou R\$ 1.053.689) ocorrida em função da redução do resultado operacional. O EBITDA é uma medição não contábil adotada pela Companhia, calculada de acordo com a Instrução CVM 527/2012, consistindo no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

Descrição - R\$ Milhares		Exercícios		
	2025	2024	Var. %	
(=) EBIT	(423.939)	627.397	-167,6%	
Margem EBIT (%)	-13,10%	19,30%	-167,9%	
(+) Depreciação e amortização	151.194	153.547	-1,5%	
(=) EBITDA	(272.745)	780.944	-134,9%	
Margem EBITDA (%)	-8,50%	24,00%	-135,4%	
(+) Prov.Perdas-Ac.Conv.-Águas do Rio 4	871.662	-	100,0%	
(+) Prov.Perdas-Aplic.CDB-Banco Master	222.757	-	100,0%	
(+) Acordos Judiciais	292.852	17.474	1575,9%	
(-) Reversão Prov.Mínimo por Economia	(711.559)	-	-100,0%	
(=) EBITDA Ajustado	402.967	798.418	-49,5%	
Margem EBITDA Ajustado (%)	12,50%	24,60%	-49,2%	

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No Exercício Social de 2025, a Companhia obteve Lucro Líquido de R\$ 219.393. Baseada no Estatuto Social da Companhia e na Lei Federal 6.404/76, e com base nos resultados do ano de 2025, a Companhia calculou a Reserva Legal, o Lucro Líquido Ajustado e o Dividendo Obrigatório, conforme descrito na tabela abaixo:

Lucro Líquido do Exercício - 2025	
Lucro Líquido (R\$ Milhares)	219.393
(-) Reserva Legal (5%) (R\$ Milhares)	10.970
(=) Líquido Ajustado (R\$ Milhares)	208.423
Dividendos Obrigatórios (25%) (R\$ Milhares)	52.106
Quantidade de Ações Ordinárias	629.072
Valor dos Dividendos por ação ordinária (R\$)	0,8283

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos vigentes são as Cédulas de Crédito Bancário nº 433.257-52 (CCB FGTS 1ª tranche), nº 441.050-71 (CCB FGTS 2ª tranche) e nº 441.054-75 (CCB FGTS 3ª tranche). As CDBs referem-se às três tranches da operação de crédito de R\$ 3 bilhões captada junto à Caixa Econômica Federal, sendo utilizada na ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense e na construção do Complexo Guandu 2. Cabe salientar que todas as tranches estão em fase de desembolso.

Empréstimos e Financiamentos	Credor	Objeto	Taxa Remuneratória	Saldo Devedor 31/12/2025	Venc.
CCB FGTS 1ª Tranche		Melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ	TR + 8,5 a.a.	527.281	2038
CCB FGTS 2ª Tranche	Caixa Econômica Federal	Melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense, com a construção de nova Estação de Tratamento de Água (ETA Novo Guandu)	TR + 8,5 a.a.	112.756	2039
CCB FGTS 3ª Tranche		Melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ	TR + 8,7 a.a.	119.891	2041

8. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A responsabilidade socioambiental constitui um dos pilares da atuação da CEDAE, orientando a integração entre a prestação de serviços de saneamento, a proteção ambiental, o compromisso social e a sustentabilidade de longo prazo.

Um dos marcos deste compromisso, em 2025, foi inclusão dos princípios ESG e da sustentabilidade no Planejamento Estratégico da Companhia e a criação de uma Diretoria de Sustentabilidade, para a ampliação da capacidade de planejamento, articulação interinstitucional, monitoramento de resultados e integração entre áreas ambientais, sociais e de governança, para a promoção da segurança hídrica, conservação da biodiversidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas e fortalecimento do relacionamento com a sociedade.

Com ações de responsabilidade socioambiental desenvolvidas de forma transversal e integrada, abrangendo educação socioambiental, governança participativa, gestão de riscos ambientais, agenda climática, restauração florestal e inovação aplicada à gestão ambiental, a CEDAE está alinhada às melhores práticas do setor para a construção de soluções sustentáveis, inclusivas e orientadas para o futuro.

Abaixo, reportam-se os programas, projetos e ações socioambientais:

ESTAÇÃO DE EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO TINGUÁ (EESA TINGUÁ)

A Estação de Educação Socioambiental do Tinguá (EESA Tinguá), localizada no interior da Reserva Biológica do Tinguá (Rebio Tinguá), ao longo de 2025 recebeu 3.093 visitantes, tendo se consolidado como espaço de formação, sensibilização e diálogo com a sociedade, reunindo atividades educativas, ações de engajamento comunitário e valorização da memória histórica associada ao Sistema de Abastecimento Acari.

A Rebio Tinguá é uma unidade de conservação gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), no município de Nova Iguaçu.

CENTROS DE VISITAÇÃO AMBIENTAL (CVAS)

Na disseminação de conhecimento sobre o ciclo da água, os processos de tratamento e distribuição e a importância da preservação dos mananciais, os Centros de Visitação Ambiental, mantidos pela CEDAE, na ETA Guandu, na ETA Laranjal e na Elevatória do Lameirão, contribuíram para a formação de uma cultura de responsabilidade ambiental e uso consciente dos recursos hídricos, recebendo 9.566 visitantes, provenientes de 233 instituições distribuídas em 27 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

PROGRAMA CEDAE EXTRA MUROS

Iniciado em 2025, o Programa CEDAE Extra Muros buscou levar os educadores ambientais da Companhia até as instituições e organizações localizadas na área de influência de suas principais unidades operacionais levando a educação ambiental até elas.

A importância desse programa vai muito além de contemplar o público não atendido pelos CVAs, sendo a educação ambiental diretamente nas instituições de ensino essencial para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, capazes de compreender os impactos de suas ações no meio ambiente, estimulando mudanças de comportamento e ampliando esse conhecimento para a comunidade por meio da multiplicação de atitudes sustentáveis.

No programa, dentre as atividades desenvolvidas estiveram a exibição de vídeos, rodas de conversa, contação de histórias, dinâmicas e palestras abordando assuntos dentro da temática ambiental.

O programa atendeu 650 pessoas de 6 instituições de ensino localizadas nos municípios de São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Niterói e Rio de Janeiro.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS TRABALHADORES DO SISTEMA ACARI

Para além da atuação na educação ambiental para o público externo, em 2025, a CEDAE também executou o Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT) do Sistema Acari, uma ferramenta fundamental na capacitação dos profissionais da CEDAE para atuarem na Reserva Biológica do Tinguá, de forma a buscar continuamente a melhoria das ações desenvolvidas pela CEDAE, transmitir conhecimentos, habilidades e experiências na temática ambiental.

O PEAT do Sistema Acari realizou o treinamento de 240 colaboradores do quadro e extraquadro da CEDAE, além de profissionais terceirizados e conveniados que atuam nas Unidades de Tratamento do Sistema Acari, em atendimento à condicionante da Licença de Operação do Sistema de abastecimento de água Acari operado pela CEDAE.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PROGRAMA DE GESTÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA

Na agenda de enfrentamento à mudança do clima, a CEDAE elaborou os Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa (IGEEs) Corporativo das principais unidades operacionais, os sistemas Guandu-Lameirão e Imunana-Laranjal, verificados por Organismo Verificador (OVV) independente e acreditado pelo INMETRO.

Outro marco nesta temática foi a adesão ao Registro Público de Emissões (RPE) do Programa Brasileiro



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

GHG Protocol (PBGHGP) – Ciclo 2025, com a obtenção de selo ouro (IGEEs completos e verificados) para os inventários dos sistemas Guandu-Lemeirão e Imunana-Laranjal foi também um dos marcos nesta temática.

No âmbito externo, destaca-se a Coordenação da CEDAE na Câmara Técnica de Enfrentamento de Mudanças Climáticas da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE). Esta Câmara Técnica promoveu o intercâmbio de experiências entre as companhias do setor e ampliou a visão estratégica sobre os efeitos das mudanças climáticas nos sistemas de saneamento. Um dos resultados foi a elaboração e publicação do relatório "Saneamento e Mudança Climática: Diretrizes das Empresas de Água e Esgoto para o Enfrentamento de Eventos Anormais", que reúne 50 diretrizes estratégicas voltadas ao fortalecimento da resiliência climática, à adaptação dos sistemas operacionais e ao aprimoramento da capacidade de resposta das empresas de saneamento frente a eventos extremos.

A CEDAE apresentou suas ações referente às emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEEs) no painel: Credibilidade dos indicadores e metas climáticas organizacionais em apoio à NDC brasileira, organizado pelo Conselho Federal de Química, na Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Clima - COP30. Além disso, a Companhia teve participação relevante, na Conferência, nos eventos promovidos no âmbito da Casa do Saneamento, iniciativa da FUNASA, em Belém (PA).

ATOES DE GESTÃO DE RESÍDUOS

No Programa Coleta Seletiva Solidária houve a segregação e destinação para cooperativa de catadores de 22,2 toneladas de resíduos recicláveis gerados no Prédio Sede, ETA Guandu e ETA Laranjal. Outras 6,14 toneladas de resíduos sólidos orgânicos, recolhidos, passaram por compostagem sendo transformados em composto orgânico. Houve ainda o recolhimento e destinação de 100 kg de fios e cabos, classificados como resíduos eletroeletrônicos não-perigosos.

No Ponto de Entrega Voluntário de pilhas e baterias instalado no INEA houve a coleta e recebimento de 60,5 kg de pilhas e baterias entregues.

Com a participação dos colaboradores da CEDAE, no Programa Recicla CEDAE, cerca de 17 toneladas de resíduos, recicláveis e orgânicos, para serem destinados de forma ambientalmente adequada.

A gestão adequada dos resíduos por parte da CEDAE e seu apoio à sociedade são reflexos do compromisso com a conformidade ambiental, o consumo e produção responsáveis e a sustentabilidade.

GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

A prevenção, mitigação e resposta rápida a eventos capazes de impactar os sistemas de abastecimento, os ecossistemas associadamente, as inspeções de infraestrutura, o acompanhamento do avanço de obras e projetos de restauração florestal e a avaliação integridade das faixas de domínio das adutoras da Companhia entre outras ações, de forma rápida e eficaz, fornecendo dados precisos e em tempo real para apoiar tomadas de decisão. Foram 380 voos de drones com câmera termal, com 67 horas de monitoramento e 811 km percorridos para o monitoramento ambiental.

Estas ações culminaram na publicação da Ordem de Serviço PR/ADM nº 16.135-00, que instituiu o Procedimento Operacional Padrão (POP) para identificação de riscos e elaboração da Matriz de Riscos Ambientais.

Em paralelo a CEDAE também investiu no uso da tecnologia para o monitoramento de corpos hídricos, a avaliação das bacias hidrográficas, a investigação de riscos ambientais, o mapeamento do território em situações de contingência ambiental, as inspeções de infraestrutura, o acompanhamento do avanço de obras e projetos de restauração florestal e a avaliação integridade das faixas de domínio das adutoras da Companhia entre outras ações, de forma rápida e eficaz, fornecendo dados precisos e em tempo real para apoiar tomadas de decisão. Foram 380 voos de drones com câmera termal, com 67 horas de monitoramento e 811 km percorridos para o monitoramento ambiental.

Assim, de forma integrada, as atividades desenvolvidas em 2025 reforçam o compromisso da CEDAE com a gestão responsável dos riscos ambientais, contribuindo para a segurança hídrica, a proteção dos ecossistemas associados e a continuidade dos serviços essenciais prestados à população.

PROGRAMA REPLANTANDO VIDA

O Programa Replantando Vida beneficiou diretamente 827 pessoas, em 2025, atendendo 65 setores operacionais e administrativos da CEDAE, distribuídos em 23 municípios do estado do Rio de Janeiro, sendo desenvolvido pela Companhia, em parceria com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, a Fundação Santa Cabrini e a Vara de Execuções Penais, para a utilização de mão de obra prisional. Essa mão de obra foi importante na execução das atividades de serviços gerais, manutenção de áreas verdes, jardinagem, auxílio nas atividades do tratamento de água, hidratação da população (aguadeiros), confecção de uniformes e materiais promocionais, assim como, nas atividades da restauração florestal.

Este programa representou um investimento social de R\$ 14.511.758,74 aplicados na remuneração dos trabalhadores, atingindo o maior investimento na história do Programa, refletindo o compromisso da CEDAE com a dignidade laboral e a valorização do trabalho como instrumento de transformação social. Neste quesito, a CEDAE recebeu duas premiações em 2025: Troféu SEREMA, 23º Prêmio CREA de Meio Ambiente, na categoria Gestão Empresarial para os ODS; e Prêmio ABRIG Marco Maciel 2025 – Categoria ESG.

O Replantando Vida teve também como benefícios a remição de pena, a ampliação da empregabilidade futura dos participantes, o fortalecimento de competências técnicas e o apoio a políticas públicas ambientais e sociais. Esses resultados consolidam o Programa como uma iniciativa estruturante da CEDAE, capaz de articular inclusão social, eficiência operacional, economicidade, nas atividades da Companhia e sustentabilidade ambiental, em uma estratégia integrada de desenvolvimento.

Buscando a preservação da memória institucional deste programa de 24 anos, em 2025, a CEDAE lançou o Box Replantando Vida, composto por duas publicações que sistematizam, registram e difundem a trajetória, a metodologia e os impactos socioambientais do Programa. A publicação do box transforma práticas operacionais, arranjos institucionais e resultados sociais e ambientais em referência metodológica para a própria Companhia e para outras organizações públicas e privadas.

Neste viés, houve ainda o lançamento do Projeto Páginas Viradas como uma importante ação de educação social, inspiração e fortalecimento de trajetórias de reintegração, baseada na troca de experiências entre participantes e ex-participantes do Programa Replantando Vida. Nesta iniciativa egressos do Programa retornam aos espaços institucionais para compartilhar suas histórias de vida, desafios superados e percursos de reinserção social e profissional. Foram 6 edições do Projeto, com a participação de 289 colaboradores.

VIVEIROS DE PRODUÇÃO DE MUDAS FLORESTAIS

Em 2025, os viveiros da CEDAE produziram 615.592 mudas florestais, contemplando 175 espécies nativas da Mata Atlântica, distribuídas em 40 famílias botânicas, das quais 27 espécies encontram-se em algum grau de ameaça de extinção. Esse resultado reforça o compromisso da Companhia com a conservação da biodiversidade e o fortalecimento da diversidade genética utilizada nas ações de restauração.

Ampliando a infraestrutura operacional para produção de mudas, em 2025, houve a inauguração do viveiro Viveiro Florestal CEDAE, localizado no entorno do Presídio Norberto Ferreira de Moraes, em Itaperuna, marco relevante para o fortalecimento das ações de restauração florestal e de inclusão social no Noroeste Fluminense.

Para esta produção de mudas foram coletados 450 kg de sementes florestais, abrangendo 90 espécies, com destaque para a ampliação do estoque estratégico, para manter a diversidade de espécies ao longo do ano, sendo disponibilizados a parceiros 125 kg de sementes, contribuindo para o apoio a projetos de restauração, pesquisa e educação ambiental em diferentes territórios.

Os viveiros florestais da CEDAE, em alinhamento aos princípios da economia circular e da gestão sustentável de resíduos, utilizaram resíduos sólidos urbanos e rurais como insumos para a formulação de substratos empregados na produção de mudas florestais. Foram destinados a essa finalidade 177 toneladas de lodo de esgoto estabilizado (biossólido), advindos das ETES, 50 toneladas de lodo proveniente da Estação de Tratamento de Água Japeri (a nível de teste), 60 toneladas de composto orgânico oriundo da compostagem de resíduos orgânicos urbanos de empresas de compostagem parceiras e 30 toneladas de resíduos agropecuários cedidos pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Essa utilização de resíduos como base do substrato utilizado na produção das mudas, promove a valorização de resíduos, a redução da destinação a aterros e o fechamento de ciclos produtivos, com benefícios ambientais, operacionais e econômicos para as ações de restauração florestal desenvolvidas pela Companhia.

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

No campo da restauração florestal, em 2025, a CEDAE teve uma atuação apoiada por 5 bases florestais operacionais distribuídas estrategicamente no estado do Rio de Janeiro. As ações diretas de restauração e conservação abrangeram 22 municípios, contemplando áreas prioritárias para a proteção dos recursos

hídricos e da biodiversidade, com 662,2 hectares em fase de implantação, 632,8 hectares mobilizados. Essas atividades alcançaram 14 unidades de conservação, incluindo áreas estaduais, municipais e federais, com destaque para iniciativas desenvolvidas no interior do estado, com ações de conservação e proteção, enriquecimento e plantio direto.

Além destas ações, para o fortalecimento das políticas de restauração florestal e proteção dos recursos hídricos, em 2025 a CEDAE lançou a chamada pública contínua "Quem Planta Floresta, Colhe Água", instrumento estratégico da CEDAE voltado ao fomento de iniciativas de restauração florestal e educação ambiental em todo o estado do Rio de Janeiro através da doação de mudas florestais nativas da Mata Atlântica. Foram atendidas 802 solicitações de apoio com mudas florestais, advindas de 543 parceiros ativos, abrangendo instituições públicas, privadas, organizações da sociedade civil, unidades de conservação e pessoas físicas, com um total de doações de 446,7 mil mudas florestais no ano. Com a doação de mudas estão em restauração cerca de 268 hectares, distribuídos em 10 municípios do estado do Rio de Janeiro, além de um projeto em Bananal, no Estado de São Paulo.

Muitos dos locais restaurados pela CEDAE, são matas ciliares, que precisam ser recuperadas para prestação de importantes serviços ecossistêmicos. Até o momento a CEDAE já ajudou a proteger 40,9 quilômetros de cursos d'água, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade da água, a redução de processos erosivos e o fortalecimento da conectividade ecológica. Esses resultados reforçam o papel da restauração florestal executada e promovida pela CEDAE na proteção de mananciais, alinhada às prioridades ambientais da CEDAE e às políticas públicas de conservação no estado do Rio de Janeiro.

PROGRAMA DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL DO CORREDOR TINGUA-BOCAINA

Visando potencializar a promoção da segurança hídrica da região hidrográfica do Guandu, o Governo do Estado, em parceria com a The Nature Conservancy Brasil (TNC) e os municípios da região, atuaram de forma coordenada no Programa de Restauração Florestal do Corredor Tinguá-Bocaina. Neste contexto, em 2025, foram mobilizados cerca de 930 hectares, com o plantio de cerca de 180 mil mudas de espécies nativas da Mata Atlântica, distribuídos em quatro municípios, com a participação de aproximadamente 30 propriedades rurais inseridas em sua área de atuação. O engajamento dos produtores rurais reforça a sustentabilidade das ações no longo prazo e contribui para a efetividade ambiental, social e institucional das iniciativas de restauração florestal desenvolvidas no território.

Essas ações representam um elemento essencial para o alcance das metas estabelecidas para 2030 e 2050, ao viabilizar o planejamento integrado das intervenções, a priorização de áreas com maior relevância ambiental e hídrica e a consolidação de corredores ecológicos em escala regional.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Com foco na otimização contínua dos custos com energia elétrica e no fortalecimento de uma gestão energética mais eficiente e sustentável, a CEDAE mantém, desde 2024, suas quatro principais unidades operando no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A permanência no Mercado Livre de Energia tem permitido à Companhia consolidar ganhos econômicos expressivos, aliando previsibilidade orçamentária, maior flexibilidade contratual e melhor adequação do suprimento energético ao perfil de consumo de suas unidades operacionais. Dentre os resultados alcançados no ACL, destacam-se os seguintes benefícios:

- Em 2025, economia da ordem de R\$ 240 milhões, decorrente da gestão ativa dos contratos de energia elétrica;
- Desde a migração para o ACL, em 2024, economia acumulada da ordem de R\$ 500 milhões;
- Contratação de energia com 50% de incentivo (fonte renovável), por meio da LIGHTCOM Comercializadora de Energia S.A., contribuindo para a redução dos encargos setoriais;
- Contratação de energia convencional junto à EDP Smart Energy, com predominância de geração hídrica, reconhecida como fonte renovável e de baixo impacto ambiental.

Essa atuação no ACL reafirma o compromisso da CEDAE com a eficiência econômica, a sustentabilidade e a modernização da gestão energética, em alinhamento às melhores práticas do setor elétrico e às diretrizes de responsabilidade socioambiental.

9. GESTÃO DE PESSOAS

Nossa gestão de pessoas é orientada por valores que promovem a inclusão, a equidade, o respeito à diversidade e a criação de oportunidades para uma liderança plural. Esses princípios sustentam um ambiente de trabalho que não apenas acolhe, mas valoriza as diferenças, reconhecendo na diversidade um motor essencial para a inovação, a criatividade e o desenvolvimento sustentável da CEDAE.

Além disso, contamos com um corpo técnico qualificado, composto por profissionais das carreiras administrativa, operacional e universitária, contando com colaboradores terceirizados e jovens participantes dos programas Jovem Aprendiz e Estagiário, todos distribuídos por diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro. Esse time diverso e comprometido é o alicerce da nossa operação e da construção de um futuro mais justo e sustentável.

Ao longo do ano de 2025, demos passos importantes no fortalecimento da nossa maturidade de gestão de pessoas, entre eles:

- Lançamento da Política de Saúde e Segurança do Trabalho, garantindo que prevenção e cuidado se tornem os nossos pilares, garantindo que os colaboradores tenham direito a um ambiente de trabalho seguro e saudável;
 - Implementação da Política de meia jornada de trabalho para trabalhadores responsáveis por pessoas com necessidades especiais, garantindo o direito de que possam acompanhar o tratamento de seus familiares;
 - Implementação de um sistema revisado de avaliações de desempenho, buscando identificar e quantificar os pontos fortes e necessidades de desenvolvimento de cada uma das nossas pessoas;
 - Primeiro Censo de Diversidade e Inclusão da Empresa, batizado de "Retratos da CEDAE", com o objetivo de reconhecer todos os nossos trabalhadores a fim garantir a valorização das pessoas da Companhia e desenvolver políticas e programas que possam fortalecer a nossa cultura organizacional da empresa;
 - Assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026 com os cinco sindicatos que representam os trabalhadores da CEDAE, reafirmando nosso compromisso com os direitos à saúde coletiva, o bem-estar de todos os nossos colaboradores.
- Além dessas conquistas, continuamos comprometidos com a valorização e o desenvolvimento de nossos talentos em toda a nossa organização. Para isso, temos um programa de ações contínuas que promovem o desenvolvimento dos nossos colaboradores, transformando potencial em potência, mantendo viva a cultura de treinamentos e da garantia da diversidade e inclusão na empresa.

10. OBRAS E INVESTIMENTOS**ANO DE 2025 E PRÓXIMOS ANOS**

A Diretoria Técnica e de Projetos da CEDAE tem realizado projetos e obras para o aumento e a otimização da captação e produção de água potável, além de investimentos em sistemas de distribuição de água e coleta de esgoto na Região Metropolitana e municípios remanescentes, buscando melhorias técnicas e desenvolvimento tecnológico. Com foco na segurança hídrica, na melhoria operacional, na funcionalidade e na interligação dos sistemas, a Companhia estrategicamente elaborou investimentos de médio/longo prazo para continuar atendendo satisfatoriamente à produção de água no estado do Rio de Janeiro, integrando conceitos ESG em seus investimentos de infraestrutura. Vale destacar que as certificações das atividades sociais obtidas junto às obras de engenharia, corroboram a intencionalidade em prestar serviços de maior qualidade e eficiência à população.

OBRAS E INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2025

Os investimentos realizados ao longo de 2025 com objetivo de otimizar a produção de água visando a melhoria da segurança operacional, funcionalidade, interligação de sistemas e a segurança hídrica serão listados por sistema de produção de água, quais sejam:

- Sistemas Guandu e Novo Guandu
- Sistema Acaí- Subsistemas Tinguá, São Pedro, Rio D'Ouro e Xerém
- Sistema Imunana Laranjal
- Sistema Macaé
- Sistema Ribeirão das Lajes

PROGRAMA DE MELHORIAS NA ETA GUANDU- SISTEMA GUANDU

A Estação de Tratamento de Água do Guandu foi incluída no Guinness Book, O Livro dos Recordes, como a maior estação de tratamento de água do mundo em produção contínua. Por isso, é de fundamental importância que todos os componentes, aos quais fazem a estação funcionar adequadamente, estejam em perfeito estado de funcionamento.

Pensando nisso, uma série de obras de reforma e de melhoria estão sendo realizadas para que o sistema continue atendendo a população de forma adequada. As ações em andamento no ano de 2025 são:

- Reforma dos filtros na Estação de Tratamento de Água do Guandu – VETA;
- Remoção de Macrófitas Aquáticas e Resíduos Sólidos no Espelho D'Água a Montante da Captação da Estação de Tratamento de Água do Guandu;
- Reformas civis e Modernização dos flocculadores da VETA;
- Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, Lote 08;
- Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, Lote 14;

Imprensa Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIROGOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

A assinatura não possui validade quando impresso.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

- Recuperação civil, elétrica e mecânica da Barragem Auxiliar, Barragem Principal, Canal de Purga, Tomadas D'Água e do Retentor de Sólidos Flutuantes da ETA Guandu;
- Ampliação do sistema de bombeamento de água de 7.200 m³/h para a lagoa maior.

PROGRAMA MAIS ÁGUA PARA A BAIXADA

No contexto do Programa Mais Água para a Baixada, com investimentos da ordem de R\$ 3,4 bilhões, está em curso o maior pacote de obras de infraestrutura hídrica do estado. O projeto prevê a construção da nova estação de tratamento de água – o Novo Guandu, com capacidade de produção de 7,5 m³/s, construção de reservatórios com capacidade de 55 milhões de litros. O pacote de obras também realizou a construção de duas Estações de Tratamento de Água, o assentamento de 58 km de adutora, a implantação de 7 elevatórias, a construção de 8 reservatórios, o assentamento de 495 km de troncos e rede de distribuição e cerca de 5 mil ligações domiciliares. O Programa beneficiará diretamente milhões de moradores dos municípios da Baixada Fluminense e do Rio de Janeiro: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Japeri, Seropédica, Itaguaí e Rio de Janeiro.

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA DA ETA NOVO GUANDU

A CEDAE planejou a execução das obras da Etapa 1A para implantação do Novo Sistema de Tratamento de Água do Guandu (7,5 m³/s) em fases que são:

- Contratação de Terraplanagem para o Reservatório Novo Marapicu e Construção das estruturas de Drenagem para Águas Pluviais e das Vias de Acesso ao Reservatório Novo Marapicu Parte Integrante do Sistema Novo Guandu – concluída (2023);
- Implantação Básica, Terraplanagem e Macrodrenagem da Nova ETA Guandu – concluída (2024);
- Aquisição de tubos de aço para troncos, travessias e extravasador da ETA do Novo Guandu – concluída (2024);
- Construção do Reservatório Novo Marapicu, Tronco, Extravasador e Adutora do Sistema de Produção de Água Novo Guandu - em andamento;
- Construção da Estação de Tratamento de Água do Novo Guandu para 7,5 m³/s, etapa 1ª – em licitação.

SISTEMA ACARI

Subsistema TINGUÁ

- Fornecimento e instalação do sistema de microfiltração com operação assistida e adequações civis na Unidade de Tratamento Tinguá;
- Aquisição de 03 equipamentos de desinfecção por Ultravioleta com capacidade de 325 l/s para ETA Tinguá – Nova Iguaçu – RJ;
- Aquisição e instalação de 03 conjuntos Moto Bomba, cada conjunto com ponto de operação em 325 l/s e 28 mca para ETA Tinguá – Nova Iguaçu – RJ.

Subsistema XERÉM - Novo Sistema de produção de água para os 3º e 4º Distritos de Duque de Caxias - ETA Xerém

A Construção da ETA de Xerém, tem por objetivo promover o atendimento da Portaria do Ministério da Saúde nº 888/2021. A ETA Xerém possui capacidade de 1.300 l/s em vazão média (vazão firme) e 1.600 l/s de vazão máxima, utilizando a tecnologia de membranas de Ultrafiltração com recuperação global maior que 98%, incluindo o pré e pós-tratamento. Possui tratamento do efluente líquido e dos resíduos sólidos gerados no processo, elevatórias, produtos químicos e suas dosagens, além da infraestrutura de apoio para o tratamento, como áreas administrativas, controle de acessos, laboratório e subestação elétrica; Também contempla:

- Adutoras de Água Bruta com cerca de 6.814,04 m de extensão variando Ø 900 a 600 mm;
- Adutora de Água Tratada com 2.345 m de extensão variando Ø 1200 a 1000 mm;
- Tanque de Carga

Subsistema SÃO PEDRO

- Aquisição de Sistema de Microfiltração Móvel para atendimento aos sistemas de abastecimento de água da Cedae, com vazão nominal de 650 l/s.

Subsistema RIO D'OURO

- Construção de Estação de Tratamento de Água, localizada no Bairro de Rio D'Ouro - Município de Nova Iguaçu.

SISTEMA IMUNANA LARANJAL

- Reforma dos Floculadores da ETA3 do Laranjal;
- Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, Lote 09;
- Elaboração de estudo, concepção e projeto básico para uma nova subestação elétrica automatizada para a Elevatória de Água Bruta Imunana de 69 kv.

DEMAIS LOCALIDADES

- Obras para ampliação do Sistema de abastecimento de águas da Zona Oeste – Guaratiba I;
- Aquisição de dois reservatórios em aço vitrificado com capacidade de 5.000 m³ cada para atender o sistema Guaratiba I;
- Obras para ampliação do Sistema de abastecimento de águas da Zona Oeste – Guaratiba II;
- Obras de Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Jardim Guanabara - Ilha do Governador;
- Aquisição de tubos PEAD liso de 280 mm SDR17 - Ilha do Governador;
- Restauração e revitalização com acréscimo de área do Chafariz da Glória.
- Contratação de serviços técnicos de levantamento topográfico planialtimétrico, sob demanda;
- Serviço Especializado para a Realização da Inspeção de Segurança Regular (ISR) da Barragem Agude do Camorim, Município do Rio de Janeiro;
- Remanejamento de duas tubulações assentadas no terreno da Fundação Casa Rui Barbosa – Botafogo;
- Implantação do sistema de macromedição de vazão nas adutoras da CEDAE.

SISTEMA MACAÉ - Novo Sistema de Abastecimento de Água do Município de Macaé – RJ

Consiste em ampliação da capacidade da captação e da elevatória de água bruta de Severina (captação atual) de 700 l/s para 1000 l/s; construção de uma nova Estação de Tratamento de Água com vazão de 1.600 l/s; assentamento de 579 m no DN1000, que atenderá a adução de água bruta; assentamento de 6.240 m no DN600, 620 m no DN1000, 4.000 m no DN1200, que atenderá a adução de água tratada; construção de uma elevatória de água tratada e construção de um reservatório no morro Santa Mônica, com volume de 5.000 m³.

CERTIFICAÇÕES

- Otensão da Certificação PROCERT (Selo Verde) para o Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS) na Categoria Ação Socioambiental Responsável, no Âmbito da DTP da CEDAE;
- Otensão da Certificação Social (Selo Social Corporativo) nas Atividades do Trabalho Técnico Social no Âmbito da DTP da CEDAE.

PRÓXIMOS ANOS

DETALHAMENTO DA PREVISÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS POR SISTEMA

PROGRAMA DE MELHORIAS NA ETA GUANDU - SISTEMA GUANDU

- Reforma do Sistema de Cloração da Estação de Tratamento de Água do Guandu;
- Reforma na Nova Elevatória da Zona Rural – NEZR;
- Aquisição e Instalação de Válvulas do Tipo Gaveta DN800 e DN1000 para o Alto Recalque do Guandu (ARG) – Nova Iguaçu – RJ;
- Implantação de Sistema para Instalação de Novo Grupo Motobomba de 9000 HP NA EEAT do Lameirão.

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA DA ETA NOVO GUANDU

- Construção da Estação de Tratamento do Novo Guandu 7,5 m³/s - Etapa 1ª;
- Construção de Depósito de Materiais da Nova ETA Guandu – Galpão e Unidade Administrativa – Nova Iguaçu/RJ;
- Canal do Extravasador – Reservatório Novo Marapicu – Nova Iguaçu/RJ.

SISTEMA ACARI

- Subsistema TINGUÁ: Reforma do Sistema de Gradeamento para captação de Água Bruta de Tinguá.
- Subsistema RIO D'OURO: Aquisição de Tubos para as Adutoras de Água Bruta e Tratada do Sistema de Tratamento de Água de Rio D'Ouro.

SISTEMA LAJES

- Construção da Estação de Tratamento de Água do Sistema de Ribeirão das Lajes – ETALajes.

SISTEMA IMUNANA LARANJAL

- Remanejamento de trecho da 4ª linha do sistema Imunana Laranjal;

- Aquisição de tubos para obras de ampliação do sistema Imunana Laranjal.

DEMAIS LOCALIDADES

- Contratação sob demanda para prestação de serviços de sondagem;
- Implantação do sistema de macromedição de vazão nas adutoras da Cedae.

PROGRAMAS DE OBRAS

Investimento em Saneamento	Saldo R\$ milhares
Sistema Novo Guandu	1.952.080.546
Sistema de Lajes	926.749.379
Sistema Guandu Existente	406.949.803
Sistema Acari	357.547.319
Sistema Macaé e Interior	193.310.060
Sistema Laranjal	136.255.334
DIVERSOS	Vários Sistemas – Região Metropolitana 254.163.756
TOTAL	4.227.056.196

11. GOVERNANÇA CORPORATIVA

No atual cenário de negócios no qual a Companhia atua, caracterizado pela volatilidade e pela hiperconectividade, a robustez da Governança Corporativa é o diferencial competitivo na estratégia de longo prazo de uma organização, não se limitando as metas financeiras ou a expansão de mercado. Em meio as turbulências relacionadas à governança corporativa enfrentadas ao longo de 2025, a CEDAE buscou reforçar o Sistema de Governança Corporativa como ações no sentido de demonstrar seu compromisso contínuo com a sustentabilidade e a integridade corporativa.

Neste sentido, a CEDAE promoveu a alteração do seu Estatuto Social para a criação da Diretoria de Sustentabilidade que incorporou as competências da Superintendência Executiva de Governança Socioambiental, além de outras ligadas ao tema sustentabilidade, ampliando a participação estratégica e a transversalidade temática.

Na esteira da integridade corporativa, visando o aperfeiçoamento do Programa de Integridade e Compliance, foram aprovadas pelo Conselho de Administração as Políticas de Conflito de Interesses e a de Segurança do Trabalho, além de atualização da Política de Patrocínios, que aprimorou os requisitos de transparência e prestação de contas relacionados aos patrocínios realizados pela Companhia.

Outra medida adotada, pela perspectiva da liderança e alinhamento à estratégia, foi a capacitação de seus administradores, utilizando-se de uma didática simples e objetiva, através de uma metodologia que privilegia o conceito ao intercâmbio de experiências práticas. O objetivo principal desta interatividade foi a renovação do pensamento dos profissionais dos conselhos e comitês, com a abordagem de temas como as responsabilidades dos membros de governança, riscos emergentes (incluindo o cibernético), mudanças climáticas e os desafios para o setor de saneamento.

Em novembro/2025, fomos anfitriões do “XVIII Encontro de Auditoria Interna e Governança das Empresas de Saneamento”, evento que contou com a participação de aproximadamente 100 participantes de 18 empresas, e teve por objetivo a troca de experiências entre profissionais de auditoria interna e governança das empresas do setor de saneamento de várias regiões do país, contribuindo significativamente para o aprimoramento do corpo técnico da Auditoria Interna e Governança Corporativa da CEDAE.

Para o fortalecimento da cultura institucional e aperfeiçoamento do quadro de pessoal, adota-mos as seguintes práticas:

Governança Itinerante

A Governança Itinerante é uma iniciativa estratégica que consiste na atuação direta das áreas de governança junto às áreas operacionais da Companhia, promovendo o aculturação, a disseminação de boas práticas e o alinhamento institucional sobre os temas que permeiam a governança corporativa. Por meio dessa aproximação, busca-se fortalecer a compreensão dos processos, normas e responsabilidades, fomentar a cultura de conformidade, integridade, LGPD e gestão de riscos, bem como ampliar o engajamento das equipes operacionais na aplicação prática dos princípios de governança no dia a dia da CEDAE.

Capacitação Operacional e Formação de Líderes da Companhia

Para fortalecer a cultura de integridade, foram promovidas palestras sobre ética e assédio, treinamentos direcionados a líderes e ambientação de estagiários. A adequação à Lei nº 14.457/2022 incluiu treinamentos obrigatórios para os membros da CIPAA, que atuam na prevenção do assédio e na promoção do uso do Canal de Ética.

Em 2025, foram realizados 32 eventos de capacitação, com 823 colaboradores treinados, evidenciando a ampliação do alcance das ações educativas e o fortalecimento contínuo da cultura ética e de integridade na Companhia.

No âmbito das iniciativas estratégicas e operacionais conduzidas pela Superintendência de Governança Corporativa e Controle Organizacional (SUPEX-1) ao longo de 2025, destacam-se as seguintes ações:

COMPLIANCE

Ao longo de 2025, considerando às adversidades de governança enfrentadas pela Companhia, o Programa de Integridade e Compliance da CEDAE teve sua atuação com foco no aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, detecção e resposta, sustentado por uma abordagem baseada em risco, integração com a governança corporativa e uso intensivo de instrumentos de controle e monitoramento.

No pilar Prevenção, a Gerência de Compliance focou na realização de análise de integridade - due diligence e background check - em processos de contratação, renovação contratual e atos administrativos sensíveis, por meio da utilização de ferramenta especializada para a realização de testes de conformidade.

Em 2024, foram analisados 305 processos, enquanto em 2025 esse quantitativo alcançou 468 processos, demonstrando a atuação da Gerência de Compliance na ampliação do alcance dos mecanismos de prevenção, com foco na mitigação de riscos e na promoção da integridade institucional. No que se refere às avaliações de integridade de pessoas físicas, destinadas a subsidiar nomeações para funções de confiança, cargos em comissão, comissões de fiscalização e gestão de contratos, bem como avaliações pontuais de terceiros, os dados consolidados de 2025 evidenciam a aplicação sistemática e objetiva dos critérios de integridade. No período analisado, foram realizadas 580 avaliações, das quais 573 não apresentaram apontamentos relevantes, enquanto apenas 7 avaliações resultaram em apontamentos, demonstrando a predominância de resultados regulares. Esse cenário reforça a necessidade do controle prévio, da consistência dos procedimentos adotados e da mitigação de riscos reputacionais, operacionais e institucionais associados às decisões de nomeação e designação de funções sensíveis.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/IME n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.brGOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Canal De Ética

O Canal de Ética é o instrumento institucional destinado ao recebimento e tratamento de denúncias relacionadas a condutas ou práticas em desacordo com o Código de Ética e Conduta e demais normativos internos, assegurando apuração imparcial, sigilo, confidencialidade, contraditório e ampla defesa.

Em 2025, observou-se incremento no volume de relatos recebidos, em comparação a 2024, refletindo maior divulgação do canal e fortalecimento da confiança institucional nos mecanismos de apuração e a necessidade de depuração de processos frente às adversidades enfrentadas. Foram registradas 81 denúncias em 2024 e 101 denúncias em 2025, evidenciando evolução do uso do Canal de Ética como ferramenta de detecção de riscos éticos e de integridade.

Até 27 de novembro de 2025, o Canal de Ética foi operado por empresa especializada contratada por meio de licitação. A partir de 28 de novembro de 2025, passou a ser operado pela empresa Contato Seguro, por meio do telefone 0800 600 2675, mantendo-se o atendimento externo e independente.

A supervisão do Canal de Ética é realizada pela Comissão de Ética da CEDAE, responsável pela análise dos casos e pela emissão de pareceres quanto às medidas administrativas e disciplinares cabíveis.

Comissão Permanente de Apuração (CPA)

Objetivando que os compromissos assumidos pela Companhia em prol da integridade e combate à corrupção sejam cumpridos, e que as denúncias sejam regularmente apuradas, foi instituída a Comissão Permanente de Apuração (CPA), composta por empregados do quadro permanente da CEDAE, com dedicação exclusiva de seus integrantes às investigações corporativas recepcionadas.

Compete à CPA a apuração de casos mais complexos que requeiram maior dilação probatória e cabe a seus integrantes a elaboração de um relatório dos fatos apurados, emitido sem juízo de valor, que auxilíará a Comissão de Ética na conclusão da análise das denúncias. No ano de 2025 foram concluídas 46 análises.

GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento eficaz de riscos é essencial para que a CEDAE cumpra sua missão com excelência, alcance as metas previstas em seu Planejamento Estratégico e atenda às expectativas de seus acionistas e demais partes interessadas.

A área de Gestão de Riscos da Companhia tem como atribuição identificar, avaliar, monitorar e mitigar potenciais ameaças que possam impactar a continuidade das operações e o alcance dos objetivos estratégicos. Esse processo envolve o desenvolvimento de planos estruturados de tratamento, voltados à redução da probabilidade de ocorrência e à minimização dos impactos caso os riscos se materializem.

A Companhia realiza, de forma alinhada à sua cadeia de valor e às diretrizes estratégicas, a identificação dos principais riscos aos quais está exposta, classificando-os conforme impacto e probabilidade. As informações consolidadas são organizadas em uma Matriz de Riscos Estratégicos, que fornece suporte à Alta Administração na tomada de decisões e na priorização das ações de tratamento.

Comissão de Gestão de Riscos e Controles Internos

Após sua formalização no exercício 2025, a Comissão de Gestão de Riscos e Controles Internos passou a atuar de forma efetiva, com reuniões mensais, tendo como principal foco, em seu primeiro ciclo, a atualização da matriz de riscos estratégicos, desenvolvida de maneira transversal e colaborativa, com a participação das áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos e representantes nomeados por cada Diretoria. Ao longo do processo de identificação, e sempre que necessário, foram promovidos debates específicos acerca da relevância de riscos que, embora não classificados inicialmente como estratégicos, demandaram análise aprofundada. Como órgão consultivo e permanente, a Comissão é responsável por estruturar os processos de identificação, avaliação, monitoramento e gestão de riscos, propor medidas de mitigação e promover a integração dos temas estratégicos entre as Diretorias.

Atualização da Matriz de Riscos Estratégicos

Iniciou-se, por meio da Comissão de Gestão de Riscos e Controles Internos, o processo de atualização da Matriz de Riscos Estratégicos da Companhia, medida essencial para assegurar a eficácia da gestão de riscos em nível corporativo, em consonância com as recentes transformações institucionais e com o novo Planejamento Estratégico da Companhia. No desenvolvimento desse processo, a Comissão concluiu as etapas de identificação, análise e avaliação dos riscos estratégicos.

A atualização propicia uma governança corporativa proativa e com decisões estratégicas fundamentadas em uma visão integrada e atualizada dos riscos, permitindo a antecipação de cenários adversos, a priorização de ações mitigadoras e a maior aderência às exigências e desafios do modelo de negócio vigente.

CONTROLES INTERNOS

Os Controles Internos da CEDAE são responsabilidade de todos os colaboradores da Companhia e contribuem diretamente para o fortalecimento da eficiência operacional. Nesse contexto, a área de Controles Internos atua como instância de apoio e orientação, promovendo a padronização dos processos, a confiabilidade das informações e a aderência às diretrizes do planejamento estratégico e às boas práticas de governança.

A estrutura de controles internos também exerce papel relevante na identificação, prevenção e mitigação dos riscos mapeados pela Gestão de Riscos, ao incorporá-los de forma sistemática às rotinas operacionais. Ademais, amplia a capacidade de resposta da Companhia diante de situações de crise e de mudanças no ambiente externo, contribuindo para a resiliência das operações.

Em 2025, foram realizados aprimoramentos no mapeamento de processos internos, incluindo, entre outros, os relacionados às áreas comercial, de corte e negatização, aos depósitos judiciais e ao pagamento de acordos. Essas iniciativas tiveram como foco a otimização do fluxo de informações, a integração entre as áreas, a elevação da qualidade das informações prestadas e o suporte às atividades da Auditoria Interna.

Adicionalmente, merecem destaque os trabalhos de suporte à Comissão Permanente de Informações Financeiras de Sustentabilidade, com foco na implementação e no aprimoramento dos processos necessários à elaboração do Relatório de Informações Financeiras de Sustentabilidade, em atendimento às diretrizes da Resolução CVM nº 193 e aos padrões internacionais IFRS S1 e S2. Essas iniciativas permanecem em andamento, com o objetivo de fortalecer os processos internos e assegurar a disponibilização de informações fidedignas e consistentes.

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

A Companhia avançou com treinamentos de conscientização, capacitando 600 colaboradores ao longo de 2025 por meio de diversas atividades, como oficinas e treinamentos de líderes, tendo concluído 30 das 52 ações planejadas. Paralelamente, houve a ampliação do mapeamento de dados pessoais, com a realização de 30 entrevistas que resultaram em 169 registros de atividades de tratamento atualizados ou criados. Esse processo foca na cadeia de custódia das informações para viabilizar futuras análises de conformidade e a revisão de rotinas inadequadas.

LGPD_Net

Para apoiar suas atividades, a Companhia desenvolveu sistema interno de gestão em privacidade de proteção de dados - LGPD_Net, junto à área de Tecnologia da Informação, definindo diretrizes conceituais e frameworks de aplicação. Desde 2025, a solução conta com módulos de registro de atividade de tratamento, aprovação de gestores, avaliação de conformidade pela equipe de proteção de dados, avaliação de legítimo interesse, painéis gerenciais com indicadores da área - facilitando a prestação de contas e a priorização de ações de conscientização e adequação de processos. O sistema também conta com repositório de materiais de apoio, desenvolvidos pela área de Privacidade de Proteção de Dados, como

checklists de conformidade elaborados para o contexto da CEDAE, modelos de requisição de análise, listas exemplificativas, cartilhas para preenchimento dos registros de atividade, que fortalecem a cultura de proteção de dados na companhia. O desenvolvimento do sistema próprio favoreceu a implementação de uma gestão adequada ao nível de maturidade e contexto organizacional, sendo continuamente aprimorado conforme o progresso do Programa de Privacidade e Proteção de Dados. A iniciativa trouxe uma economia anual estimada de R\$ 1.200.000,00/ano e de R\$ 250.000,00 em licenças e em treinamentos para uso da ferramenta.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, atua de forma independente na avaliação dos riscos e dos controles internos, tendo como missão a agregação de valor à Companhia, por meio do adequado gerenciamento dos riscos e da contribuição para a melhoria contínua das operações.

Os trabalhos seguem o modelo de governança do Institute of Internal Auditors (IIA) e as diretrizes da Lei nº 13.303/2016, com atuação integrada às áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance e Proteção de Dados.

Em 2025, as auditorias foram direcionadas aos macroprocessos estratégicos, definidos com base na criticidade dos riscos identificados. Para essa definição, foram considerados a Matriz de Riscos Estratégicos, as Instruções Normativas da CGE, as demandas da Alta Administração e os requisitos legais da Lei nº 13.303/2016.

Os resultados foram apresentados ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva, com a emissão de recomendações e planos de ação acompanhados até sua conclusão, assegurando o alinhamento ao planejamento estratégico da Companhia e o fortalecimento de sua governança.

12. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Garantir a produção e o fornecimento de água com qualidade e regularidade para milhões de fluminenses exige uma visão estratégica de longo prazo que considere o crescimento populacional, a urbanização das cidades, a preservação dos recursos naturais e o compromisso com a universalização dos serviços. Para a Cedae, além dos componentes clássicos e desafios inerentes ao setor, as mudanças no modelo de atuação também trouxeram reflexos importantes tornando indispensável a formulação de um novo instrumento gerencial capaz de refletir esse momento e preparar a Companhia para os desafios e as oportunidades.

Nesse sentido, ao longo do primeiro semestre de 2025, a CEDAE finalizou a construção do seu novo planejamento estratégico - CEDAE 2030. Estruturado com o propósito de preparar a Companhia para o ciclo 2025-2029, a ferramenta foi estruturada a partir de três direcionadores estratégicos: Inovação, Sustentabilidade e Eficiência. Sob esse propósito transformacional, o PE 2030 foi formulado com a valiosa missão de preparar a Companhia para os desafios do presente com visão de performance constante e sustentável, redirecionando ativos à contínua busca por processos mais eficientes e introduzindo componentes mais modernos ao plano de negócio da empresa. Como resultado desse esforço coletivo, ações e projetos foram formulados, associando seus produtos às metas dos indicadores que ficaram responsáveis por materializar os objetivos estratégicos pactuados. Assim, foram desenvolvidos indicadores, metas e planos rigorosamente estruturados por cada Diretoria, os quais foram monitorados ao longo do segundo semestre, implementando o macroprocesso de monitoramento e avaliação.

Adicionalmente, ao longo do último quadrimestre de 2025, o setor de planejamento estratégico da Companhia implementou o ciclo de revisão, macroprocesso responsável por calibrar o instrumento gerencial e por possibilitar a revisão e formulação de novas ações e projetos para o próximo ciclo de gestão. De forma geral, o processo procurou fortalecer o instrumento com visão de curto prazo e buscou integrar a área de inovação às atividades inerentes à estratégia como forma de facilitar a estruturação e o desenvolvimento de iniciativas na empresa.

2025 também apresenta destaque para ações desenvolvidas no âmbito do Escritório de Projetos Estratégicos da empresa. O EGPP Cedae foi responsável por estruturar e acompanhar a Carteira de Projetos 2025 aprovada pela Diretoria Executiva. Através de rituais de acompanhamento periódico com as equipes de projetos das Diretorias, o Escritório monitorou o avanço dos projetos da Carteira. Mais do que um papel de suporte administrativo, o Escritório atuou ao longo do último exercício como área de apoio tático, auxiliando na padronização de processos; apoiando os gerentes de projetos na busca por soluções que toquem no sucesso deles; contribuindo para mitigação de riscos e para superação de obstáculos; e monitorando o avanço físico e financeiro da Carteira. Assim, o EGPP exerceu em 2025 papel integrador, consolidando informações e elaborando relatórios de monitoramento para alta administração, cumprindo sua missão institucional e contribuindo com o desenvolvimento de uma cultura voltada para resultados estratégicos e o sucesso dos grandes projetos da Companhia.

No âmbito da Inovação, a Cedae sediou pela primeira vez o encontro anual da CTI, que contou com a participação de representantes dos demais entes federativos e procurou debater a pauta de inovação, destacando sua relevância estratégica para as empresas de saneamento nesse novo momento do setor. Além disso, outras importantes pautas foram objeto de atividade ao longo do ano. Dentre elas, destaque para: participação no Rio Innovation Week; Impact-Hub, Inovação em Foco.

Por fim, cumprindo as exigências da Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) e do Novo Marco Regulatório (Lei nº 14.026/2020), a Companhia apresentou os dados consolidados do último exercício junto ao SINISA, contribuindo com a conformidade técnica e a uniformização dos dados em apoio institucional ao desenvolvimento e fortalecimento da visão sistêmica do setor de saneamento no país.

13. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Esclarecemos que nossa Política de Relacionamento com os auditores independentes relativa à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor.

A BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. foi contratada para os serviços de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Destacamos que, em 2025, a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. não prestou outros serviços à CEDAE além da auditoria das demonstrações financeiras.

14. AGRADECIMENTOS

A Diretoria Executiva da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) expressa seus sinceros agradecimentos ao acionista majoritário, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa do governador em exercício, desembargador Ricardo Couto, e à Secretária de Estado da Casa Civil, representada pelo procurador do estado Flávio Willemann.

Estendemos este reconhecimento ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e aos acionistas minoritários pela confiança, parceria e valiosas contribuições. Nosso profundo agradecimento ao competente corpo técnico da empresa, cujo talento, experiência e comprometimento são fundamentais no dia a dia. Reforçamos também o agradecimento a concessionárias, fornecedores e parceiros de negócios pelo empenho contínuo na busca pela excelência operacional.

Dedicamos uma menção toda especial à população fluminense, razão de ser da Cedae, pela confiança depositada na qualidade da água produzida diariamente. Ao reafirmar os seus laços, a Companhia renova seu compromisso com a segurança hídrica, a preservação ambiental, a imagem de empresa estatal de referência no saneamento e a construção de um legado sustentável para todo o Estado.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.362.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.brGOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIROBalanco Patrimonial 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares e reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024		2025	2024
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.383.119	2.784.708	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	30.643	26.143
Contas a receber de clientes (Nota 8)	949.667	1.470.234	Empreiteiros e fornecedores	86.239	83.946
Estoques	24.023	19.688	Salários a pagar	4.575	4.125
Tributos a recuperar (Nota 15)	1.591	31.289	Passivo atuarial (Nota 20)	157.622	132.629
Outros	10.220	10.858	Tributos a recolher (Nota 15)	68.507	56.520
Total do ativo circulante	3.368.620	4.316.777	Parcelamentos tributários (Nota 16)	65.559	59.020
Não circulante			Outros parcelamentos	62.703	-
Ativos financeiros concessões – ERJ (Nota 10)	3.108.542	3.028.465	Dividendos a pagar (Nota 21.c)	52.107	242.312
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 17)	1.545.068	1.723.598	Provisões de encargos trabalhistas	151.271	136.242
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	40.714	101.262	Agência Reguladora – Agenera	52.971	44.798
Contas a receber de clientes (Nota 8)	118.734	168.787	Outras contas a pagar	30.502	29.162
Contribuição social correntes e diferidos (Nota 18)	436.899	352.271	Total do passivo circulante	752.699	814.897
Outros	21.080	18.829	Não circulante		
	5.271.037	5.393.212	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	729.285	573.825
Intangível e Ativo de contrato (Nota 12)	5.229.441	4.648.697	Parcelamentos tributários (Nota 16)	130.553	175.887
Imobilizado (Nota 13)	92.414	90.612	Outros parcelamentos	2.282	-
	5.321.855	4.739.309	Provisão para contingências (Nota 17)	2.747.327	3.349.709
Total do ativo não circulante	10.592.892	10.132.521	Passivo atuarial (Nota 20)	4.291.178	2.873.279
			Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 9)	26.944	26.944
Total do ativo	13.961.512	14.449.298	Outras contas a pagar (Nota 19)	219.801	217.429
			Total do passivo não circulante	8.147.370	7.217.073
			Patrimônio líquido (Nota 21)		
			Capital social	4.754.493	4.027.560
			Reservas de lucros	2.123.634	2.460.839
			AVP - Reserva de Reavaliação	1.990.656	2.213.097
			Outros resultados abrangentes	(3.807.340)	(2.284.168)
			Total do patrimônio líquido	5.061.443	6.417.328
			Total do passivo e do patrimônio líquido	13.961.512	14.449.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Receita operacional líquida (Nota 22)	3.223.876	3.251.402
Custo dos serviços prestados (Nota 23.a)	(1.697.485)	(1.540.369)
Lucro bruto	1.526.391	1.711.033
Receitas (despesas) operacionais		
Reversão de Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 23.b)	158.613	197.148
Despesas comerciais (Nota 23.b)	(38.497)	(43.164)
Despesas gerais e administrativas (Nota 23.c)	(1.028.170)	(587.164)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 25)	(1.042.276)	(650.456)
(Prejuízo)/Lucro operacional antes do resultado financeiro	(423.939)	627.397
Receitas financeiras (Nota 24.b)	888.612	608.073
Despesas financeiras (Nota 24.a)	(107.173)	(98.561)
Lucro antes da contribuição social	357.500	1.136.909
Contribuição social (Nota 18.a)	(138.107)	(116.651)
Lucro líquido do exercício	219.393	1.020.258
Quantidade de lotes de mil ações preferenciais e ordinárias	629.071.608	629.071.608
Lucro líquido (básico e diluído) por ação (em reais) (Nota 21.b)	0,349	1,622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Receitas		
Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto	3.350.576	3.377.802
Outras receitas	3.867	3.455
Provisão para perdas de créditos esperadas	158.613	197.148
Receitas totais	3.513.056	3.578.405
Insumos adquiridos de terceiros		
Material aplicado	(213.328)	(201.351)
Materiais, força e luz, serviços de terceiros e outros	(1.367.172)	(876.181)
Perda e recuperação de valores ativos	(362.939)	305.048
Valor adicionado bruto	1.569.617	2.805.921
Depreciações e amortizações		
Depreciações e amortizações	(151.194)	(153.788)
Valor adicionado líquido produzido	1.418.423	2.652.133
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	888.612	608.073
Valor adicionado total a distribuir	2.307.035	3.260.206
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	1.462.695	1.622.454
Benefícios	738.865	790.774
FGTS	679.315	791.104
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	44.515	40.576
Estaduais	458.107	454.831
Municipais	443.691	449.778
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	13.359	3.990
Aluguéis	1.057	1.063
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	166.840	162.663
Lucros retidos	106.395	112.304
Distribuição do valor adicionado	60.445	50.359
	52.106	242.311
	167.287	777.947
	2.307.035	3.260.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	219.393	1.020.258
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - PRECE (Nota 20)	500	125.021
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - Cedae Saúde (Nota 20)	(1.669.850)	102.248
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - Prêmio de Aposentadoria (Nota 20)	(4.465)	3.624
Realização da Reserva de Reavaliação	222.441	95.772
Contribuição social diferidos (Nota 18)	150.643	(20.780)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	(1.081.338)	1.326.143

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social	357.500	1.136.909
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	151.194	153.547
Juros e variação monetária de empréstimos e financiamentos	57.303	34.270
Juros sobre parcelamentos	44.319	36.310
Juros e atualizações monetárias sobre outras obrigações	4.442	25.169
Baixa de bens do imobilizado	71	2.823
Provisão para contingências	(397.086)	281.173
Passivo atuarial	363.175	293.719
Atualização monetária das contas a receber	(10.345)	(13.102)
Atualização Monetária - Ativo Financeiro Concessões ERJ	(130.058)	(148.847)
Juros compensatórios - Ativo Financeiro Concessões ERJ	(30.778)	(29.985)
Provisão p/perdas - Ativo Financeiro Concessões Teresópolis	-	53.708
Provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 23.b)	(158.613)	(197.148)
Rendimentos de títulos e valores mobiliários não realizados	(9.579)	(10.043)
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(125.980)	(121.410)
Total de fluxos de caixa das atividades operacionais	115.565	1.497.093
Diminuição (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	739.578	(193.721)
Estoques	(4.335)	3.939
Tributos a recuperar	29.698	44.895
Depósitos e bloqueios judiciais	304.510	517.775
Ativo Financeiro Concessões ERJ	80.759	236.826
Outros	(1.613)	4.182
Aumento (diminuição) nos passivos		
Empreiteiros e fornecedores	2.293	7.432
Salários a pagar	450	(585)
Impostos e contribuições a recolher	60.076	51.419
Parcelamentos tributários	(62.418)	(92.114)
Outros Parcelamentos	64.985	-
Provisões de encargos trabalhistas	14.500	(9.933)
Provisão para contingências	(205.296)	(568.174)
Contribuições a benefícios pós-emprego	(614.794)	(433.959)
Agência Reguladora – AGENERSA	8.173	7.100
Outras contas a pagar	613	12.967
Variações nos ativos e passivos	117.179	(411.951)
Contribuição social paga	(130.995)	(118.185)
Juros pagos	(55.351)	(39.719)
Fluxo líquido gerado pelas atividades operacionais	346.398	927.238
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de intangível, ativo de contrato e imobilizado	(723.670)	(496.400)
Títulos e valores mobiliários	70.127	19.909
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(653.543)	(476.491)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Financiamento – Amortizações	(29.906)	(20.117)
Financiamento – Desembolsos	177.773	226.393
Financiamento – Devolução não funcionalidade	-	(18.666)
Pagamento de Dividendos	(242.311)	(100.128)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(94.444)	87.482
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(401.589)	538.229
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.784.708	2.246.479
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.383.119	2.784.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.brGOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRODemonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		AVP - Reserva de Reavaliação	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldos em 1º de janeiro de 2024	3.727.174	-	206.392	1.681.114	2.308.869	(2.494.281)	-	5.429.268
Ajustes de avaliação patrimonial								
Ganhos/(Perdas) atuariais	-	-	-	-	-	210.113	-	210.113
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital (Nota 21.a)	300.386	-	-	(300.386)	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 21.f)	-	-	-	95.772	(95.772)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.020.258	1.020.258
Reserva legal (Nota 21.d)	-	-	51.013	-	-	-	(51.013)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 21.c)	-	-	-	-	-	-	(242.311)	(242.311)
Reserva de lucros (Nota 21.d)	-	-	-	726.934	-	-	(726.934)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.027.560	-	257.405	2.203.434	2.213.097	(2.284.168)	-	6.417.328
Ajustes de avaliação patrimonial								
Ganhos/(Perdas) atuariais	-	-	-	-	-	(1.523.172)	-	(1.523.172)
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital (Nota 21.a)	726.933	-	-	(726.933)	-	-	-	-
Reserva Legal (Nota 21.d)	-	-	10.970	-	-	-	(10.970)	-
Dividendos obrigatórios (Nota 21.c)	-	-	-	-	-	-	(52.106)	(52.106)
Reserva de lucros (Nota 21.d)	-	-	-	156.317	-	-	(156.317)	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 21.f)	-	-	-	222.441	(222.441)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	219.393	219.393
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.754.493	-	268.375	1.855.259	1.990.656	(3.807.340)	-	5.061.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE ("CEDAE" ou "Companhia") foi constituída em 1º de agosto de 1975 como sociedade anônima de economia mista domiciliada no Brasil, através da incorporação das entidades controladas pelo Estado do Rio de Janeiro: Empresa de Águas do Estado da Guanabara ("Cedag"), Empresa de Saneamento da Guanabara ("Esag") e Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro ("Sanerj"). Atualmente, sediada na Cidade do Rio de Janeiro na Avenida Presidente Vargas, nº 2.655, Cidade Nova, a Companhia é vinculada atualmente a Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança (SECCG) e tem como acionista controlador o Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia atua no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, mediante delegação do Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Estado do Rio de Janeiro") e nos municípios através de convênios, sendo suas principais atividades:

- Captação, adução e tratamento de água bruta, além da execução dos investimentos necessários no Sistema Produtor que atende a região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro;
- Captação, adução, tratamento e distribuição da água nos municípios atualmente atendidos;
- Coleta, tratamento e destinação de esgotos sanitários nos municípios atendidos;
- Realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes.

Após a transferência dos serviços nos municípios integrantes dos blocos 1, 2, 3 e 4, conforme as Concorrências Internacionais 001/2020 e 001/2021, a Companhia continuou a prestar serviços de abastecimento de água em 17 municípios. Em 1º de janeiro de 2023, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Angra dos Reis assumiu a operação anteriormente realizada pela CEDAE. Em 6 de janeiro de 2024, o município de Teresópolis passou a ser atendido pela empresa Águas do Brasil, operando sob o nome Águas da Imperatriz.

Dos 15 municípios restantes, 12 possuem contratos vigentes com a CEDAE, que permanecerão em vigor até o término de seus prazos, conforme estipulado no art. 10, § 3º, da Lei nº 11.445/2007, incluído pela Lei nº 14.026/2020 (Novo Marco Legal). Esses municípios são: Barra do Pirai, Bom Jesus do Itabapoana, Cardoso Moreira, Engenheiro Paulo de Frontin, Itaiva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Macaé, Mangaratiba, Santa Maria Madalena, Sapucaia e Varre-Sai. Nos municípios de Porciúncula, Quissamã e São João da Barra, os contratos expiraram, e os serviços estão sendo prestados em caráter precário (Nota 2.7.1). Nos termos do Novo Marco Legal, esses contratos deverão ser extintos, sendo necessárias as providências descritas no art. 42, § 5º, da Lei nº 11.445/2007.

Os contratos de programa/concessão, asseguram à Companhia o direito de cobrar pelos serviços públicos prestados aos clientes por meio de tarifas, durante o período de vigência estabelecido em cada contrato. Além disso, na maioria desses contratos, a Companhia realizou investimentos significativos que ainda não foram totalmente amortizados. Dessa forma, antes da transferência da operação para um novo operador, a CEDAE tem o direito de ser ressarcida por esses investimentos não amortizados.

Nos contratos em que não estão previstas tais indenizações (cinco contratos na totalidade), existe a obrigatoriedade do Poder Concedente prorrogar o prazo de concessão pelo tempo necessário para que a Companhia recupere o investimento efetuado.

As concessões em termos de número de economias (*) são:

Município	Número de economias (*)	Concessões de água e esgotamento sanitário		Valor do Ativo	Receita Líq. Gerada
		Início	Término		
1 Macaé	84.541	2011	2041	30.424	87.851
2 Itaperuna	37.235	2008	2038	4.217	44.591
3 Mangaratiba	14.323	2013	2043	3.494	12.555
4 Bom Jesus do Itabapoana	11.627	2011	2041	986	15.036
5 Sapucaia	7.190	2010	2035	902	7.095
6 Cardoso Moreira	5.071	2002	2027	481	3.985
7 Itaiva	4.932	2012	2042	239	5.132
8 Barra do Pirai	4.739	2006	2036	594	3.546
9 Eng. Paulo de Frontin	3.758	2008	2048	1.320	3.614
10 Laje do Muriaé	2.907	2013	2043	462	2.888
11 Santa Maria Madalena	2.191	2009	2039	785	2.065
12 Varre-Sai	1.614	2009	2039	125	1.650
13 Quissamã	6.661	-	-	1.220	6.041
14 São João da Barra	19.146	-	-	1.497	18.364
15 Porciúncula	5.648	-	-	108	6.329
				46.854	214.413

(*) Economia é uma unidade predial, caracterizada segundo o artigo nº 96 do Decreto Estadual do Rio de Janeiro nº 553/1976, para efeito de cobrança (informação não revisada pelos auditores independentes).

1.1. Leilão de concessão

Em 29 de dezembro de 2020, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, acionista controlador da Companhia, divulgou no Diário Oficial do Estado o Edital para realização de leilão de concessão da Companhia, o qual previa que a distribuição de água e a coleta e tratamento de esgoto nos municípios do Estado, que eram de responsabilidade da Companhia, passariam para a iniciativa privada pelo período de 35 anos.

Os serviços que antes eram prestados, em regra, pela CEDAE foram divididos em duas etapas: a etapa upstream (serviços de reservação, captação, adução e tratamento de água bruta) e a etapa downstream (serviços de adução, reservação e distribuição de água tratada ao usuário final, bem como de coleta e tratamento de esgotos e disposição final de efluentes). A CEDAE permanecerá como prestadora da etapa

upstream na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ), ao passo que a etapa downstream será desestatizada, por meio de licitação. Já, no âmbito dos demais municípios do interior, todas as etapas (upstream e downstream) serão delegadas a concessionárias privadas.

As áreas geográficas de atuação da CEDAE foram divididas em quatro grandes blocos, que foram leiloados separadamente. Cada um abrange uma região da capital e um conjunto de 47 municípios.

Em 30 de abril de 2021, foi realizado concorrência pública para a concessão dos serviços de saneamento básico, que teve o seguinte resultado: (i) Blocos 1 e 4 - vencidos pela Águas do Rio; e (ii) Bloco 2 - vencido pela Igua Saneamento. Nota-se que naquela oportunidade, dos quatro blocos definidos para a contratação dos concessionários privados, apenas um deles, o Bloco 3, não registrou oferta qualquer de lance durante o leilão e, consequentemente, restou deserto o procedimento para a área estabelecida.

Posteriormente, em 11 de agosto de 2021, foram assinados os contratos de concessão entre o Estado do Rio de Janeiro e as sociedades de propósito específico criadas pelas licitantes vencedoras dos leilões (Consórcio Igua e Consórcio Aegea), coletivamente denominadas "Concessionárias" em cumprimento ao Edital. Segundo a cláusula oitava de tais contratos, o período de operação assistida do sistema teria a duração de até 180 (cento e oitenta) dias, ressalvando-se, nas subcláusulas 8.11 e 8.12, respectivamente, a possibilidade de antecipar ou postergar o prazo de tal operação.

Diante da ausência de licitantes interessados no Bloco 3, em 08 de novembro de 2021, o Estado do Rio de Janeiro, remodelando-o, publicou Edital de Concorrência Internacional nº 01/2021, passando o referido Bloco a conter os seguintes Municípios: Rio de Janeiro (Bairros da AP-5), Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Carapebus, Carmo, Itaguaí, Itaí, Macuco, Natividade, Paracambi, Pinheiral, Pirai, Rio Claro, Rio das Ostras, São Fidélis e São José de Ubá. Em 29 de dezembro de 2021, foi realizado o leilão para a concessão dos serviços de saneamento básico do Bloco 3, arrematado pela sociedade empresária SAAB Participações II S/A (Águas do Brasil).

Nesse cenário, quanto aos Blocos 1 e 4, foi assinado Termo de Encerramento Antecipado da Operação Assistida e Transferência do Sistema, no qual ficou acordada a data de 1º de novembro de 2021 para a eficácia do Termo de Transferência do Sistema. Quanto ao Bloco 2, o Termo de Transferência foi celebrado em 07 de fevereiro de 2022. Por fim, com relação ao Bloco 3, foi assinado em 29 de julho de 2022 o Termo de Encerramento da Operação Assistida e a Transferência do Sistema ocorreu em 01 de agosto de 2022.

1.2. Imunidade Tributária

Conforme divulgado na Nota 15, em 19 de junho de 2018, transitou em julgado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Civil Ordinária nº 2757/RJ, de autoria da Companhia. Nessa ação a CEDAE requereu imunidade tributária nos termos do artigo 150, VI "a" da Constituição Federal, por ser entendimento de seus Administradores e consultores jurídicos e legais que a Companhia, por ser como único acionista o Governo do Estado do Rio de Janeiro e prestar serviços de utilidade pública, estava imune a impostos por se equiparar a um ente público. O êxito obtido pela Companhia lhe assegurou a imunidade a impostos e, a partir da data do trânsito em julgado, a Administração deixou de apurar e recolher os impostos federais; baixando os valores a eles relacionados, sejam impostos a recuperar, recolher ou diferidos, uma vez que não existiria base de cálculo para apuração e realização desses impostos. Deve-se observar que a imunidade foi concedida à CEDAE no pressuposto desta ter como único acionista o Estado do Rio de Janeiro e que tal imunidade poderá ser revista, e perdida, caso terceiros passem a deter participação no capital da Companhia. Conforme nota técnica do escritório Sacha Calmon datada de 20 de janeiro de 2026, a Companhia manteve posicionamento a ação provável, mas não praticamente certo, visto que a Fazenda Nacional continua recorrendo em todas as ações, com possibilidade de alteração nos entendimentos firmados, que ainda não transitaram em julgado.

1.3. Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Em 1º de julho de 2020, ocorreu na sede da Companhia uma operação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. A operação, denominada "Águas Claras", investiga alegação de fraude em licitações e contratações emergenciais nos anos de 2015 a 2020 e deu cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos envolvendo a Companhia, a empresa contratada Chison Empreendimentos Imobiliários Ltda e determinados colaboradores (atuais e passados) da CEDAE. Adicionalmente em fevereiro de 2021 e em novembro de 2020 as polícias federal e civil do Rio de Janeiro nos solicitaram acesso aos contratos firmados entre a Companhia e as empresas contratadas RC Vieira Engenharia Ltda ("RCV") e Emissão Engenharia e Construções Ltda ("Emissão"), respectivamente.

A Companhia está acompanhando a investigação em andamento na Operação Águas Claras e vem prestando todas as informações solicitadas pelas autoridades. Os documentos pertinentes a investigação (mandado de busca e apreensão e termos de solicitação de informação do TCE) não mencionam valores e até a presente data nenhum colaborador ou ex-colaborador da Companhia foi indiciado.

Em 22 de julho de 2020, a Administração da Companhia designou uma Comissão Permanente de Sindicância para realização de investigação interna e independente, com supervisão e monitoramento contínuo pela Comissão de Ética da CEDAE e acompanhamento pelo Comitê de Auditoria Estatutário, sendo executada por colaboradores da Companhia, com o objetivo de averiguar possíveis irregularidades no âmbito da operação "Águas Claras".

Em continuidade ao processo de investigação interna a Companhia determinou a contratação de consultoria especializada em procedimentos forenses que possa, com ferramentas e recursos adicionais, complementar o trabalho efetuado pela Comissão de Sindicância. Neste contexto, em 01 de junho de 2021, foi assinado o contrato com consultoria especializada em investigação forense, Mazars Cabrera Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda. Os serviços foram executados conforme prazo acordado e o Relatório Final foi emitido em 23 de fevereiro de 2022. As constatações reveladas pela consultoria não geram impacto contábil, ou seja, não repercutiram nas Demonstrações Financeiras e foram encaminhadas ao Comitê de



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.362.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.brGOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Auditoria para encaminhamentos e providências cabíveis.

Durante todo o processo de investigação, a Administração da Companhia apresentou diversas iniciativas, como: (1) acompanhamento processual; (2) colaboração com as autoridades; (3) investigação independente pela Comissão Permanente de Sindicância; (4) contratação de consultores especializados em análises forenses; e (5) acompanhamento "shadow" do trabalho de análise forense pela Auditoria Independente. Tais medidas são apropriadas para o adequado esclarecimento dos fatos e proteção dos interesses da Companhia.

2. Resumo das principais políticas contábeis materiais

2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor (exceto pela reavaliação de ativos ocorrida em 2006), e no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 17 de junho de 2026 aprovou a emissão destas demonstrações financeiras.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação, enquanto aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

2.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

2.3.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado (Nota 5.4).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

2.3.2. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumento de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

a) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de dívida)

A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em

outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

2.3.3. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.3.4. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas quando há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira; ou
- O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em valor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

b) Passivos financeiros

2.3.5. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

2.3.6. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

2.3.7. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/IME n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.brGOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Aos passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

2.3.8. Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 14.

2.3.9. Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.10. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas.

A Provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

2.5. Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo, manutenção dos sistemas de águas e esgotos e materiais para obras (investimentos) são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de realização e estão classificados no ativo circulante. Os estoques consumidos são baixados ao resultado pelo custo médio das aquisições.

2.6. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são contabilizados no ativo não circulante e atualizados monetariamente. Os depósitos envolvendo processos classificados como perda "provável" tem a provisão judicial registrada contabilmente no passivo circulante.

2.7. Contratos de concessão (intangível e ativo de contrato)

A infraestrutura utilizada pela CEDAE relacionada aos contratos de concessão é considerada controlada pelo Município quando:

- O Município controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço;
- O Município controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão;
- Os direitos da CEDAE sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos são contabilizados como intangível como bens afetos a concessão, uma vez que a CEDAE tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os consumidores devem pagar pelos serviços da CEDAE; ou
- A Companhia ainda considera como intangível, bens não afetos (bens que são utilizados em conjunto por mais de um município, não sendo individualmente afetos a nenhum município) a concessão, a captação e as estações de tratamento, bem como suas respectivas adutoras de água.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que esse trabalho gere benefícios econômicos futuros.

A grande maioria dos contratos de concessão de serviços da Companhia firmados com os municípios é regulada por acordos de concessão de serviço, nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão (que historicamente se opera através de renovação das concessões), que nesse caso é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis definida pela Administração, quais sejam: infraestruturas de água e esgoto 2%; equipamentos 10%; equipamentos de transportes 20%; móveis e utensílios 10% e outros ativos 4%.

No entanto, o direito de receber caixa previsto nos contratos de concessão não é incondicional, pois, em todos os contratos, existe a opção de prorrogação do prazo ao final da concessão por parte dos municípios. Dessa forma, a Companhia não reconhece em seu balanço patrimonial qualquer ativo financeiro relacionado às indenizações futuras.

Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil, e que ocorrer primeiro.

2.7.1. Contratos operados de forma precária

Nos municípios de Quissamã, São João da Barra e Porciúncula, cujos contratos expiraram, os serviços estão sendo prestados de forma precária e apresentam previsão de recebimento de indenização ao final do contrato, conforme composição abaixo apresentada:

	2025	2024
Quissamã	1.210	1.249
São João da Barra	1.480	1.547
Porciúncula	104	116
	2.794	2.912

2.7.2. Contratos não mais operados

No caso de Angra dos Reis, onde a CEDAE já não opera, a Companhia tem direito à indenização pelos investimentos não amortizados, conforme a legislação vigente:..

	2025	2024
Angra dos Reis (a)	7.038	7.038
	7.038	7.038

(a) Em Angra dos Reis, conforme o "Termo de Transferência do Serviço de Abastecimento de Água" celebrado em sede de Ação Civil Pública, o valor da indenização foi estabelecido em R\$ 7.038 já aceito pelo Município.

2.8. Imobilizado

O imobilizado compreende, principalmente, as instalações administrativas que não integram os ativos objeto dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo de aquisição ou construção menos a depreciação e as perdas por recuperabilidade, quando necessárias. Quando aplicável, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado para os ativos qualificáveis.

O imobilizado tem a sua depreciação iniciada quando se torna disponível para uso, em seu local e na condição necessária, a partir do momento que esse ativo entra em operação. A depreciação é calculada de acordo com o método linear e as taxas médias são apresentadas na Nota 13. Os terrenos não sofrem depreciação. As vidas úteis dos ativos são revisadas e ajustadas, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas sobre alienações são determinados pela diferença entre o valor de venda e o saldo residual contábil e são reconhecidos no resultado do exercício, em outras receitas (despesas) operacionais.

2.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, denominados de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A Companhia considera sua operação pela interligação das redes como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), dado que a Companhia realiza subsídio cruzado conforme previsto pela Lei Federal nº 11.445/2007, e em sua avaliação não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

2.10. Empreiteiros e fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

2.11. Salários e encargos sociais

Representado, substancialmente, pelos valores de salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes são derivados de apropriação por competência (*accruals*) e são divulgados como parte das contas a pagar.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

2.13. Contribuição social corrente e diferida

As despesas de contribuição social compreendem as parcelas correntes e diferidas desse tributo.

Os tributos sobre renda que se encontram dentro do escopo do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro são: o Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") que estão reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesses casos, os tributos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de contribuição social corrente e diferida são calculados com base nas Leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável oferece margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A contribuição social corrente é apresentada líquida, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

A contribuição social diferida é reconhecida sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

A contribuição social diferida ativa é reconhecida somente na proporção em que for provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A contribuição social diferida ativa e passiva é compensada quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável, e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.14. Benefícios a empregados

a) Obrigações de aposentadoria

Os custos com planos de pensão Prece I, Prece II, Prece III, Prece IV e Prece CV são administrados pela Previdência Complementar ("Prece"), o plano de assistência médica Caixa de Assistência dos Empregados da CEDAE ("Cedae Saúde") e prêmio de aposentadoria são registrados com base em modelos atuariais em consonância com os requerimentos estabelecidos nas práticas contábeis.

A Companhia reconhece de forma imediata em outros resultados abrangentes os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mutações das premissas atuariais.

a.1) Plano de Benefício Definido ("BD")

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido (Prece I, II e Prece CV - optantes por renda vitalícia) utiliza modelos com atribuição que geralmente desdobra eventos individuais ao longo da vida estimada dos funcionários no plano. A política da Companhia é de financiar seus planos de aposentadoria com base em recomendações atuariais e em consonância com a legislação e os regulamentos aplicáveis.

As receitas ou despesas líquidas de aposentadoria são calculadas utilizando-se as premissas do início de cada exercício. Essas premissas são definidas ao final do exercício anterior e incluem as taxas de retorno de longo prazo esperadas nos ativos do plano, taxas de desconto e aumentos de taxas salariais. Um conjunto de taxas históricas reais, taxas esperadas e dados externos são utilizados pela Companhia para determinar as premissas usadas nos modelos atuariais. Quando os cálculos resultam em benefícios para a Companhia, o reconhecimento do ativo fica limitado ao total líquido de qualquer serviço passado não reconhecido e ao valor presente de qualquer reembolso do plano ou reduções das contribuições futuras do plano.

a.2) Plano de Contribuição Definida ("CD")

Para o plano de contribuição definida (Prece III, IV e CV), a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF nº 33.362.394/0001-04 NIRE nº 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.brGOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

períodos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos benefícios a empregados (Nota 20).

a.2.1) Plano de Contribuição Variável ("CV")

O Plano Prece CV surgiu da necessidade de se equacionar o Plano Prece I, de caráter de benefício definido que apresentava déficits contínuos. Nesse plano, a contribuição é definida previamente e o benefício é calculado de acordo com a reserva acumulada até a aposentadoria do participante. Esse plano foi desenvolvido com base nas últimas tendências do mercado de previdência com características mais seguras e exposição a menos riscos.

No Plano Prece CV, o benefício é desvinculado do plano do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), o que significa que a renda de aposentadoria e os critérios para elegibilidade aos benefícios independem das mudanças da previdência oficial.

A renda de aposentadoria será resultante do saldo acumulado das contribuições do participante e da patrocinadora, creditadas em contas individuais em nome de cada participante. O participante ativo poderá realizar contribuições adicionais e esporádicas com o objetivo de aumentar a sua reserva individual e, consequentemente, sua renda futura de aposentadoria.

O plano oferece, ainda, diferentes modalidades de percepção dos benefícios de aposentadoria que poderão ser resgatados nos modelos de renda vitalícia, por prazo determinado ou ainda por prazo indeterminado com ou sem pensão, à escolha do participante no momento de sua aposentadoria.

a.3) Plano de assistência médica

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido quando o funcionário permanecer trabalhando até a idade de aposentadoria e cumpre um período de trabalho mínimo de 35 anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários qualificados.

a.4) Prêmio de aposentadoria

A Companhia, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, pagará aos empregados que venham preencher os pré-requisitos para aposentadoria, requerendo-a no prazo máximo de 90 dias da data de aquisição do direito por motivo de aposentadoria e respectivo desligamento, um prêmio aposentadoria no valor correspondente à proporção de tempo de serviço prestado à CEDAE, considerando a data de admissão existente no registro do empregado. De acordo com os critérios estabelecidos no referido acordo, o valor do prêmio para o empregado beneficiário será equiparado ao seu piso salarial nas seguintes proporções de tempo de serviço trabalhado, efetivamente, na Companhia e antecessoras:

- (i) 10 pisos salariais àquele que possua 30 ou mais anos de serviço.
(ii) Àquele que possua 10 ou mais anos e menos de 30 anos de serviço será computado 0,33 pisos salariais, para cada ano completo de serviço.

2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O Valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica "dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

2.16. Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício na medida em que ocorra, em 2025 R\$1.776 (R\$1.541 em 2024).

Os programas contínuos, tais como os promovidos pelo Instituto Estadual do Ambiente ("Inea"), são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

2.17. Reconhecimento da receita**Prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto**

As receitas pelo fornecimento de água tratada para os blocos 1, 2, 3 e 4 são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre elas, devoluções, abatimentos e descontos.

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto dos municípios que a Cedae ainda opera são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou pela coleta de esgoto. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre elas, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi mensurado e faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os serviços são fornecidos; (ii) a receita pode ser mensurada com segurança; (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas ou custos, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados, e estão refletidas no resultado do exercício em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

b) Tributos sobre receitas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("Pasep") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("Cofins") de forma cumulativa, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

Os ativos e passivos decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

2.19. Apresentação de informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos tomadas pela Administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Dessa forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto, uma vez que o controle gerencial da Companhia é o conjunto das atividades de água e de esgoto. Outro fator considerado é a venda a uma base de clientes geograficamente dispersa, o que não permite uma análise segmentada dessa natureza. A mensuração de desempenho e apuração das informações por um único segmento está consistente com as práticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, uma vez que a Administração utiliza essas informações para analisar o desempenho da Companhia.

2.20. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de seu conjunto de demonstrações financeiras.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas de créditos esperadas), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos considerados no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.21. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A demonstração dos fluxos de caixa está sendo apresentada separando as seguintes atividades:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalente de caixa; e
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

3. Novos pronunciamentos e interpretações**3.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025**

Durante o exercício de 2025 foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas a seguir, já vigentes no exercício de 2025:

Norma ou interpretação	Descrição
Alterações nas IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática. Uma moeda é considerada conversível quando a Entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a Entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante. As alterações incluem principalmente o seguinte: ■ Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é; ■ Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra; ■ Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra; ■ Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível; ■ Exemplos ilustrativos; ■ Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada. Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Norma ou interpretação	Descrição
Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima	Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil. A Entidade não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados à sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis.

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos sobre a posição patrimonial e financeira e resultados do Instituto ou sobre as divulgações nestas demonstrações contábeis.

3.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Diretoria não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza.	1º de janeiro de 2026
IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação.	1º de janeiro de 2026
Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes.	1º de janeiro de 2026



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.brGOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Norma ou interpretação		Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após															
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras		A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil.	1º de janeiro de 2027															
IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública		Permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19.	1º de janeiro de 2027															
Atualmente, o Instituto está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.																		
4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas																		
As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.																		
4.1. Estimativas e premissas																		
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:																		
a)	Provisão para perdas de créditos esperadas para contas a receber e ativos de contrato																	
A Companhia registra a provisão para perdas de crédito esperadas (impairment) em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise da rubrica "Contas a receber de clientes", e de acordo com a prática contábil estabelecida na Nota 8.																		
A Companhia objetivando estimar os valores de provisão para perdas esperadas em suas contas a receber que serão reconhecidas no período, realiza análises de seus créditos considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos, tendo como base a inadimplência média observada nos períodos anteriores.																		
b)	Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão																	
A Companhia registra ativos intangíveis decorrentes de contrato de concessão de acordo com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e com a ICP 01 (R1). A Companhia estima o valor de mercado das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros.																		
Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil. Informações adicionais sobre a contabilização dos ativos intangíveis estão demonstradas na Nota 12. Adicionalmente, a Companhia não registra ativo financeiro de potencial indenização futura pelo retorno dos ativos de infraestrutura ao Poder Concedente ao final dos contratos, uma vez que entende que tais contratos serão renegociados para períodos futuros e a Companhia não terá direito aos valores de indenização.																		
O reconhecimento do valor de mercado dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas. O uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil dos ativos intangíveis também requer um significativo nível de premissas e estimativas, e o uso de diferentes premissas, estimativas e mudanças futuras pode afetar a vida útil dos ativos intangíveis e pode ter um impacto relevante no resultado das operações.																		
c)	Provisão para redução ao valor recuperável																	
A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.																		
A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os ativos imobilizados e os intangíveis resultantes de contratos de concessão relacionados aos sistemas de água e esgoto.																		
A avaliação do impairment dos ativos imobilizado e intangível exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, que não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste, taxas de crescimento futuro, para fins de extrapolação, vida útil remanescente dos ativos e/ou prazo de duração do contrato de concessão, entre outros fatores.																		
Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.																		
A Companhia também utiliza como premissa uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de avaliação de impairment (Nota 2.9).																		
Caso a taxa de desconto utilizada pela Companhia (10,25%) gerando um fluxo de caixa descontado R\$5.066.306, caso tivesse um incremento ou um decréscimo de um ponto percentual, teríamos a seguinte situação, conforme demonstrado a seguir:																		
2025																		
<table><tr><th></th><th colspan="2">Cenário WACC</th></tr><tr><th></th><th>9,25%</th><th>11,25%</th></tr><tr><td>Valor contábil dos ativos imobilizado e intangível</td><td>3.531.030</td><td>3.531.030</td></tr><tr><td>Fluxo de caixa descontado</td><td>5.844.132</td><td>3.950.680</td></tr><tr><td>Provisão de perda (impairment)</td><td></td><td></td></tr></table>					Cenário WACC			9,25%	11,25%	Valor contábil dos ativos imobilizado e intangível	3.531.030	3.531.030	Fluxo de caixa descontado	5.844.132	3.950.680	Provisão de perda (impairment)		
	Cenário WACC																	
	9,25%	11,25%																
Valor contábil dos ativos imobilizado e intangível	3.531.030	3.531.030																
Fluxo de caixa descontado	5.844.132	3.950.680																
Provisão de perda (impairment)																		
Não foram identificadas evidências de necessidade de reconhecimento de impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.																		
d)	Benefícios pós-emprego																	
O valor atual de obrigações pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para os planos de pensão, estão a taxa de desconto, a taxa de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.																		

A taxa de desconto deve ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, além de ser utilizada para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade como por exemplo debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações dos planos de pensão.					
Adicionalmente, a Companhia avalia os ativos existentes para cobertura das obrigações atuariais a valor justo ao fim de cada exercício quando da preparação da sua avaliação atuarial.					
Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.					
A Companhia utilizou para o cálculo atuarial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as tábuas de mortalidade, específica por sexo, descritas na Nota 20.					
e) Provisões					
A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas, cíveis e previdenciárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos nossos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.					
A Companhia constitui provisão para processos cuja probabilidade de perda é provável e o valor possa ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados.					
f) Contribuição social diferida					
O registro da contribuição social diferida ativa e passiva e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado.					
A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.					
g) Receitas não faturadas (15 Municípios ainda operados pela Cedae)					
As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil, tendo por base o consumo médio dos três últimos meses, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.					
5. Gestão de risco financeiro					
5.1. Fatores de risco financeiro					
As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.					
a) Risco de mercado					
Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.					
A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos captados a taxas variáveis de juros, sendo esses valores projetados.					
A tabela abaixo mostra os empréstimos, financiamentos e outros parcelamentos mantidos pela Companhia sujeitos à taxa de juros variável:					
	2025	2024			
Taxa Referencial ("TR")	763.141	601.944			
Índice Nacional de Preço ao Consumidor ("INPC")	293.158	325.818			
b) Risco de crédito					
De acordo com a Legislação Estadual de Saneamento, o devedor é o imóvel ocupado e, portanto, todos os valores devidos são atrelados aos imóveis correspondentes e, caso essas dívidas não sejam liquidadas, ficam imputadas em suas matrículas. A Companhia só pode proceder à baixa da dívida após a constatação da inexistência do imóvel por meio de vistoria no local. O cadastro de clientes da Companhia é permanentemente atualizado através de vistorias realizadas pelas lojas comerciais e o setor de cadastro acompanha diariamente todas as alterações efetuadas em seu banco de dados.					
O risco de crédito decorre de contas correntes, aplicações financeiras e depósitos judiciais mantidos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os riscos de crédito são monitorados pela Companhia da seguinte forma:					
(b.1) A Companhia constitui provisão para perdas de crédito esperadas de acordo com a expectativa de perda esperada, utilizando como base a inadimplência média e a recuperação de créditos históricos.					
(b.2) Exposição ao risco de crédito					
Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação dessas demonstrações financeiras é de R\$6.000.776 (R\$7.553.456 em 2024) composto pelo valor contábil dos ativos financeiros de concessões, títulos de dívida classificados como equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras e contas a receber de clientes na data do balanço representando 47% do total do ativo e 130% do patrimônio líquido (Notas 6 a 8).					
c) Risco de liquidez					
A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, dos empréstimos de instituições financeiras do Governo Federal e dos financiamentos nos mercados locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender as suas despesas de capital e operacionais.					
A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.					
	Menos de um ano (I)	Entre um e dois anos (II)	Entre dois e cinco anos (III)	Acima de cinco anos (IV)	Total
Em 31 de dezembro de 2025 (i)					
Empréstimos e financiamentos	129.892	282.576	730.835	1.113.958	2.257.261
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	73.178	46.771	31.444	-	151.393
Empreiteiros e fornecedores	86.239	-	-	-	86.239
Outras contas a pagar e Agências	83.473	-	-	33.026	116.499
Em 31 de dezembro de 2024 (i)					
Empréstimos e financiamentos	99.891	315.785	1.139.711	3.440.830	4.996.217
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	62.428	76.893	105.744	193.255	438.320
Empreiteiros e fornecedores	83.946	-	-	-	83.946
Outras contas a pagar e Agências	73.960	-	-	30.133	104.093
(i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos financeiros e parcelamentos.					
(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em convenção da Administração da Companhia, de modo a garantir uma análise adequada dos fluxos de pagamentos das principais obrigações ao longo do tempo.					



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/IMF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.brGOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Conforme demonstrado na tabela acima e detalhado na Nota 14, a Companhia vem buscando alinhar a sua geração de caixa às suas necessidades de desembolso e, ações concretas vêm sendo adotadas pela Administração, como a captação de recursos através de diversas operações financeiras, e que resultou em uma redução nas taxas de juros e consequente alongamento dos prazos de pagamento.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a CEDAE monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (considerando os de curto e os de longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Em 31 de dezembro de 2025, os índices de alavancagem financeira são calculados da seguinte forma:

	2025	2024
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 14)	759.928	599.968
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(2.383.119)	(2.784.708)
(Excesso de Caixa) / Dívida líquida	(1.623.191)	(2.184.740)
Total do patrimônio líquido	5.061.443	6.417.328

Capitalização total	3.438.252	4.232.588
Índice de alavancagem financeira (dívida líquida/patrimônio líquido)	N/A	N/A

5.3. Classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

A Nota 5.5 apresenta a definição da classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo para os principais ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

5.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado estão apresentados a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e aplicações financeiras têm seus valores de mercado idênticos ou muito próximos aos saldos contábeis.

Empréstimos e recebíveis

Incluem recebíveis, depósitos judiciais, saldos com fornecedores, bem como empréstimos e financiamentos e debêntures, ambos em moeda nacional.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A gestão desses instrumentos é efetuada pela Administração por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicação de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

5.5. Definição da classificação dos níveis hierárquicos dos instrumentos financeiros

	2025	2024
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nível 1)	2.383.119	2.784.708
Títulos e valores mobiliários (Nível 2)	40.714	101.262
Contas a receber de clientes (Nível 2)	1.068.401	1.639.021
Ativos Financeiros Concessões - ERJ (Nível 2)	3.108.542	3.028.465
Depósitos judiciais (Nível 2)	1.545.068	1.723.598
Outros créditos (Nível 2)	31.300	29.687
	8.177.144	9.306.741
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos e debêntures (Nível 2)	759.928	599.968
Empreiteiros e fornecedores (Nível 2)	86.239	83.946
Outras contas a pagar (Nível 2)	219.801	217.429
	1.065.968	901.343

5.6. Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou sujeitos à provisão para deterioração pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Moody's, Fitch Ratings e Standard & Poor's), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	2025	2024
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (Nota 6)	2.383.119	2.784.708
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	40.714	101.262
	2.423.833	2.885.970
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 17)	1.545.068	1.723.598

O risco de crédito das contas a receber da Companhia encontra-se detalhado na Nota 5.1.b.

A avaliação de rating das instituições financeiras custodiantes dos ativos de conta corrente, depósitos bancários e depósitos judiciais, é assim apresentada:

	Fitch Ratings	Moody's	Standard & Poor's
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Banco do Brasil S.A.	AAA	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal - CEF	AAA	AAA	AAA
Itaú Unibanco S.A.	AAA	AAA	AAA
Banco Santander	-	AAA	AAA
Daycoval	AA+	AA+	AA+
Digimais	BBB	BBB-	-

5.7. Análise de sensibilidade

A seguir é apresentado o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia. São apresentados dois cenários, a fim de demonstrar os saldos dos ativos e passivos financeiros convertidos a uma taxa projetada para 31 de março de 2026 com apreciação de 25% e 50% no Cenário I e 25% e 50% de deterioração no Cenário II, conforme tabela abaixo.

Cenário I

Projetada para 31 de março de 2026				
Instrumentos financeiros	Indexador	Valor de risco provável	Taxa maior em 25%	Taxa maior em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	2.418.734	2.439.179	2.459.624
Total		2.418.734	2.439.179	2.459.624
Passivo financeiro				
CCB - Subcréditos	TR	766.552	767.405	768.258
Prece	INPC	296.728	297.620	298.512
Total		1.063.280	1.065.025	1.066.770

Taxa projetada para 31 de março de 2026			
Referências para passivos financeiros - Cenário I	de 2026	Aumento da taxa em 25%	50%
CDI - trimestral	3,50%	4,37%	5,25%
TR - trimestral	0,45%	0,56%	0,67%
INPC - trimestral	1,22%	1,52%	1,83%

Cenário II

Projetada para 31 de março de 2026				
Instrumentos financeiros	Indexador	Valor de risco provável	Taxa menor em 25%	Taxa menor em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	2.418.734	2.398.288	2.377.843
Total		2.418.734	2.398.288	2.377.843
Passivo financeiro				
CCB - Subcréditos	TR	766.552	765.700	764.847
Prece	INPC	296.728	295.835	294.943
Total		1.063.280	1.061.535	1.059.790

Taxa projetada para 31 de março de 2026			
Referências para passivos financeiros - Cenário II	de 2026	Redução da taxa em 25%	50%
CDI - trimestral	3,50%	2,62%	1,75%
TR - trimestral	0,45%	0,34%	0,22%
INPC - trimestral	1,22%	0,91%	0,61%

Os índices utilizados tiveram como fonte:

CDI - <https://calculadorarendafixa.com.br/#/>
TR - https://www.portalbrasil.net/vr_mensal/
INPC - <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7063#n1/all/n7/all/n6/all/v/68/p/202312/c315/all/d/v/68%202/I,1+p+v,c315/r/resultado>

Essas análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia. Tais valores quando de sua liquidação poderão apresentar valores diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e contas movimento	36.889	15.382
Aplicações financeiras	2.346.230	2.769.326
	2.383.119	2.784.708

Aplicações financeiras	Modalidades	2025	2024
BTG Pactual	Fundos Renda Fixa	688.352	850.631
Caixa Econômica	Fundos Renda Fixa	369.826	547.967
Itaú	Fundos Renda Fixa	345.100	435.217
XP	Fundos Renda Fixa	135.859	51.292
Santander	Fundos Renda Fixa	362.429	263.051
Master	CDB	-	231.620
Banco do Brasil	Fundos Renda Fixa	2.045	128.063
Bradesco	Fundos Renda Fixa	306.445	178.759
Digimais	CDB / DPGE	90.165	-
Daycoval	CDB	10.782	-
	Fundos Renda Fixa ou CDBs	35.227	82.726
Outros			
Total		2.346.230	2.769.326

O excedente de caixa da Companhia é aplicado em ativos financeiros de acordo com as diretrizes e limites definidos na Política de Aplicações Financeiras da Companhia: ativos financeiros de alta liquidez, de baixo risco e em moeda nacional, tendo como meta esperada repor a rentabilidade do CDI do ano.

Os instrumentos financeiros são predominantemente representados por fundos de investimentos com alta liquidez, sendo conversíveis em recursos disponíveis em até um dia útil (D+1), sendo que a maioria é resgatável em D+0, de acordo com as necessidades de caixa da Companhia, sem que o resgate implique em relevante alteração de valor.

As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras, classificadas nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, totalizaram R\$148.421 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$271.454 em 2024) (Nota 24.b).

CEDAE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br

GOVERNO DO ESTADO

RIO DE JANEIRO

7. Títulos e valores mobiliários

	Natureza	2025	Rentabilidade	2024	Rentabilidade
Não Circulante					
Fundo de Investimento imobiliário Caixa Cedae (Fiicc)	Fundo Invest. Renda Fixa	-	-	64.206	10,74%
Fundo de Investimento em cotas Fundações – Novo Guandu (Fic)	Fundo Invest. Renda Fixa	-	-	23.554	10,31%
Fundo de Investimento Turquesa Corporativo RF (Fic)	Fundo Invest. Renda Fixa	26.808	14,15%	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário Banco do Brasil ("Ficc")	Fundo Invest. Imobiliário	7.149	-1,53%	7.260	-1,21%
Outros	Fundo Invest. Renda Fixa	6.757	14,64%	6.242	10,74%
		40.714		101.262	

8. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber faturadas (Antes do Leilão dos Blocos)	17.295.937	17.406.124
Contas a receber – Concessionárias (a)	973.616	1.536.824
Parcelamentos	226.615	282.402
Consumo a faturar	3.266	3.317
	18.499.434	19.228.667
Provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 8.1)	(17.431.033)	(17.589.646)
Contas a receber de clientes	1.068.401	1.639.021
Circulante	949.667	1.470.234
Não circulante	118.734	168.787
	1.068.401	1.639.021

(a) A redução do saldo ocorreu pela transferência de R\$ 720.837 para a conta "Acordo de Cooperação e Convergência – Águas do Rio (Nota 11).

8.1. Composição de contas a receber por classificação de cliente e por idade

A segregação das contas a receber entre órgãos da Administração Pública e terceiros, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se detalhada a seguir:

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	1.130.914	201	68.863	10.447	1.210.425
Vencidas em até 30 dias	8.334	3	2.932	1.062	12.331
Vencidas de 31 a 60 dias	5.143	7	35	643	5.828
Vencidas de 61 a 90 dias	6.592	-	1	491	7.084
Vencidas de 91 a 180 dias	22.605	10	32	1.895	24.542
Vencidas mais de 180 dias	15.615.165	235.836	64.913	822.085	16.737.999
Grandes Clientes	939.268	-	-	-	939.268
Arrecadação a Discriminar	(438.043)	-	-	-	(438.043)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	17.289.978	236.057	136.776	836.623	18.499.434

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	1.700.712	192	99.779	14.209	1.814.892
Vencidas em até 30 dias	7.581	33	91	793	8.498
Vencidas de 31 a 60 dias	9.934	31	11	582	10.558
Vencidas de 61 a 90 dias	11.601	11	10	692	12.314
Vencidas de 91 a 180 dias	20.255	3	91	2.136	22.485
Vencidas mais de 180 dias	15.709.848	236.003	65.119	815.399	16.826.369
Grandes Clientes	927.533	-	-	-	927.533
Arrecadação a Discriminar	(393.982)	-	-	-	(393.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.993.482	236.273	165.101	833.811	19.228.667

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito nas contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, utilizando-se de uma matriz de provisão:

Taxa de atraso em 31/12/2025	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal
A vencer	0,04%	100%	100%	100%
Vencidas em até 30 dias	0,05%	100%	100%	100%
Vencidas de 31 a 60 dias	0,07%	100%	100%	100%
Vencidas de 61 a 90 dias	0,09%	100%	100%	100%
Vencidas de 91 a 180 dias	0,17%	100%	100%	100%
Vencidas mais de 180 dias	98,08%	100%	100%	100%
Grandes Clientes	94,91%	-	-	-
Taxa de atraso em 31/12/2024	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal
A vencer	0,04%	100%	100%	100%
Vencidas em até 30 dias	0,05%	100%	100%	100%
Vencidas de 31 a 60 dias	0,06%	100%	100%	100%
Vencidas de 61 a 90 dias	0,07%	100%	100%	100%
Vencidas de 91 a 180 dias	0,13%	100%	100%	100%
Vencidas mais de 180 dias	98,47%	100%	100%	100%
Grandes Clientes	95,31%	-	-	-

A composição por idade do contas a receber líquido da provisão para perdas de crédito esperadas está apresentada a seguir:

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	1.130.503	-	-	-	1.130.503
Vencidas em até 30 dias	8.330	-	-	-	8.330
Vencidas de 31 a 60 dias	5.139	-	-	-	5.139
Vencidas de 61 a 90 dias	6.587	-	-	-	6.587
Vencidas de 91 a 180 dias	22.567	-	-	-	22.567
Vencidas mais de 180 dias	300.328	-	-	-	300.328
Grandes Clientes	32.990	-	-	-	32.990
Arrecadação a Discriminar	(438.043)	-	-	-	(438.043)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.068.401	-	-	-	1.068.401

	Terceiros	Federal	Estadual	Municipal	Total
A vencer	1.700.071	-	-	-	1.700.071
Vencidas em até 30 dias	7.577	-	-	-	7.577
Vencidas de 31 a 60 dias	9.928	-	-	-	9.928
Vencidas de 61 a 90 dias	11.593	-	-	-	11.593
Vencidas de 91 a 180 dias	20.229	-	-	-	20.229
Vencidas mais de 180 dias	240.145	-	-	-	240.145
Grandes Clientes	43.460	-	-	-	43.460
Arrecadação a Disc.	(393.982)	-	-	-	(393.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.639.021	-	-	-	1.639.021

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas pode ser demonstrada da seguinte forma:

Saldo em 1º de janeiro de 2024	(17.786.794)
Constituição (Nota 23.b)	(105.141)
Reversão (Nota 23.b)	302.289
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(17.589.646)
Constituição (Nota 23.b)	(48.391)
Reversão (Nota 23.b)	207.004
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(17.431.033)

9. Transações com partes relacionadas

i) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía os seguintes saldos com o acionista Controlador, o Estado do Rio de Janeiro, e órgãos relacionados:

	2025	2024
Ativo		
Circulante		
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	6.056	3.577
	6.056	3.577
Não circulante		
Ativos Financeiros Concessões – ERJ (Nota 10)	3.108.542	3.028.465
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	64.864	64.568
	3.173.406	3.093.033
	3.179.462	3.096.610
	2025	2024
Passivo		
Circulante		
Prece (c)	(106.265)	(96.801)
Cedae Saúde (c)	(51.357)	(35.828)
	(157.622)	(132.629)
Não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital (b)	(26.944)	(26.944)
Prece (c)	(194.673)	(263.797)
Cedae Saúde (c)	(4.047.351)	(2.569.688)
	(4.268.968)	(2.860.429)
Saldo líquido	(1.247.128)	103.552
	2025	2024
Resultado		
Passivo atuarial (Nota 20)	(363.175)	(293.719)
Serviços de abastecimento de água e esgoto (d)	37.674	36.030
Provisão para perdas de crédito esperada	(70.922)	(68.145)
Instituto Estadual do Ambiente ("Inea") (e)	(1.776)	(1.541)
	(398.199)	(327.375)

(a) Contas a receber de órgãos estaduais são valores a receber pela prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, em termos e condições praticados com terceiros não relacionados.

(b) Os créditos para futuro aumento de capital foram decorrentes de pagamentos efetuados diretamente pelo Estado do Rio de Janeiro, de obras com saneamento básico, contratados pela CEDAE.

(c) Os saldos do passivo atuarial com a Prece e Cedae Saúde estão devidamente demonstrados na Nota 20.

(d) Refere-se à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, nos mesmos termos negociais efetuados com terceiros.

(e) Refere-se a valores pagos ao Inea pela retirada de água dos rios e mananciais, para utilização no processo operacional da Companhia.

ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração e da Governança

O pessoal-chave da Administração e da governança inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê de Auditoria e o chefe da auditoria interna. A remuneração paga e a pagar está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Salários e encargos sociais	17.568	9.789
Plano de assistência médica	678	161
Planos de aposentadoria e pensão	232	125
Outros	860	592
	19.338	10.667

Esses valores foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de agosto de 2025.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

10. Ativos Financeiros Concessões – GERJ

	31/12/2025	31/12/2024
Indenização dos Ativos Leiloados (a)	2.945.517	2.797.075
Valores a receber – Obras Realizadas (b)	163.025	231.390
	3.108.542	3.028.465

a) A Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$2.945.517 (R\$2.797.075 em 31 de dezembro de 2024) referentes à indenização dos ativos não amortizados em decorrência do encerramento antecipado dos contratos de programa dos serviços municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O saldo é realizado em parcelas, anuais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 150.000, acrescida de atualização monetária anual, com base na inflação oficial acumulada nos meses de



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

intervalo entre os pagamentos, considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo. As parcelas serão adimplidas até 31 de dezembro do ano de vencimento preferencialmente por intermédio de dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela CEDAE, apurados com base no balanço patrimonial do exercício anterior. Em caso de insuficiência dos dividendos e juros sobre capital próprio para o adimplemento da obrigação prevista no Termo de Compromisso, o Estado do Rio de Janeiro complementarará o pagamento por meio de recursos orçamentários até alcançar o valor mínimo previsto.

O saldo foi registrado conforme Termo de Compromisso firmado pelo Estado do Rio de Janeiro, com a intervenção e anuência da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA, aprovado pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da CEDAE, conforme ATA da Reunião do Conselho do dia 17 de abril de 2023.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 31 de março de 2026, liquidou a terceira parcela do Termo de Compromisso, no valor de R\$ 175.054.

A movimentação do Ativo Financeiro pode ser demonstrada da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.794.755
Atualização monetária	135.022
Juros compensatórios	27.694
Baixa Compensação de Dividendos	(100.128)
Recebimento do Governo do Rio de Janeiro	(60.268)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.797.075
Atualização monetária	119.278
Juros compensatórios	29.164
Baixa Compensação de Dividendos	-
Recebimento do Governo do Rio de Janeiro	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.945.517

A metodologia de precificação dos ativos não amortizados da Companhia foi analisada pela Comissão Especial criada pela Secretaria de Estado da Casa Civil, através da RESOLUÇÃO Nº 85, de 05 de outubro de 2022, conforme Relatório publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 06 de outubro de 2022(SEI/ERJ - 42198661 – Relatório).

Em 28 de dezembro de 2023 foi celebrado o Oitavo Termo Aditivo ao encontro de contas de 08 de agosto de 2007 entre o Estado do Rio de Janeiro e a CEDAE, em que o Estado reconhece ser devedor de R\$ 291.705, em valores de abril de 2023, resultante da inadimplência parcial do Estado na quitação da dívida prevista na Cláusula Segunda do Termo Aditivo de 19 de setembro de 2012, Processo Administrativo nº SEI-150001/010085/2023, no qual o ESTADO se comprometeu a realizar a dação em pagamento, para a CEDAE, dos bens patrimoniais, que seriam incorporados ao ativo da Companhia, após a conclusão das seguintes obras: (i) Ampliação do sistema de abastecimento de água do bairro Parque Fluminense; (ii) Implantação do sistema de abastecimento de água de Inoã e Itaipuaçu; (iii) Ampliação do sistema de abastecimento de água do bairro Campo Grande;

Para a quitação do débito reconhecido e confesso, o ESTADO se compromete a pagar o valor de R\$ 291.705, equivalente a 67.323.219 (sessenta e sete milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e dezenove) UFIR-RJ do exercício 2023, igual a 4.3329, segundo Resolução da SEFAZ nº 482 de 23 de dezembro de 2022, atualizado pelo INPC, em 48 parcelas mensais no valor de R\$6.077 (seis milhões e setenta e sete reais), com

início em janeiro de 2024 e vencimento todo dia 25 de cada mês, ou primeiro dia útil subsequente. Os valores das parcelas serão corrigidos pela UFIR-RJ do ano do efetivo pagamento, acrescidos de 1% a.a. a título de juros compensatórios.

A movimentação do Ativo Financeiro pode ser demonstrada da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	291.704
Pagamento do ERJ – Estado do Rio de Janeiro	(76.430)
Atualização monetária	13.825
Juros compensatórios	2.291
Saldo em 31 de dezembro de 2024	231.390
Pagamento do ERJ – Estado do Rio de Janeiro	(80.759)
Atualização monetária	10.780
Juros compensatórios	1.614
Saldo em 31 de dezembro de 2025	163.025

11. Acordo de Cooperação e Convergência – Águas do Rio 4

Em 10 de julho de 2023, foi celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, a CEDAE e a Águas do Rio 4 Termo de Compromisso tendo por objeto a concessão, de forma excepcional e provisória, de diferimento de 22% sobre o valor das faturas mensais de fornecimento de água com previsão de ressarcimento à CEDAE garantida pelo Estado enquanto tramitava o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão nº 33/2021 em decorrência dos alegados impactos relacionados à política de tarifa social do Bloco IV.

Em 6 de junho de 2025, tendo em vista o reequilíbrio econômico-financeiro, foi celebrado Termo de Distrato nº 23/2025 ao Termo de Compromisso entre o Estado, a CEDAE e a Águas do Rio 4, com a previsão da obrigação da Águas do Rio 4 de indenizar a CEDAE pelo montante de R\$ 811.760 mil em razão do diferimento no prazo de até 36 (trinta e seis) meses. Na mesma data, a CEDAE e a Concessionária Águas do Rio 4 firmaram o Termo nº 24/2025 de Acordo de Cooperação e Convergência no qual a Águas do Rio 4, reconhecendo a dívida, se compromete à entrega de obras em um período máximo de três anos, para fins de indenização do referido montante. (cláusula 2.1). Nos termos da cláusula 2.3, seria definido no prazo de até 90 (noventa) dias o respectivo cronograma de execução, o que, até a presente data, não ocorreu. Assim, considerando a incerteza quanto à realização do ativo, a Administração da Companhia optou, adotando uma postura de prudência, pela constituição da provisão contábil correspondente à dívida. Ressalta-se que, não obstante a constituição da provisão, a Companhia adotará todas as medidas cabíveis com o objetivo de garantir o adimplemento, pela Águas do Rio 4, das obrigações referentes à indenização devida à CEDAE.

A movimentação do Acordo pode ser demonstrada da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Transferência do contas a receber (nota 8 (a))	720.837
Atualização monetária	150.825
Constituição de provisão p/Perda (Nota 25)	(871.662)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

12. Intangível e ativo de contrato

		Taxa de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil	
					2025	2024
Contratos em negociação para renovação		12	15.891	(5.799)	10.092	10.214
Contratos programas		3	16.732	(10.504)	6.228	6.797
Contratos concessão		7	42.953	(17.910)	25.043	25.901
Município do Rio de Janeiro		10	2.596.841	(934.816)	1.662.025	1.715.285
Intangíveis não afetos		12	3.017.104	(1.281.977)	1.735.127	1.741.479
Licença de Uso de Software		20	3.975	(3.917)	58	-
Marcas e patentes		7	126	(84)	42	50
Ativo de contrato (obras em andamento)		-	1.790.826	-	1.790.826	1.148.971
			7.484.448	(2.255.007)	5.229.441	4.648.697

	31/12/2024	Adições (*)	Baixa	Prov. Perda Teresópolis	Baixa Adiantament o Teresópolis	Amortização	Créditos Fiscais	Transferências	Capitalização de Juros	31/12/2025
Contratos em negociação para renovação (i)	10.214	32	-	-	-	(154)	-	-	-	10.092
Contratos programas (ii)	6.797	-	-	-	-	(569)	-	-	-	6.228
Contratos concessão (iii)	25.901	-	-	-	-	(858)	-	-	-	25.043
Município do Rio de Janeiro (iv)	1.715.285	1.408	-	-	-	(54.668)	-	-	-	1.662.025
Intangíveis não afetos (v)	1.741.479	4.466	-	-	-	(87.291)	-	76.473	-	1.735.127
Licença de Uso de Software		58	-	-	-	-	-	-	-	58
Marcas e patentes	50	-	-	-	-	(8)	-	-	-	42
Ativo de contrato (obras em andamento) (vi)	1.148.971	708.187	-	-	-	-	-	(76.473)	10.141	1.790.826
	4.648.697	714.151	-	-	-	(143.548)	-	-	10.141	5.229.441

	31/12/2023	Adições (*)	Baixa	Prov. Perda Teresópolis	Baixa Adiantamento Teresópolis	Amortização	Créditos Fiscais	Transferências	Capitalização de Juros	31/12/2024
Contratos em negociação para renovação (i)	137.832	200	-	(53.627)	(74.047)	(144)	-	-	-	10.214
Contratos programas (ii)	7.365	-	-	-	-	(568)	-	-	-	6.797
Contratos concessão (iii)	26.821	-	-	-	-	(920)	-	-	-	25.901
Município do Rio de Janeiro (iv)	1.769.894	-	-	-	-	(54.673)	64	-	-	1.715.285
Intangíveis não afetos (v)	1.599.633	568	-	-	-	(90.837)	135	231.980	-	1.741.479
Marcas e patentes	58	-	-	-	-	(8)	-	-	-	50
Ativo de contrato (obras em andamento) (vi)	908.316	486.374	(2.056)	-	-	-	-	(252.652)	8.989	1.148.971
	4.449.919	487.142	(2.056)	(53.627)	(74.047)	(147.150)	199	(20.672)	8.989	4.648.697

(*) As adições ocorridas no exercício de 2025 totalizaram R\$714.151 com recursos próprios, (R\$487.142 em 2024 com recursos próprios).

A Companhia opera contratos de concessão que preveem a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, e coleta, e tratamento de esgotamento sanitário. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público. Os contratos preveem que os bens relacionados à prestação de serviços serão revertidos aos municípios ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia operava em 15 municípios no Estado do Rio de Janeiro (17 em 31 de dezembro de 2023). Na maior parte desses municípios o período de concessão é de 30 anos (Nota 1).

Os intangíveis estão assim classificados:

(i) Contratos em negociação para renovação

Até 31 de dezembro de 2025, permaneciam em fase de negociação cinco contratos de concessão com municípios, sem prejuízo da continuidade da prestação de serviço. O valor contábil do intangível utilizado nestes municípios totalizava R\$10.091 em 31 de dezembro de 2025 (R\$10.214 em 2024) e os encargos de amortização desses municípios durante o exercício findo nessa data foram de R\$5.800 (R\$5.637 em 2024). Os contratos de concessão preveem que os bens afetos à distribuição serão revertidos aos municípios no final do prazo, mediante indenização pelo valor residual ou valor de mercado de acordo com o estipulado em cada contrato ou a prorrogação da vigência do contrato (Nota 1).

A Companhia vem trabalhando recorrentemente para a obtenção de resultados positivos no processo de renovação dos contratos de programas junto aos municípios que ainda não renovaram seus contratos com a CEDAE (Nota 2.7.1).

(ii) Contratos de programa - investimentos realizados

Referem-se às renovações dos contratos celebrados nas décadas de 70 e 80, denominados de concessão, através de contratos de programa nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007, que tem por objeto a prestação de serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em que a Companhia detém concessão dos bens existentes, adquiridos ou construídos durante a vigência destes contratos que estão sendo amortizados pela vida útil dos bens relacionados. Ao final dos contratos de programa, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o Poder Concedente opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO

RIO DE JANEIRO

(iii) Contratos de concessão

Os contratos de concessão e de programa preveem que os bens de distribuição serão revertidos ao município ao final do período contratual, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Ao final dos contratos de concessão, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o município opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iv) Município do Rio de Janeiro

No Município do Rio de Janeiro foi celebrado o Termo de reconhecimento recíproco de direitos e obrigações que constitui um ato jurídico perfeito firmado pelo Estado, Município e CEDAE para a gestão associada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 50 anos, automaticamente renovável por mais 50 anos.

Como parte desse termo, a Companhia tem a obrigação, em conjunto com o Município do Rio de Janeiro, de instalar, em suas respectivas áreas de atuação, de forma gradual e progressiva, sistemas de esgotamento sanitário pelo método de separadores absolutos, substituindo a utilização das galerias de águas pluviais e canais de drenagem pluvial para transporte de efluentes provenientes de unidades de tratamento de esgotos, que permanecerá em caráter transitório e sem quaisquer ônus. AAdministração da Companhia cumprirá essa obrigação até o término do referido termo, previsto para o ano de 2057. Os bens estão sendo amortizados durante o tempo de vida útil.

(v) Intangíveis não afetos às concessões (adutoras e outros)

Referem-se à infraestrutura necessária à execução dos serviços prestados em comum a todos os contratos de concessão, a qual, consequentemente, não pode ser individualmente vertida a nenhum município ao final do contrato de concessão. Essa infraestrutura em comum fica de forma vitalícia sob contrato de concessão, uma vez que os prazos dos contratos com os municípios não convergem.

(vi) Obras em andamento - Ativo de contrato

As obras em andamento referem-se, principalmente, a novos projetos e são representados por redes e ligações de tratamento de água no valor de R\$1.790.826 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.148.971 em 2024).

(vii) Reavaliação

A Companhia optou pela isenção do custo atribuído, conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, mantendo, assim, os seus bens do imobilizado, transferidos posteriormente para o intangível, pelos valores reavaliados na data-base de 2006. Em virtude do exposto, a Companhia reclassificou, em 1º de janeiro de 2009, o valor integral da reserva de reavaliação para outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Foram realizados, por amortização ou baixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os montantes de R\$222.441 (R\$95.772 em 2024) de outros resultados abrangentes, registrados em contrapartida da conta de "Lucros acumulados", deduzidos dos efeitos tributários (Nota 21.f).

Em 31 de dezembro de 2025, a contribuição social registrada no passivo não circulante decorrente desse acréscimo patrimonial de R\$22.000 (R\$9.472 em 2024) (Nota 18).

13. Imobilizado

	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	
				2025	2024
Terrenos	-	51.037	-	51.037	51.037
Edificações	4	18.171	(11.489)	6.682	7.328
Máquinas, equipamentos e instalações	10	34.199	(16.133)	18.066	11.840
Móveis e utensílios	10	5.236	(3.814)	1.422	1.194
Computadores	20	30.581	(16.218)	14.363	18.791
Programas de Informática	20	444	(34)	410	
Veículos	20	2.234	(2.170)	64	10
Benfeitorias	10	1.095	(727)	368	412
Máquinas, tratores e similares	20	1.251	(1.249)	2	-
		144.248	(51.834)	92.414	90.612

As movimentações do ativo imobilizado durante os exercícios de 2025 estão demonstradas a seguir:

	2024	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Prov. Perda Teresópolis	Baixa Adiantamento Teresópolis	Transferências	2025
Terrenos	51.037	-	-	-	-	-	-	-	51.037
Edificações	7.328	-	-	(646)	-	-	-	-	6.682
Máquinas, equipamentos e instalações	11.840	8.421	(54)	(2.141)	-	-	-	-	18.066
Móveis e utensílios	1.194	431	(17)	(186)	-	-	-	-	1.422
Computadores	18.791	158	-	(4.586)	-	-	-	-	14.363
Programas de Informática		444	-	(34)	-	-	-	-	410
Veículos	10	63	-	(9)	-	-	-	-	64
Benfeitorias	412	-	-	(44)	-	-	-	-	368
Máquinas, tratores e similares	-	2	-	-	-	-	-	-	2
	90.612	9.519	(71)	(7.646)	-	-	-	-	92.414

	2023	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Prov. Perda Teresópolis	Baixa Adiantamento Teresópolis	Transferências	2024
Terrenos	50.438	599	-	-	-	-	-	-	51.037
Edificações	7.411	562	-	(645)	-	-	-	-	7.328
Máquinas, equipamentos e instalações	11.114	2.659	-	(1.781)	-	(66)	(86)	-	11.840
Móveis e utensílios	956	442	-	(168)	-	(15)	(21)	-	1.194
Computadores	447	1.668	-	(3.996)	-	-	-	20.672	18.791
Veículos	15	-	-	(5)	-	-	-	-	10
Benfeitorias	413	-	-	(44)	43	-	-	-	412
Máquinas, tratores e similares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	70.794	5.930	-	(6.639)	43	(81)	(107)	20.672	90.612

a) Ativos dados em garantia

A Companhia não possui ativos imobilizados dados como garantia em operações realizadas com terceiros.

b) Imóveis pendentes de regularização

Conforme apresentado no laudo de avaliação dos peritos (exercício-base 2005), a Companhia possui a posse de 581 imóveis, no valor de R\$115.583 e de 85 terrenos no valor de R\$55.803, pendentes de legalização. A Administração determinou a área de patrimônio que envide todos os esforços necessários para regularização dos imóveis no menor tempo possível. Somente quando da regularização desses imóveis é que tais ativos serão reconhecidos contabilmente pela Companhia.

No contexto da reestruturação dos serviços de saneamento básico no Estado do Rio de Janeiro, parte dos bens afetos à prestação dos serviços foi objeto de transferência às concessionárias dos Blocos 1 a 4, entre 2021 e 2022, conforme previsto nos contratos de concessão, cuja formalização ficou condicionada à assunção da operação pelas concessionárias, respeitada a data limite acordada entre as partes.

Considerando a necessidade de avaliar o impacto dessas transferências sobre o saldo de imóveis pendentes de regularização, a Gerência de Controle Patrimonial - GCP realizou procedimento de conciliação entre a base de imóveis pendentes e a base de inventário fornecida no âmbito das concessões, contemplando a análise de endereços, tipos de instalações, logradouros, consultas às áreas internas da Cedae, responsáveis pelas instalações, e demais evidências disponíveis, incluindo a identificação de bens pelas novas concessões.

Como resultado, apurou-se que 262 endereços, no montante de R\$ 46.073 (base FGV/2005), foram transferidos às concessionárias.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, permanecem pendentes de legalização no imobilizado da Companhia 319 imóveis, no valor de R\$ 69.510 e 85 terrenos, no valor de R\$ 55.803, totalizando R\$ 125.313.

a) A depreciação acima não está apresentada com os efeitos de redução ocorridos através do benefício de recuperação de créditos fiscais de Pasep e Cofins baseados nas Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003.

14. Empréstimos e financiamentos

	2025	2024	Vencimento	Taxa
Financiamento - CCB FGTS 1ª Tranche (b)	527.281	438.150	2038	8,5% + TR a.a.
Financiamento - CCB FGTS 2ª Tranche (b)	112.756	111.976	2039	8,5% + TR a.a.
Financiamento - CCB FGTS 3ª Tranche (b)	119.891	49.842	2041	8,7% + TR a.a.
	759.928	599.968		

	2025	2024
Circulante	30.643	26.143
Não circulante	729.285	573.825
	759.928	599.968

Os empréstimos e financiamentos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) foram captados para aplicação em ampliação de redes de águas e esgotos sanitários, como também para ampliação de estações de tratamento, incidindo sobre eles as taxas de juros demonstradas acima. Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas e garantias, exceto o que for expressamente ressalvado em nota explicativa.

CEDAE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br

GOVERNO DO ESTADO

RIO DE JANEIRO

(i) Ações cíveis

	2025	2024
Juizados Especiais Cíveis		
Questionamentos de cobrança	424	210
Demais ações	2.870	3.179
Desabastecimento	443	993
Total dos Juizados Especiais Cíveis	3.737	4.382
Juizados de Fazenda Pública		
Desconstituição da tarifa diferenciada/progressiva/mínima	667.317	1.402.676
Desconstituição da tarifa de esgoto	287.798	275.577
Demais ações	321.875	269.706
Descumprimentos de contratos	100.044	243.746
Cobranças indevidas	151.982	150.491
Acidentes vazamentos/bueiro	22.857	22.833
Dano ambiental	242.974	146.226
Total de Varas Cíveis e de Fazenda Pública	1.794.847	2.511.255
Total das ações cíveis	1.798.584	2.515.637

Em 01/05/2026, no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1.584.607, o Supremo Tribunal Federal revisou o Tema 414 da repercussão geral e reconheceu a legalidade da cobrança de tarifa mínima por economias, com efeito vinculante e eficácia erga omnes.

Em razão desse entendimento, os processos ainda sem trânsito em julgado que versem sobre a matéria deverão ser julgados improcedentes, nos termos da tese fixada pelo STF. Consequentemente, o risco jurídico atribuído a essas demandas, classificado como 'provável', foi reclassificado para 'remoto' no montante de R\$711.559.

(iii) Ações trabalhistas

	2025	2024
Desvio de função	212.903	123.550
Incremento salarial	156.539	165.642
Progressão horizontal	81.657	87.064
Horas extras	104.823	119.709
Demais ações	215.980	163.192
Reintegração/reintegração aposentado	30.029	40.163
Retenção salarial	12.348	17.652
Equiparação/diferenças salariais	7.042	7.051
Enquadramento e reenquadramento	15.817	13.496
	837.138	737.519

(iii) Ações tributárias

As contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia, tendo como o objeto mais relevante o auto de infração.

A Companhia realiza constantes revisões nos critérios de provisionamento, de forma que revelem valores mais apurados. Nesse contexto, em relação a diversos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvam questões fáticas similares, foram atualizados os valores médios de condenações para fins de provisionamento, de modo a adotar critério que demonstre, tanto quanto possível, o quantitativo de futuras condenações.

c) Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, as causas classificadas como possíveis totalizam R\$1.435.000 (R\$1.443.934 em 2024), sendo R\$385.829 de ações trabalhistas, R\$404.850 de ações cíveis e R\$644.321 de ações tributárias (R\$414.737, R\$448.101 e R\$581.096, respectivamente, em 2024). As principais causas possíveis estão abaixo elencadas:

	2025	2024
Riscos trabalhistas	111.655	135.859
Desvio de função	19.859	20.731
Progressão horizontal por antiguidade	44.418	43.878
Reintegração	1.950	2.558
Enquadramento	2.096	2.131
Isonomia salarial	205.851	209.580
Outros	385.829	414.737
Riscos cíveis	143.394	157.611
Esgoto	1.472	604
Cobrança indevida	44.549	47.251
Contratos	61.184	61.310
Concessão de serviços	154.251	181.325
Outros	404.850	448.101
Riscos tributários	235.785	229.600
Pasep e COFINS	378.442	331.489
IRPJ e CSLL	30.094	20.007
Outros	644.321	581.096

Conforme as decisões do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em diferentes procedimentos administrativos, a Companhia poderá vir a ser titular de créditos (ativo contingente) que atinjam o montante de R\$36.731 em 31 de dezembro de 2025 (R\$36.731 em 31 de dezembro de 2024), referente a decisões que determinaram a devolução de valores pagos em razão de contratos celebrados mediante declaração de dispensa ou inexistência de licitação. Tais valores não estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, visto que não existem certezas em relação à realização desses montantes, uma vez que o processo não transitou em julgado a favor da Companhia.

c.1) Correção dos passivos trabalhistas pelo IPCA

(I) A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e a correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC;

(II) Serão considerados válidos os pagamentos já realizados com a utilização da TR (ou IPCA-E ou qualquer outro índice), não ensejando qualquer rediscussão;

(III) Serão mantidas e executadas todas as decisões transitadas e julgadas que adotaram em sua fundamentação a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1%, não cabendo discussão sobre o índice à luz do novo entendimento firmado pelo STF;

(IV) Os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento (ainda sem decisão ou em fase recursal) devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa SELIC (juros e correção monetária).

18. Contribuição social corrente e diferida

	2025	2024
Contribuições diferidas passivas	196.878	218.877
Ativo intangível - CSLL (Nota 12.vii)	108.290	97.328
Depósitos judiciais – CSLL	305.168	316.205
Contribuições diferidas passivas	(231.966)	(286.557)
Provisões para contingências – CSLL	(481.945)	(349.660)
Perda atuarial – CSLL	(17.247)	(22.068)
Perda PECLD – CSLL	(10.909)	(10.191)
Outras perdas – CSLL	(742.067)	(668.476)
Não circulante	(436.899)	(352.271)

A contribuição social diferida é calculada sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo da contribuição sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota desse tributo é de 9%.

Contribuição social ativa é reconhecida na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Como divulgado na Nota 18.b, a Companhia se tornou ente imune a impostos, consequentemente os créditos e débitos diferidos sobre IRPJ foram revertidos, uma vez que não existirá base de cálculo, que possibilite a realização dos valores diferidos de IRPJ.

A partir dos recolhimentos da Contribuição Social sobre o lucro do exercício de 2020 a Companhia optou pelo regime de apuração anual. Com recolhimento apurado com base no balancete de suspensão e redução mensal.

Movimentação das contribuições diferidas – Ativas e Passivas

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 1º de janeiro de 2025	349.660	286.557	(218.877)	(97.328)	32.259	352.271
Perda atuarial	132.285	-	-	-	-	132.285
Provisão para contingências	-	(54.591)	-	-	-	(54.591)
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	(10.962)	-	(10.962)
Ativo intangível	-	-	21.999	-	-	21.999
Outras perdas	-	-	-	-	(4.103)	(4.103)
Em 31 de dezembro de 2025	481.945	231.966	(196.878)	(108.290)	28.156	436.899

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença temporária sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 1º de janeiro de 2024	374.501	312.636	(228.348)	(86.650)	42.785	414.924
Perda atuarial	(24.841)	-	-	-	-	(24.841)
Provisão para contingências	-	(26.079)	-	-	-	(26.079)
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	(10.678)	-	(10.678)
Ativo intangível	-	-	9.471	-	-	9.471
Outras perdas	-	-	-	-	(10.526)	(10.526)
Em 31 de dezembro de 2024	349.660	286.557	(218.877)	(97.328)	32.259	352.271

a) Reconciliação da despesa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)

A reconciliação entre a despesa da contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Lucro antes da contribuição social	357.500	1.136.909
Alíquota nominal da contribuição social - %	9%	9%
Contribuição social às alíquotas vigentes	(32.174)	(102.322)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Cancelamento de contas	(7.219)	(8.605)
Outros	(98.714)	(5.724)
Contribuição social no resultado do exercício	(138.107)	(116.651)
Contribuição social corrente	(72.092)	(74.779)
Contribuição social diferido	(66.015)	(41.872)
Contribuição social no resultado do exercício	(138.107)	(116.651)

b) Imunidade Tributária sobre impostos federais “Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ”

Como reflexo da decisão, foram revertidos todos os ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ sendo também baixados os impostos a recuperar e a recolher em aberto até a data da obtenção da imunidade.

A CEDAE efetuou o pedido de restituição administrativa, junto à Receita Federal do Brasil, dos impostos federais recolhidos nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da ACO 2757, bem como durante o trâmite da ação, no valor de R\$3.192.009 (Três Bilhões e Cento e Noventa e Dois Milhões e Nove Mil) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente certa.

c) Mudança da forma de Tributação do PIS e da COFINS de Não Cumulativa para Cumulativa - Processo nº 0031167-36.2018.4.02.5101 em razão da “Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ”

A CEDAE peticionou junto à Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro apeção de mudança da forma de tributação do PIS e da COFINS para Cumulativa e também solicitou a rejeição de Indébito Tributário solicitando devolução de valores, uma vez que foi reconhecida a imunidade tributária de R\$1.628.622 (Um Bilhão e Seiscentos e Vinte e Oito Milhões e Seiscentos e Vinte e Dois Mil) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente correta.

19. Outras contas a pagar

	2025	2024
Indústria Antártica do Sudeste (a)	122.043	122.043
General Electric do Brasil (b)	50.735	50.735
Provisão para licença prêmio (c)	12.843	13.311
Outras contas a pagar	34.180	31.340
	219.801	217.429

(a) Indústria Antarctica do Sudeste

1. Processo Principal – Antarctica / AMBEV (0125330-44.1996.8.19.0001)

A ação discute a cobrança de tarifa de esgoto em imóvel industrial da antiga Indústria de Bebidas Antarctica. Sentença e acórdão reconheceram a inexistência de serviço prestado e condenaram a CEDAE à restituição de valores desde 1987. Após recursos rejeitados, as partes firmaram, em 1999, Transação Geral de Direitos, prevendo compensação da dívida por meio de fornecimento de água (em m³). O processo principal foi encerrado, e os autos foram remetidos ao arquivo definitivo em 15 de abril de 2024. A discussão remanescente refere-se exclusivamente à execução da transação.

2. Cumprimento de Sentença – Conversão em Perdas e Danos (0118695-65.2024.8.19.0001)

A AMBEV ajuizou cumprimento de sentença para converter a obrigação de fornecer água (m³) em perdas e danos, indicando valor atualizado original de R\$ 70.452. A CEDAE apresentou impugnação, alegando impossibilidade de cumprimento após a desestatização e ausência de título líquido.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Em 29 de maio de 2025, o juízo converteu a obrigação em perdas e danos e determinou a liquidação por arbitramento, com realização de perícia contábil. Os Embargos de Declaração da CEDAE foram rejeitados, e foi interposto Agravo de Instrumento, cujo efeito suspensivo foi negado.

O Agravo de Instrumento interposto pela CEDAE, que buscava a reversão da conversão em perdas e danos, foi desprovido em 28/10/2025. Em 10/11/2025 a CEDAE opôs novo recurso buscando a reversão da conversão

Em razão da inexistência de efeito suspensivo, o cumprimento de sentença 0118695-65.2024.8.19.0001 segue para análise pericial com indicação de quesitos em novembro de 2025.

(b) [General Electric do Brasil](#)

Trata-se de ação ajuizada pela GE visando a regularização do serviço de esgotamento sanitário e a restituição de valores pagos a título de tarifa de esgoto. Após sentença favorável à CEDAE, o Tribunal de Justiça reformou a decisão e condenou a Companhia a: (i) construir estação elevatória para prestação integral do serviço; (ii) restituir, de forma simples, os valores pagos a partir de julho/2015; e (iii) cobrar apenas 25% da tarifa de esgoto até a conclusão da obra. O Recurso Especial interposto pela CEDAE foi rejeitado, tendo havido trânsito em julgado em 15/09/2023.

O processo encontra-se em fase de execução, iniciada em janeiro de 2024. A CEDAE informou a transferência da responsabilidade dos serviços para a concessionária Águas do Rio (AEGEA) em 01/11/2021 e requereu sua exclusão do cumprimento da obrigação. O juízo determinou a suspensão do processo em 19/03/2024, até o julgamento do IRDR n° 0024943-76.2023.8.19.0000, que definirá a responsabilidade das novas concessionárias após a desestatização, portanto o processo permanece suspenso.

(c) [Provisão para licença prêmio](#)

Conforme disposto no Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 1º de setembro de 2016, referente ao período de 2016 a 2018, a licença-prêmio de três meses para cada cinco anos de serviços prestados é um benefício adquirido pelos empregados que tenham sido admitidos até de 2001 pela Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2009, não serão computados novos períodos de licença-prêmio, e para aqueles empregados que não tenham cinco anos completos a licença será computada de forma proporcional. Esse valor é atualizado mensalmente considerando os períodos de direitos adquiridos completos, sendo R\$16.477 em dezembro de 2025 (R\$15.755 em 2024) registrados no passivo circulante (no grupo de contas de provisões de encargos trabalhistas) e R\$12.843 no passivo não circulante (R\$13.311 em 2024).

20.

Passivo atuarial

A Prece - Previdência Complementar ("Prece") e a Cedae Saúde foram instituídas pela CEDAE como política de recursos humanos na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e com autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários e de assistência médica de seus funcionários, respectivamente. Na condição de patrocinadora, juntamente com seus empregados participantes, a CEDAE contribui mensalmente com o montante equivalente a 100% da

	2025	2024
Plano de previdência complementar - Prece (a)	42.351	34.781
Dívida Prece	258.586	325.818
	300.937	360.599
Plano de assistência médica - Cedae Saúde (b)	4.098.708	2.605.516
Prêmio aposentadoria (c)	49.155	39.793
	4.147.863	2.645.309
	4.448.800	3.005.908
Circulante	157.622	132.629
Não circulante	4.291.178	2.873.279
	4.448.800	3.005.908

O passivo atuarial da Companhia apresentou um aumento significativo no exercício de 2025 em decorrência da reavaliação das obrigações relacionadas ao plano de assistência à saúde. Esse incremento produziu impacto direto no patrimônio líquido da Companhia, em conformidade com o tratamento contábil estabelecido pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, sendo reconhecido por meio de outros resultados abrangentes, conforme aplicável.

Os principais fatores que contribuíram para o aumento da obrigação atuarial são detalhados a seguir:

- Mudanças no perfil da população
Embora o número total de beneficiários tenha apresentado uma ligeira redução em relação à avaliação anterior, ocorreram alterações no perfil demográfico da população avaliada, as quais resultaram em um aumento de aproximadamente R\$ 300.000 no valor da obrigação atuarial.
- Mudança na data-base do cálculo
A atualização da data-base da avaliação de 31/12/2024 para 31/12/2025 produziu efeitos distintos sobre os grupos de participantes.
Para os empregados ativos, verificou-se uma tendência de aumento da obrigação atuarial em decorrência da redução do período até o início esperado da utilização do benefício na condição de aposentado. Em contrapartida, para os aposentados e seus dependentes, houve redução da obrigação em razão da diminuição da expectativa de pagamentos futuros, reflexo do avanço da idade e da redução da expectativa de vida remanescente. Considerando que o grupo de aposentados e dependentes representa parcela mais significativa da obrigação atuarial total, o efeito de redução superou o aumento observado para os empregados ativos, resultando em uma redução líquida de aproximadamente R\$ 27.000 na obrigação atuarial.
- Alteração no percentual de subsídio do plano
Na avaliação anterior, foi considerada como premissa a concessão de subsídio de 70% para os empregados ativos e 60% para os aposentados. Na presente avaliação, esses percentuais foram revisados para 75% e 70%, respectivamente.
O aumento da participação da patrocinadora no custeio do plano de saúde elevou o compromisso futuro da Companhia, ocasionando um acréscimo de aproximadamente R\$ 510.000 na obrigação atuarial.
- Alteração no valor dos prêmios (contribuições)
Foi aplicado um reajuste linear de 20% nos valores dos prêmios do plano de saúde. Como consequência, verificou-se um aumento de aproximadamente R\$ 715.000 na obrigação atuarial, refletindo a elevação do custo esperado dos benefícios futuros.

Em conjunto, os fatores acima explicam o aumento expressivo do passivo atuarial registrado no exercício. Destacam-se, principalmente, o reajuste dos prêmios do plano de saúde e a ampliação dos percentuais de subsídio concedidos pela Companhia, cujos efeitos superaram a redução decorrente da atualização da data-base da avaliação atuarial, resultando em um impacto líquido aproximado de R\$ 1.498.000 na obrigação atuarial.

(a) Prece

A Prece administra os planos de benefícios previdenciários PRECE I, PRECE II, PRECE IV, PRECE III e PRECE CV, sendo os planos PRECE I e PRECE II estruturados na modalidade de benefício definido, os planos PRECE III e IV estruturados na modalidade de contribuição definida e o plano PRECE CV estruturado na modalidade de contribuição variável (ativos classificados na modalidade de contribuição definida e os assistidos na modalidade de contribuição definida para os optantes pela renda financeira e na modalidade de benefício definido para os optantes pela renda vitalícia). A quantidade de participantes por plano em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	
	Quantidade	
Participantes	Ativos	Pensão Aposentadoria
Prece I	29	554 274
Prece II	-	153 41
Prece III	784	2 13
Prece CV	633	1.682 1.988

2024

	Ativos	Pensão	Aposentadoria
Prece I	35	566	296
Prece II	-	159	46
Prece III	696	2	13
Prece CV	650	1.725	2.067

Plano Prece I

O Plano Prece I está determinado na modalidade benefício definido para os funcionários e diretores das patrocinadoras (Cedae Saúde, Prece e CEDAE), garantindo um benefício na aposentadoria cujo valor é 70% da diferença entre a pensão do INSS e a média dos 36 últimos salários, respeitando o salário limite expresso no regulamento.

Para a aposentadoria por tempo de contribuição são necessários 15 anos de filiação à Prece, 55 anos de idade e estar aposentado pela previdência oficial do INSS.

O plano garante aos participantes o benefício mínimo de 20% do salário, possuindo benefícios de risco de morte e invalidez permanente, podendo incluir como dependentes os mesmos beneficiários do INSS, e filhos até 21 anos de idade.

Este plano está fechado para novas adesões.

Em 31 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") aprovou o equacionamento do déficit do Plano Prece I (Análise Técnica nº 488/ CGTA/DITEC/PREVIC), da seguinte forma:

- Criação de contribuição extraordinária de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados), de modo a proporcionar o equilíbrio do plano.
- Alteração dos regulamentos dos planos Prece I e Prece II, ambos na modalidade de benefício definido, de modo a facultar o saldamento.
- Possibilidade de migração, com incentivo de participantes ativos (que optarem pelo saldamento), aposentados e pensionistas para um novo plano "Plano Prece Contribuição Variável - CV".

Como reflexo desse processo, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2010 um ganho de R\$559.081 no resultado de 2010 e que foi apurado através de cálculos atuariais efetuados pelos atuários independentes contratados pela Companhia, sendo oriundo exclusivamente da redução do passivo atuarial da Companhia compensado pelo aumento da contribuição dos participantes.

Em 29 de maio de 2011, foi encerrado o período de migração dos planos de benefício definido para o novo plano de contribuição variável, com o resultado de 7.312 migrantes, representando 62,9% de optantes sendo 3.136 ativos, 2.603 aposentados e 1.573 pensionistas.

Em junho de 2011, a Prece e a CEDAE foram notificadas da ação ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região - SINTSAMA ("SINTSAMA"), para suspender a cobrança da contribuição extraordinária e, dessa forma, encontra-se suspensa a cobrança daqueles empregados remanescentes no Plano Prece I.

Como resultado da ação mencionada, a Companhia estendeu o período migratório até outubro de 2011.

Adicionalmente, para os participantes que optaram pela migração, a Companhia pagará a título de incentivo o montante equivalente ao déficit acumulado do serviço passado. O valor dos incentivos totais oferecidos pela Companhia compreendeu R\$607.015, cujo contrato financeiro foi firmado em 15 de dezembro de 2011, prevendo o pagamento em 73 parcelas mensais, tendo o ocorrido o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2012. A correção do saldo devedor é de 6% ao ano, acrescido de INPC até a data do efetivo pagamento.

A Companhia utiliza como uma das premissas para mensuração do passivo atuarial, as contribuições extraordinárias de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados). As contribuições extraordinárias foram aprovadas pela PREVIC como parte do processo de equacionamento do déficit do Plano Prece I e encontram-se suspensas desde julho de 2011 em função de determinação judicial. A Companhia entrou com recurso contestando a referida decisão, no entanto, até a presente data, não houve decisão do mérito.

Em 2014, a PREVIC, como resultado da fiscalização das contas da Prece, determinou que a entidade de previdência efetuasse a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora. A Companhia manteve no passivo não circulante o valor de R\$177.310, que corresponde à parcela sob sua responsabilidade com relação às contribuições extraordinárias em 31 de dezembro de 2017. No exercício de 2018 houve decisão do mérito favorável a Companhia, tendo a PRECE revertido a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora, sendo que o valor das contribuições sob sua responsabilidade já se encontra incorporado no passivo não circulante.

Para a massa remanescente no plano PRECE I, em 2022 foi aberta nova migração para o plano criado na modalidade de contribuição definida, denominado como PRECE IV. A migração estava contemplada no projeto da Estratégia Previdenciária, que tinha como principal objetivo a redução dos riscos atuariais dos planos de benefícios administrados pela PRECE. A nova migração foi aprovada através da Portaria nº 814, de 07/12/2021, publicada no DOU em 14/12/2021, e teve o período de opção vigente de março/2022 a maio/2022. Após o atingimento das metas estabelecidas pela PREVIC para a efetivação da migração, o novo plano foi operacionalizado a partir da competência de agosto/2022. Ao todo, cerca de 60% da massa e do patrimônio dos planos PRECE I e II foi migrado para o plano PRECE IV, representando a migração de mais de 1.500 pessoas para o novo plano.

No momento da migração, dois equacionamentos estavam vigentes no plano PRECE I, montando o valor de R\$ 295.139. Desse montante, foi realizada a transferência de dívida para o PRECE IV proporcionalmente a parcela migrante, o que correspondeu ao valor de R\$ 188.767, remanescendo no plano de origem o valor de R\$ 106.372.

Em 31 de dezembro de 2025 não foram constituídas provisões atuariais, pois o saldo demonstrado no laudo atuarial conforme disposto no CPC 33 R1 (R\$25.247) está menor que os valores contabilizados nos contratos financeiros existentes entre a Companhia e a PRECE (R\$76.332).

Plano Prece II

Esse plano de benefício definido possui todas as regras idênticas ao plano Prece I e foi criado para suplementar a renda do Prece I, ultrapassando o teto seu limite. Esse plano também foi equacionado nos moldes descritos no item anterior e está fechado para novas adesões.

Para a massa remanescente no plano PRECE II, em 2022 foi aberta nova migração para o plano criado na modalidade de contribuição definida, denominado como PRECE IV. A migração do plano PRECE II estava condicionada também a migração do plano PRECE I, ou seja, àqueles que fossem vinculados ao PRECE II só poderiam migrar para o PRECE IV se migrassem também com o PRECE I.

No momento da migração, quatro equacionamentos estavam vigentes no plano PRECE II, sendo que destes somente os dois primeiros ainda possuíam saldo remanescente de responsabilidade da patrocinadora, uma vez que nos dois últimos equacionamentos a Companhia realizou a quitação do montante devido à vista. O valor total da dívida de equacionamento existente no PRECE II antes da efetivação da migração para o PRECE IV montava o valor de R\$ 41.618, sendo que desse valor R\$ 28.011 foi transferido para o novo plano, e R\$ 13.607 remanesceu no plano de origem.

Em 31 de dezembro de 2025 não foram constituídas provisões atuariais, pois o saldo demonstrado no laudo atuarial conforme disposto no CPC 33 R1 (R\$3.008) está menor que os valores contabilizados nos contratos financeiros existentes entre a Companhia e a PRECE (R\$10.027).

Plano Prece CV

O plano Prece CV está estruturado na modalidade de contribuição variável e abrange os participantes que migraram dos planos de origem (Prece I e Prece II), e tem como patrocinadoras a CEDAE, Cedae Saúde e a Prece. Os participantes podem optar pelas modalidades de recebimento do benefício: renda vitalícia, renda por prazo determinado não inferior a 10 anos, e renda por prazo indeterminado com ou sem reversão em pensão.

Nesse plano o participante possui uma conta individual (exceto a modalidade Renda Vitalícia), cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante que migrou com opção pela Renda Vitalícia mantém o rol de dependentes do plano de origem.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO

RIO DE JANEIRO

O participante optante pela Renda Indeterminada com Pensão pode inscrever-se como dependente a pessoa que guarde relação de dependência, observado os mesmos requisitos estabelecidos para o INSS.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal.

Este plano está fechado para novas adesões.

Plano Prece III

Criado para abranger os empregados admitidos a partir de 2006, que não possuem os outros dois planos de benefícios, sendo estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD) com benefício de risco para morte e invalidez. Esse plano é exclusivo para os funcionários da CEDAE.

Nesse tipo de plano o participante possui uma conta individual cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante poderá incluir como dependente os mesmos beneficiários reconhecidos pelo INSS, além de filhos com até 24 anos que estejam cursando o nível superior e para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário um mínimo de 10 anos de vinculação ao plano, 55 anos de idade e término do vínculo empregatício com a Companhia.

Inexiste joia, taxa de inscrição ou regresso, nem limitação máxima para o salário participação.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal, desde que o número de meses seja superior a 30.

Plano Prece IV

O plano PRECE IV está estruturado na modalidade de contribuição definida e foi criado em 2022 para contemplar os participantes e assistidos dos planos PRECE I e II que optaram por sua transferência na migração realizada no ano de 2022. Por ter sido criado exclusivamente para recepcionar os migrantes, o plano PRECE IV encontra-se fechado para novas adesões.

O novo plano possui características muito parecidas com o plano PRECE III, tendo destaque entre elas a possibilidade de alteração anual de modalidade, a oferta de saque à vista de até 25% do saldo acumulado no momento da concessão da aposentadoria, possibilidade de inclusão de qualquer pessoa como beneficiária sem a necessidade de comprovação de relação de parentesco, faixa de contribuição para escolha do participante, dentre outras.

O plano PRECE IV foi efetivado no mês de agosto/2022, sendo realizada na referida competência a transferência das dívidas de equacionamento registradas no plano de destino proporcionalmente à massa migrante. Ao todo foi transferido um montante de R\$ 216.000, sendo R\$ 188.000 oriundos do plano PRECE I e R\$ 28.000 oriundos do plano PRECE II. No mês da implementação do novo plano, a Companhia realizou o adiantamento para o plano PRECE IV de parte da dívida transferida, pagando à vista o montante de R\$ 54.000, para dar liquidez aos saques assumidos com os optantes pela migração.

Em 31 de dezembro de 2025 os valores contabilizados nos contratos financeiros existentes entre a Companhia e a PRECE montam o valor de R\$61.912.

(b) Caixa de Assistência aos Servidores - Cedaes Saúde

A Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE- Cedaes Saúde administra o plano assistencial destinado

aos empregados da CEDAE, Prece, Cedaes Saúde e seus dependentes dos exercícios de 2025 e 2024.

Participantes	2025	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial Cedaes Saúde	2.644	5.478

Participantes	2024	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial Cedaes Saúde	2.674	5.891

O Estatuto da Prece e o Regulamento do Plano Cedaes Saúde estão adaptados à legislação vigente.

Em julho de 2022, foi aprovado pela Caixa de Assistência dos Empregados da Cedaes - Cedaes Saúde e pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, a contratação do Bradesco Saúde S.A., pela Cedaes Saúde, para prestação de serviços médico hospitalares aos seus beneficiários. Os planos oferecidos pelo Bradesco Saúde aos beneficiários da Cedaes Saúde iniciaram sua cobertura a partir do dia 01 de agosto de 2022.

Como impacto deste processo será a redução do risco da operação do serviço assistencial da Entidade por meio da contratação de uma operadora de mercado com maior capilaridade de prestação de serviços com redução de custos de sua operação, associado ao ganho de escala da operadora de mercado contratada pela Entidade. Além disso, o impacto sobre a Patrocinadora está relacionado com a mitigação de risco futuro de novos aportes à Entidade e o impacto sobre os beneficiários está relacionado com a ampliação da rede credenciada disponível para acesso.

(c) Prêmio de aposentadoria

Em 31 de dezembro de 2025, o prêmio de aposentadoria da CEDAE possui 2.152 participantes (2.200 em 2024) (Nota 2.14.a.4).

As contribuições da Companhia para o fundo totalizaram:

	2025	2024
Plano de benefícios (Prece)	195	207
Plano de assistência (Cedaes Saúde)	410.650	317.688
Prêmio aposentadoria	993	377
	411.838	318.272

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2025	2024
Valor presente da obrigação de benefício definido	4.841.085	3.372.832
Valor justo dos ativos do plano	(512.303)	(517.798)
Passivo atuarial líquido	4.328.782	2.855.034

A reconciliação dos ativos e passivos (valores negativos) líquidos pode ser assim demonstrada:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedaes Saúde	Prêmio de Aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2024	(69.237)	(8.776)	-	(292.357)	(2.771.880)	(38.340)	(3.180.590)
Custo do serviço corrente	7	-	-	-	(24.196)	(1.536)	(25.725)
Custo com juros	(8.990)	(3.570)	-	(62.012)	(233.583)	(3.072)	(311.227)
Rendimentos esperados dos ativos	3.097	2.824	-	37.312	-	-	43.233
Contribuições da patrocinadora	207	-	-	-	317.688	377	318.272
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	38.414	5.932	-	147.425	106.455	2.778	301.004
Em 31 de dezembro de 2024	(36.502)	(3.590)	-	(169.632)	(2.605.516)	(39.793)	(2.855.033)
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	(22.508)	(1.430)	(23.938)
Custo com juros	(9.878)	(4.499)	-	(67.663)	(308.797)	(4.462)	(395.299)
Rendimentos esperados dos ativos	5.383	4.051	-	46.629	-	-	56.063
Contribuições da patrocinadora	195	-	-	-	410.650	993	411.838
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	15.555	1.030	-	38.000	(1.572.536)	(4.462)	(1.522.413)
Em 31 de dezembro de 2025	(25.247)	(3.008)	-	(152.666)	(4.098.707)	(49.154)	(4.328.782)

A movimentação das obrigações de benefícios pós-emprego durante os exercícios de 2024 e 2023 é demonstrada a seguir:

	Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2024	953.149	2.771.880	38.340	3.763.369
Custo do serviço corrente	(7)	24.196	1.536	25.725
Juros sobre obrigações atuariais	74.572	233.583	3.072	311.227
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos	(211.985)	(106.455)	(2.778)	(321.218)
Contribuições dos participantes	36.648	-	-	36.648
Benefícios pagos	(124.856)	(317.688)	(377)	(442.921)
Em 31 de dezembro de 2024	727.521	2.605.516	39.793	3.372.830
Custo do serviço corrente	-	22.508	1.430	23.938
Juros sobre obrigações atuariais	82.040	308.797	4.462	395.299
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos	(33.699)	1.572.536	4.462	1.543.299
Contribuições dos participantes	34.123	-	-	34.123
Benefícios pagos	(116.761)	(410.650)	(993)	(528.404)
Em 31 de dezembro de 2025	693.224	4.098.707	49.154	4.481.085

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios no exercício apresentado é a seguinte:

	Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2024	582.780	-	-	582.780
Rendimento esperado dos ativos	43.233	-	-	43.233
Ganho atuarial dos ativos do plano	(20.214)	-	-	(20.214)
Contribuições da patrocinadora	207	-	-	207
Contribuições dos participantes	36.648	-	-	36.648
Benefícios pagos	(124.856)	-	-	(124.856)
Em 31 de dezembro de 2024	517.798	-	-	517.798
Rendimento esperado dos ativos	56.063	-	-	56.063
Ganho atuarial dos ativos do plano	20.884	-	-	20.884
Contribuições da patrocinadora	195	-	-	195
Contribuições dos participantes	34.123	-	-	34.123
Benefícios pagos	(116.760)	-	-	(116.760)
Em 31 de dezembro de 2025	512.303	-	-	512.303

Id: 2743687

CEDAE

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br

GOVERNO DO ESTADO

RIO DE JANEIRO

A composição dos ativos dos planos é como segue:

	2024		
	Prece I	Prece II	Prece CV
Renda variável	-	-	-
Renda fixa	73,57%	81,00%	89,63%
Imóveis	13,83%	10,00%	5,09%
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-
Derivativos	-	-	-
Outros	12,60%	9,00%	5,28%
	100,00%	100,00%	100,00%

	2025		
	Prece I	Prece II	Prece CV
Renda variável	-	-	16,41%
Renda fixa	85,37%	90,00%	78,42%
Imóveis	12,68%	9,00%	3,91%
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-
Derivativos	-	-	-
Outros	1,95%	1,00%	1,27%
	100,00%	100,00%	100,00%

Todos os planos de benefícios definidos da CEDAE possuem fundamento, ou seja, existem ativos garantindo os passivos atuarias. Dessa forma, a Companhia só possui planos com cobertura parcial ou totalmente cobertos, por isso não segregou sua análise atuarial.

Os valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes são:

	2025	2024
Custo do serviço corrente	(23.939)	(25.725)
Juros sobre obrigações atuariais	(395.299)	(311.227)
Rendimento esperado dos ativos	56.063	43.233
Reconhecido no resultado (Nota 25)	(363.175)	(293.719)
	2025	2024
Saldo inicial dos ganhos (perdas) atuariais acumulados do resultado abrangente em 1º de janeiro	(2.033.729)	(2.243.842)
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - Prece	500	125.021
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - Cedae Saúde	(1.669.850)	102.248
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - prêmio de aposentadoria	(4.465)	3.624
Contribuição social diferida	150.643	(20.780)
Total dos ganhos (perdas) líquidos (as) atuariais no exercício do resultado abrangente	(1.523.172)	210.113
Total dos ganhos (perdas) atuariais acumulados do resultado abrangente em 31 de dezembro	(3.556.901)	(2.033.729)

Apresentamos abaixo as contribuições esperadas para o encerramento do ano fiscal de 31 de dezembro de 2026:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Total
1. Companhia	203	-	270	-	-	473
2. Participantes	1.107	449	-	-	-	1.556

O perfil de vencimento do pagamento de benefícios:

	Prece I	Prece II	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria	Total
2026	19.829	7.470	107.947	289.136	10.253	434.635
2027	19.026	7.049	102.372	286.713	3.482	418.642
2028	18.223	6.645	96.901	283.973	5.082	410.824
2029	17.437	6.259	91.556	282.323	5.175	402.750
2030 ou posterior	76.080	26.183	383.195	1.671.696	30.991	2.188.145
Duração (em anos)	9,24	6,92	8,57	-	-	-

Apresentamos abaixo a análise de sensibilidade da avaliação atuarial:

	Prece I			
	Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto		Aumento de 1,0%	(6.310)	(7,49)
		Redução de 1,0%	7.121	8,46
	Prece II			
	Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto		Aumento de 1,0%	(2.310)	(5,81)
		Redução de 1,0%	2.599	6,53
	Prece III			
	Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto		Aumento de 1,0%	(69)	(4,13)
		Redução de 1,0%	73	4,37
	Prece CV			
	Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto		Aumento de 1,0%	(31.939)	(5,61)
		Redução de 1,0%	35.770	6,28
	Cedae Saúde			
	Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto		Aumento de 1,0%	(368.003)	(8,98)
		Redução de 1,0%	438.939	10,71
	Prêmio de Aposentadoria			
	Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)
Taxa de desconto		Aumento de 1,0%	2.648	5,39
		Redução de 1,0%	(2.376)	(4,83)

Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões dos planos: Prece, Cedae Saúde e Prêmio de Aposentado ria em 31 de dezembro de 2025 são as seguintes:

Hipóteses econômicas	Plano de benefício				Plano de assistência médica Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria
	I	II	III	CV		
Taxa de desconto ao ano - %	7,28	7,43	7,74	7,31	7,16	7,35
Crescimento salarial - %	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,07
Inflação - %	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05
Fator capacidade - %	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00
Aging Factor - %	-	-	-	-	2,50	-
Inflação Médica - %	-	-	-	-	2,50	-
Hipóteses demográficas	Plano de benefício				Plano de assistência - Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria
	I	II	III	CV		
Tábua de mortalidade	AT-83 IAM masculina	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo	AT-2000 Basic masculina	AT-2000 Basic masculina	AT-2000 Basic masculina
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	MI-85 segregada por sexo	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Não Aplicável
Tábua de entrada de invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Americana	Não Aplicável	Mercer Disability segregada por sexo e desagravada em 30%
Rotatividade	Nula	Nula	Nula	Nula	Experiência Prece 2016/2020	Experiência Prece 2016/2020
Composição familiar - ativos	(*)	(*)	(*)	Não Aplicável	(**)	Não Aplicável
Composição familiar - assistidos	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Não Aplicável

(*) 70% casados, cônjuge sexo masculino 5 anos mais velho.

(**) 70% casados, cônjuge sexo masculino 5 anos mais velho e um filho com 16 anos.

Imprensa Oficial

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

GOVERNO DO ESTADO

RIO DE JANEIRO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.

Assinado digitalmente em Terça-feira, 23 de Junho de 2026 às 04:50:18 -0300.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO

RIO DE JANEIRO

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$4.754.493 (R\$4.027.560 em 2024), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 629.071.608 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal (629.071.608 ações em 2024).

Em 31 de julho de 2025, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento seu capital social em R\$726.933 mediante capitalização do excedente do lucro líquido após as destinações legais, sem alteração do número de ações.

A composição do capital social em 2025 e 2024 por quantidade de ações está assim distribuída:

	2025		2024	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Estado do Rio de Janeiro	629.069.118	99,9996	629.069.118	99,9996
Outros	2.490	0,0004	2.490	0,0004
	629.071.608	100,0000	629.071.608	100,0000

b) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, logo o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação, naquelas datas.

As tabelas abaixo apresentam os dados de resultados e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízo) básico e diluído por ação:

	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	219.393	1.020.258
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas milhares	629.072	629.072
Lucro básico por ação (R\$)	0,35	1,62

c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em consonância com a legislação societária na ordem de 25% do lucro líquido remanescente, após a constituição da reserva legal. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9 da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação "pro rata" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração propôs a destinação do lucro calculado como segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	219.393	1.020.258
Reserva legal - 5%	(10.970)	(51.013)
	208.423	969.245
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(52.106)	(242.311)
Distribuição proposta		
Dividendos a pagar	(52.106)	(242.311)
Quantidade de ações ordinárias	629.072	629.072
Dividendos por ação	0,08283	0,38519

d) Reserva de lucros e reserva legal

Conforme estabelecido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

A reserva legal é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social sendo que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social, conforme previsto no artigo 193 da Lei Federal nº 6.404/1976. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva legal é de R\$268.375279.581 (R\$257.405 em 31 de dezembro de 2024). A seguir a composição da reserva de lucros:

	2025	2024
Reserva legal	268.375	257.405
Retenção de lucros (*)	1.855.259	2.203.434
Reserva de lucros	2.123.634	2.460.839

(*) A reserva de lucros é composta: (i) reserva para expansão, que tem por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante. Em 30 de abril de 2020, foi aprovada em AGO, a destinação de R\$300.000, para esta reserva.; e (ii) reserva para retenção de lucros: que é formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações legais, conforme previsto na Lei Federal nº 6.404/1976.

e) Reserva estatutária

Reserva para expansão, que tem por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante. É formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações legais, conforme previsto na Lei Federal nº 6.404/1976, não podendo o total desta reserva ultrapassar o valor do Capital Social da Companhia. Em 30 de abril de 2020, foi aprovada em AGO, a destinação de R\$300.000, para esta reserva.

f) Outros resultados abrangentes

A movimentação é composta pelo saldo da reserva de reavaliação, líquido das realizações do período que em 31 de dezembro de 2025, foram de R\$222.441 (R\$95.772 em 31 de dezembro de 2024), sendo ambos os saldos líquidos da contribuição social diferidos.

g) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

22. Receita operacional líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2025	2024
Serviço de fornecimento de água dos blocos 1, 2, 3 e 4 (a) (b)	3.103.509	3.080.312
Serviços de distribuição de água	247.067	297.490
Receita bruta de serviços	3.350.576	3.377.802
Tributos sobre faturamento	(126.700)	(126.400)
	3.223.876	3.251.402

 (a) Conforme firmado nos contratos de interdependência entre a Cedae e as novas concessionárias, será efetuado o pagamento pelo fornecimento de água entregue até o término do quarto ano da concessão, o qual será faturado mensalmente. Atualmente, as concessionárias pagam o valor de R\$2,28m3 de água e partir do quinto ano da concessão será pago o valor de R\$2,26m3, sendo esses valores reajustados pelos índices e prazos aplicáveis. A Cedae deverá disponibilizar os volumes mínimos de água estipulados pela agência reguladora (Agensera) para cada bloco durante os 3 primeiros anos de concessão. Em até 60 dias antes do término estipulado para encerramento do terceiro ano da concessão, a concessionária enviará a Agensera o planejamento estimado de demanda de volume mínimo de água potável a ser fornecido pela CEDAE. (b) Em julho de 2023 a CEDAE assinou o Termo de Compromisso originado da solicitação da Águas do Rio, concessionária do Bloco 4, junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, pleiteando uma redução do valor das faturas a serem cobradas referentes ao faturamento da venda de água tratada. Essa solicitação, conforme justificativa da concessionária, deve-se por ter sido identificado um número substancial de usuários com tarifa social na área de concessão do Bloco 4, que segundo a concessionária, excedia o previsto no Edital de concessão, resultando em um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Em acordo realizado entre governo do Estado e a Concessionária, com o aceite da CEDAE, formalizado através do Termo de Compromisso, houve a concordância no diferimento temporário do pagamento das faturas em 22% do valor total limitada pelo tempo necessário para que a agência reguladora realize os ajustes necessários na tarifa de água, a fim de manter o benefício da tarifa social para as 1.263.600 pessoas residentes na área de concessão do bloco 4. O ressarcimento dos valores diferidos, conforme termo de compromisso, é garantido pelo Estado do Rio de Janeiro. Em 06 de junho de 2025 a Companhia assinou em conjunto com a empresa Águas do Rio acordo de cooperação e convergência que teve como objetivo a regularização do saldo devedor relativo ao diferimento. (Nota 11) 23. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais a) Custo dos serviços prestados | | 2025 | 2024 | |--|-------------|-------------| | Energia Elétrica | (359.925) | (397.044) | | Custos com serviços de terceiros | (305.207) | (173.398) | | Custos com pessoal | (631.389) | (584.869) | | Custos com depreciação e amortização (Notas 12 e 13) | (151.194) | (153.789) | | Custos com material | (224.094) | (218.237) | | Créditos de Pasep e COFINS sobre depreciação | - | 242 | | Outras | (25.676) | (13.274) | | | (1.697.485) | (1.540.369) | b) Despesas comerciais | | 2025 | 2024 | |--|----------|----------| | Despesas com serviços de terceiros | (18.634) | (20.830) | | Despesas com pessoal | (19.734) | (19.093) | | Despesas com material | (124) | (1.750) | | Outras | (5) | (1.491) | | | (38.497) | (43.164) | | Reversão de prov. para perdas de crédito esperadas, líquida (Nota 8.1) | 158.613 | 197.148 | c) Despesas gerais e administrativas | | 2025 | 2024 | |------------------------------------|-------------|-----------| | Despesas com pessoal | (321.467) | (286.293) | | Despesas com serviços de terceiros | (306.585) | (202.392) | | Despesas com material | (2.421) | (2.339) | | Acordos Judiciais (*) | (292.852) | (17.474) | | Outras | (104.845) | (78.666) | | | (1.028.170) | (587.164) | (*) - Acordo Consensual de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em virtude das prorrogações de prazo do contrato nº 011/2002 (ETE de Alegria) – celebrado em 06 de fevereiro de 2025 entre a CEDAE e o Consórcio Camargo Correa/SERGEN/Engeform II – no valor de R\$128.538, a ser quitado em 12 parcelas, liquidado até 30 de junho de 2025 quatro parcelas no montante de R\$42.844. - Acordo proc. 0403197-75.2009.8.19.0001 RTE Mollitian Investimentos e Partic. e Outros. - Acordo proc. 0041188-67.2020.8.19.0001 RTE Cons. Medeiros Darwin. 24. Resultado financeiro a) Despesas financeiras | | 2025 | 2024 | |--|-----------|----------| | Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos | (57.303) | (34.270) | | Juros passivos e sobre parcelamentos tributários | (47.395) | (61.479) | | Multas, juros e acréscimos moratórios sobre pagamento em atraso das obrigações tributárias | (1.366) | (390) | | Outras | (1.109) | (2.422) | | | (107.173) | (98.561) | b) Receitas financeiras | | 2025 | 2024 | |---|---------|---------| | Atualização monetária | 136.325 | 134.512 | | Atualiz. Acordo Coop. Converg-Águas do Rio 4 (Nota 11) | 150.825 | - | | Atualização monetária e Juros compensatórios ativo financeiro (Nota 10) | 160.836 | 178.832 | | Rendimentos de aplicações financeiras (Nota 7) | 418.421 | 271.454 | | Multas por impontualidade | 2.603 | 2.600 | | Juros auferidos | 13.915 | 17.200 | | Descontos obtidos e bonificações | 5.687 | 3.475 | | | 888.612 | 608.073 | 25. Outras despesas operacionais líquidas | | 2025 | 2024 | |---|-------------|-----------| | Outras receitas operacionais | | | | Demais receitas operacionais | 3.867 | 4.616 | | Reversão de provisões | 6.571 | 9.026 | | Recuperação de despesas judiciais | 39.448 | 49.533 | | | 49.886 | 63.175 | | Outras (despesas) operacionais | | | | Constituição de prov.p/Perda – Acordo de Coop e Convergência Águas do Rio 4 (Nota 11) | (871.662) | - | | Constituição de provisão para contingências, contingências, líquida (Nota 17 (b)) | 397.086 | (281.173) | | Constituição de passivo atuarial, líquida (Nota 20) | (363.175) | (293.719) | | Prov.p/Perdas Aplic.Financ.-Banco Master (*) | (222.757) | - | | Despesas fiscais | (14.416) | (6.423) | | Constituição de provisão para perda de ativos, líquida | (13.366) | (59.781) | | Impairment concessão Teresópolis | - | (53.708) | | Outras | (3.872) | (18.827) | | | (1.092.162) | (713.631) | | | (1.042.276) | (650.456) | |



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF nº 33.352.394/0001-04 NIRE nº 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

(*) Diante do rebaixamento da nota de crédito pela agência FITCH de classificação de risco, a Companhia decidiu provisionar o saldo da aplicação em CDB mantida nesta instituição. O valor total do investimento registrado em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 222.757.

Em 18 de novembro de 2025, o Banco Central do Brasil decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master, instituição emissora da aplicação financeira da Companhia na modalidade Certificado de Depósito Bancário (CDB).

Com a liquidação extrajudicial, os pagamentos do banco foram suspensos, e a Companhia deverá realizar a habilitação de crédito junto ao liquidante designado. Seguindo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis, a Companhia realizou uma avaliação da recuperabilidade do crédito. Considerando a ordem de preferência dos credores, o histórico de recuperações similares e a adoção de uma postura conservadora, a Administração da Companhia optou por reconhecer a perda integral do valor mediante a constituição de uma provisão.

A Administração permanecerá atenta e continuará acompanhando o andamento da liquidação extrajudicial. Caso surjam novas informações, a estimativa de perda poderá ser revista. A Companhia publicou um fato relevante sobre o assunto em 18 de novembro de 2025.

26. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros e importâncias seguradas:

Riscos	Data vigência		2025	2024
	De	Até		
Riscos operacionais (imóveis) danos materiais	11/09/2025	11/09/2026	214.965	288.715
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores	24/08/2025	24/08/2026	20.000	20.000
Prédio sede - Av. Presidente Vargas, 2655	01/05/2025	01/05/2030	73.832	-

Rafael Rolim de Minto
Diretor-Presidente

Rodrigo Luiz Resende Morales
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relação com Investidores

Nathalie Carvalho Giordano Macedo
Diretor Jurídico

José Ricardo Ferreira de Brito
Diretor de Saneamento e Grande Operação

Humberto de Mello Filho
Diretor Técnico e de Projetos

Renato Ferreira Coelho
Assessor Chefe
Contador - CRC-RJ089799/O-3

Marco Aurélio Damato Porto
Diretor de Desenvolvimento das Cidades

Philippe Campello Costa Brondi da Silva
Diretor de Sustentabilidade

PARECER DO CONSELHO FISCAL CEDAE Nº 001/2026

Senhores Acionistas,

1. O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

2. Os exames foram efetuados, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e ainda, no parecer da BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. O referido Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam, adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia.

3. Diante do exposto, este Conselho Fiscal aprova as contas da Companhia e opina no sentido de que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2026.

LEONARDO DA SILVA MORAIS
Presidente do Conselho Fiscal
CPF nº. 052.450.977-88

LILIANE FIGUEIREDO DA SILVA
Membro do Conselho Fiscal
CPF nº. 057.465.807-67

AROLD RODRIGUES GONÇALVES NETO
Membro do Conselho Fiscal
CPF nº. 131.004.697-20

PAULO CESAR QUINTANILHA
Membro do Conselho Fiscal
CPF nº. 260.697.507-30

FÁBIO TADEU NICOLOSI SERRÃO
Membro do Conselho Fiscal
CPF nº. 090.242.178-65

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Nº 001/2026

Em consonância com o disposto nas Legislações Federal e Estadual e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da CEDAE, o Comitê de Auditoria reuniu-se mensalmente, ordinária e extraordinariamente, totalizando 02 (duas) vezes por mês, no curso do ano de 2025, mantendo como foco principal a avaliação dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente e das áreas ligadas à Governança, notadamente Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos; o acompanhamento da elaboração das Demonstrações Financeiras; e, o assessoramento ao Conselho de Administração da CEDAE em outros assuntos considerados relevantes pelos Membros do Comitê ou por demanda específica do Conselho de Administração.

Em todas as atividades ligadas às áreas foco do Comitê de Auditoria observaram-se, no exercício de 2025, sensíveis melhorias, com efeitos positivos na qualidade das Demonstrações Financeiras e dos controles internos adotados na CEDAE.

Assim, fundamentado em suas avaliações e análises, considerando inclusive as reuniões realizadas até o mês de junho de 2026, e no relatório BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., empresa de auditoria independente responsável pela avaliação dos procedimentos contábeis adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras da CEDAE, bem como, considerando que os trabalhos de auditoria tiveram abrangência considerada suficiente para avaliar com segurança a qualidade e a transparência das referidas demonstrações, o Comitê de Auditoria propõe ao Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE a aprovação das Demonstrações Financeiras levantadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2026.

Marcos Sampaio Fialho
Presidente

Irineu dos Santos
Membro

João Carlos Derzi Tupinambá
Membro

DELIBERAÇÃO Nº. 001/2025

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, após apreciar o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como os Relatórios da Auditoria Externa BDO RCS, do Comitê de Auditoria, o Parecer do Conselho Fiscal da Companhia e, ainda, o Balanço Social de 2025, manifesta-se de acordo com os referidos documentos e considera que a matéria examinada traduz, com propriedade, a Posição Patrimonial da CEDAE no Exercício de 2025 e, por seus Membros abaixo assinados, delibera que as mesmas estão em condições de serem encaminhadas à Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2026.

Sérgio Cabral de Sá
Presidente

Homero das Neves Freitas Filho
Vice-Presidente

Rafael Rolim de Minto
Membro

Rodrigo Crelier Zambão da Silva
Membro

Marcus Vinicius Fernandes Dias
Membro

Sergio Pimentel Borges da Cunha
Membro

Oswaldo Serrano de Oliveira
Membro

Felipe de Melo Fonte
Membro

Ricardo Lessa Carrazedo
Membro

Jorge Luiz Ferreira Briard
Membro Representante dos Empregados

Sinval de Oliveira Filho
Membro Rep. Acionistas Minoritários

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da

Companhia de Águas e Esgotos - CEDAE

Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia de Águas e Esgotos - CEDAE** (“**Companhia**”) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Águas e Esgotos – CEDAE**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações financeiras, em julho de 2020, foi iniciada investigação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE). A operação, denominada “Águas Claras”, investiga alegação de fraude em licitações e contratações emergenciais e deu cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos.

A Operação Águas Claras ainda está em curso e neste momento, não é possível prever todos os desdobramentos futuros que poderão decorrer desses processos de investigação pelas autoridades públicas, tampouco seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Ativo intangível e ativo de contrato

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12, a Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2025 nas Rubricas “Ativo intangível” e “Ativo de contrato”, o montante de R\$5.229.441 mil. O negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes, requerem que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como “ativo de contrato” e “ativo intangível da concessão”. Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados como ativo de contrato, que são



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.

Assinado digitalmente em Terça-feira, 23 de Junho de 2026 às 04:50:19 -0300.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

os gastos com obras em andamento vinculados a concessão; (ii) custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; (iii) avaliação quanto ao direito incondicional de receber caixa no fim da concessão a título de indenização e referem-se à parcela que não é recuperada via tarifa; e (iv) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício. O fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos podem impactar significativamente as demonstrações financeiras, além da aderência ao “Novo Marco Legal do Saneamento Básico”, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram avaliação da estrutura, implementação e a avaliação e entendimento dos controles internos chave existentes relacionados à adição de infraestrutura, amortização de ativos intangíveis, administração e gerenciamento dos contratos de concessão. Aplicamos procedimentos de testes amostrais para verificação de documentação suporte de adições e de sua elegibilidade à capitalização. Avaliamos a transferência de ativos em construção para ativos em operação e avaliamos a aderência dos contratos de concessões à respectiva norma contábil. Efetuamos visitas às principais obras em andamento e questionamos seus responsáveis acerca da existência de indicativos. Com relação à aderência ao novo marco legal do Saneamento Básico, nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do entendimento da Administração para manter os investimentos como ativos intangíveis mediante reuniões e entrevistas com os responsáveis chave da Companhia a respeito do tema, em especial com os Assessores Jurídicos da Companhia, acerca da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios com os quais a Companhia mantinha contratos vencidos e passou a realizar a prestação de serviço direta.

Com base no resultado dos procedimentos acima, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento, mensuração e apresentação do ativo intangível e ativo de contrato, bem como a avaliação de indícios de perda nos contratos e dos potenciais impactos do novo marco do saneamento básico são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Provisão para contingências

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 17, a Companhia é parte passiva em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$2.747.327 mil.

Essas provisões foram constituídas considerando a probabilidade de perda atribuída a cada processo, ou seja, a probabilidade que recursos financeiros são exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança, com base nas avaliações dos assessores legais/jurídicos e da Companhia, que levam em consideração, inclusive, o histórico de condenações em cada processo judicial.

Devido a relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração dos passivos contingentes e provisões, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:

i) Entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle dos passivos contingentes e a mensuração dos montantes provisionados;

ii) Obtenção e avaliação de informações sobre processos judiciais por meio de confirmações recebidas dos assessores jurídicos externos e internos;

iii) Avaliação, com base em amostragem, das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados, incluindo a inspeção da documentação dos processos judiciais;

iv) avaliação da suficiência de provisão através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão; e

v) Avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras descritas nas notas explicativas, de acordo com normas aplicáveis.

Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração relativas aos depósitos judiciais e passivos contingentes, bem como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Reconhecimento de benefícios pós emprego

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº20 às demonstrações financeiras, a Companhia possui o montante de R\$4.448.800 mil, relativo benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, conforme requerido pelo CPC 33 – Benefício pós–emprego, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos decorrente a benefícios pós-emprego, além do alto grau de julgamento associado ao processo de mensuração da obrigação atuarial da Companhia, que inclui a utilização de premissas altamente subjetivas e complexas tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade, taxas de desconto e inflação. Variações nestas premissas podem ter um impacto relevante sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais dos planos de benefícios pós emprego, comparando as mesmas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas nos auxiliaram na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto. Relativo aos ativos dos planos, nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de confirmação de existência e avaliação em conjunto com especialistas sobre a avaliação efetuada desses ativos. Bem como a revisão da adequada divulgação nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, relativas aos benefícios pós-emprego, consideramos apropriadas os julgamentos e divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas Demonstrações do Valor Adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

AAdministração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

AAdministração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 RJ 001837/F-4

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador - CRC 1 GO 014553/O-0 – RJ



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

BALANÇO SOCIAL 2025

1. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A responsabilidade socioambiental constitui um dos pilares da atuação da CEDAE, orientando a integração entre a prestação de serviços de saneamento, a proteção ambiental, o compromisso social e a sustentabilidade de longo prazo. Em um contexto de crescentes desafios relacionados à segurança hídrica, às mudanças climáticas e às desigualdades sociais, a Companhia vem consolidando práticas e iniciativas que reforçam seu papel institucional como agente de desenvolvimento sustentável no Estado do Rio de Janeiro.

Em continuidade aos avanços institucionais estruturados nos anos anteriores, 2025 foi marcado pela evolução da governança socioambiental da Companhia, com a criação uma Diretoria de Sustentabilidade (DSU). Essa reorganização fortaleceu a capacidade institucional de planejamento, articulação e monitoramento de resultados, promovendo maior integração entre as agendas ambiental, social e climática.

A atuação da Diretoria esteve orientada por uma abordagem transversal e estratégica, incorporando princípios ESG aos processos decisórios e ampliando o alinhamento da Companhia com as melhores práticas de sustentabilidade corporativa. Nesse contexto, destacam-se iniciativas voltadas à educação socioambiental, à restauração florestal, à agenda climática, à gestão de riscos ambientais e à inovação aplicada à gestão ambiental.

As ações desenvolvidas ao longo do ano refletem não apenas a ampliação do escopo de atuação da Companhia, mas também o fortalecimento de sua capacidade de gerar impacto positivo nos territórios onde atua, contribuindo para a segurança hídrica, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.

2. EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A educação socioambiental consolidou-se, em 2025, como um dos principais instrumentos de relacionamento da CEDAE com a sociedade, contribuindo para a disseminação de conhecimentos sobre os recursos hídricos e para a promoção de práticas sustentáveis. A Companhia fortaleceu sua atuação por meio da ampliação e diversificação de seus programas educativos, com destaque para a consolidação da Estação de Educação Socioambiental do Tinguá, o fortalecimento dos Centros de Visitação Ambiental e a implementação de iniciativas itinerantes, como o Programa CEDAE Extra Muros.

Essas ações ampliaram o alcance das atividades educativas, promovendo maior inclusão social e territorial, além de reforçar o papel institucional da CEDAE na formação de uma cultura de uso consciente da água e preservação ambiental.

Adicionalmente, a Companhia avançou na estruturação de novos espaços educativos estratégicos, como a Estação de Educação Socioambiental do Guandu, prevista para inauguração em 2026, ampliando a capacidade de atuação em territórios prioritários para o abastecimento público.

2.1. Estação de Educação Socioambiental do Tinguá (EESA Tinguá)

A Estação de Educação Socioambiental do Tinguá constitui uma iniciativa estratégica da CEDAE voltada à promoção da educação ambiental integrada à conservação da biodiversidade e à proteção dos mananciais. Localizada na Reserva Biológica do Tinguá, no município de Nova Iguaçu, a Estação é operada em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) atuando como espaço de formação, sensibilização e diálogo com a sociedade.

Em 2025, a EESA Tinguá registrou 3.093 participantes, evidenciando crescimento contínuo da visitação ao longo do ano e consolidando-se como referência regional em educação socioambiental. Esse desempenho reflete o fortalecimento das parcerias institucionais, a ampliação da divulgação e a diversificação das atividades educativas oferecidas.

Adicionalmente, foram realizadas ações de qualificação das equipes e aprimoramento dos roteiros pedagógicos, contribuindo para elevar a qualidade do atendimento e a efetividade das atividades, reforçando o papel da Estação como instrumento estratégico de sensibilização ambiental.

2.2. Centros de Visitação Ambiental (CVAs)

Os Centros de Visitação Ambiental (CVAs) da ETA Guandu, ETA Laranjal e Elevatória do Lemeirão desempenharam papel relevante na estratégia de educação ambiental da CEDAE em 2025, promovendo a integração entre a Companhia, instituições de ensino, pesquisadores e a sociedade civil.

No período, os CVAs receberam 9.566 visitantes, provenientes de 233 instituições distribuídas em 27 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Do total de instituições atendidas, 83,1% pertenciam à rede pública de ensino, 10,2% à rede privada e 6,6% à organizações da sociedade civil, refletindo o caráter inclusivo das iniciativas. O perfil do público foi majoritariamente composto por estudantes, com destaque para o ensino fundamental II (33%) e ensino médio (21%). Sendo aproximadamente 64% dos visitantes na faixa etária entre 11 e 18 anos.

Esses resultados reforçam a consolidação dos CVAs como espaços estratégicos de disseminação de conhecimento sobre o ciclo da água e de promoção de uma cultura de uso consciente dos recursos hídricos.

2.3. Estação de Educação Socioambiental do Guandu (EESA Guandu)

A Estação de Educação Socioambiental do Guandu integra a estratégia institucional da CEDAE de ampliação das ações educativas em territórios estratégicos para o abastecimento público. O projeto está em implantação na Estação de Tratamento de Água do Guandu, maior unidade operacional da Companhia, responsável pelo atendimento de aproximadamente 80% da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Com previsão de inauguração em 2026, a Estação foi concebida como um centro de formação e conscientização ambiental, com foco na valorização da água como bem comum e na compreensão da gestão integrada dos recursos hídricos.

Inserida em complexo que abriga o Programa Replantando Vida, a EESA Guandu ampliará o alcance das ações educativas, integrando educação ambiental, restauração ecológica, inclusão social e capacitação profissional.

A atuação integrada das Estações e dos Centros de Visitação é complementada pela oferta de transporte gratuito para instituições públicas, ampliando o acesso às atividades e contribuindo para a redução de desigualdades, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

2.4. Programa Cedae Extra Muros

Implementado em 2025, o Programa CEDAE Extra Muros ampliou o alcance das ações de educação ambiental ao levar atividades educativas diretamente a instituições de ensino e comunidades localizadas na área de influência das unidades operacionais da Companhia

No período, o programa atendeu a 650 pessoas, em 6 instituições de ensino, distribuídas nos municípios de São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu, Niterói e Rio de Janeiro.

A iniciativa fortalece o papel institucional da CEDAE na promoção da educação ambiental em escala territorial, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e para a disseminação de práticas sustentáveis nas comunidades atendidas.

2.5. Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores do Sistema Acari (PEAT)

Iniciado em 2025, em atendimento à condicionante da Licença de Operação do Sistema de abastecimento de água Acari operado pela CEDAE, o Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT) contou uma iniciativa estratégica voltada à capacitação dos profissionais da CEDAE que atuam na Reserva Biológica do Tinguá.

O programa tem como objetivo fortalecer as competências técnicas e a conscientização ambiental dos colaboradores, contribuindo para a melhoria contínua das atividades desenvolvidas pela Companhia, especialmente na Reserva Biológica do Tinguá, unidade de conservação federal gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e de elevada relevância para a preservação da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro.

Em 2025, o PEAT capacitou 240 colaboradores, incluindo profissionais do quadro próprio, extraquadro, terceirizados e conveniados, reforçando o compromisso da CEDAE com a qualificação de suas equipes e com a atuação responsável em áreas de alta sensibilidade ambiental.

2.6. Outras Atividades Educativas

Complementando os programas estruturados de educação ambiental, a CEDAE desenvolveu, ao longo de 2025, um conjunto de atividades educativas voltadas à sensibilização e ao engajamento de diferentes públicos.

Dentre as principais iniciativas, destacam-se ações como a Colônia de Férias, o Intercâmbio entre jovens e a Semana do Meio Ambiente, que promoveram atividades em unidades da Região Metropolitana e do interior do estado, abordando temas relevantes como mudanças climáticas, resíduos sólidos e restauração ambiental. Também se destaca a ativação “Amigos do Guandu”, voltada à conscientização ambiental em territórios estratégicos.

No total, essas ações alcançaram mais de 235 participantes, com foco prioritário em colaboradores da Companhia, seus familiares e crianças e adolescentes de áreas vulneráveis no entorno da CEDAE.

3. GOVERNANÇA E REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL EM COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA

Em 2025, a CEDAE manteve atuação ativa nos espaços de governança compartilhada dos recursos hídricos, com destaque para os Comitês de Bacia Hidrográfica, fortalecendo o diálogo interinstitucional e a articulação com órgãos públicos, usuários e sociedade civil. Essa atuação contribuiu para o alinhamento das ações da Companhia às políticas públicas setoriais e para o fortalecimento da governança das águas no Estado do Rio de Janeiro.

Com avanço institucional, foi estruturado um sistema de monitoramento das participações em colegiados, ampliando a transparência, organização das informações e a capacidade de acompanhamento das deliberações estratégicas.

A Companhia participou da 26ª edição do ENCOB, em Vitória (ES), com foco em agenda climática e governança, e colabora na organização do ECOB/RJ 2026, além de apoiar iniciativas regionais sobre saneamento básico.

4. PROGRAMA DE GESTÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE)

A CEDAE vem consolidando sua política de monitoramento e mitigação de emissões de gases de efeito estufa, fortalecendo sua atuação na agenda de enfrentamento às mudanças climáticas e alinhando-se às melhores práticas de reporte e transparência.

Em 2025, a Companhia avançou na elaboração dos Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa (IGEEs), abrangendo o nível corporativo, o edifício-sede e as principais unidades operacionais, com destaque para os sistemas Guandu-Lemeirão e Imunana-Laranjal, cujos inventários foram verificados por organismo independente credenciado pelo INMETRO.

Como reconhecimento da consistência e qualidade das informações reportadas, a CEDAE aderiu ao Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol (Ciclo 2025), obtendo selo ouro para os inventários dos principais sistemas operacionais.

No âmbito internacional, a Companhia também participou da Conferência das Partes das Nações Unidas (COP30), contribuindo para o debate sobre a credibilidade dos indicadores e metas climáticas organizacionais no apoio às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC).

5. AGENDA CLIMÁTICA E PARTICIPAÇÃO NA COP 30

Em 2025, a CEDAE intensificou sua atuação institucional na agenda climática, participando de fóruns técnicos, espaços de articulação setorial e eventos estratégicos voltados à adaptação e mitigação dos impactos das mudanças climáticas no setor de saneamento.

Destaca-se a atuação da Companhia na coordenação da da Câmara Técnica de Enfrentamento de Mudanças Climáticas da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE), iniciativa que promoveu o intercâmbio de experiências e o alinhamento estratégico entre as companhias do setor.

Como resultado desse processo, foi elaborado e publicado o relatório “*Saneamento e Mudança Climática: Diretrizes das Empresas de Água e Esgoto para o Enfrentamento de Eventos Anormais*”, reunindo 50 diretrizes estratégicas voltadas ao fortalecimento da resiliência climática e à adaptação dos sistemas operacionais frente a eventos extremos.

Adicionalmente, a Companhia participou de eventos preparatórios e debates relacionados à COP 30, incluindo seminários, fóruns técnicos e painéis temáticos realizados em diferentes regiões do país com destaque para sua atuação como painelistas em discussões sobre metas climáticas organizacionais e apoio à agenda climática nacional.

Essas iniciativas contribuíram para o fortalecimento do posicionamento institucional da CEDAE na agenda climática e para a consolidação do saneamento como componente estratégico no enfrentamento dos desafios climáticos.

6. AÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 – Consumo e Produção Responsáveis, a CEDAE reforçou, em 2025, sua atuação na gestão de resíduos sólidos, com foco no descarte adequado, no reaproveitamento de materiais e na promoção de práticas sustentáveis no ambiente corporativo.

Dentre os resultados alcançados, destaca-se a destinação de 22,5 toneladas de resíduos recicláveis por meio do Programa Coleta Seletiva Solidária, envolvendo unidades estratégicas como o prédio-sede, ETA Guandu e a ETA Laranjal com encaminhamento para cooperativas de catadores.

No âmbito da valorização de resíduos orgânicos, foram compostadas 6,14 toneladas de resíduos sólidos orgânicos transformadas em composto orgânico, contribuindo para a redução da destinação a aterros e para a promoção da economia circular.

A Companhia também realizou a coleta e destinação ambientalmente adequada de 60,5 kg de pilhas e baterias e 100kg de resíduos eletroeletrônicos (fios e cabos), além de ampliar o engajamento interno por meio do Programa Recicla CEDAE, que contou com a participação de 84 colaboradores e resultou na destinação de aproximadamente 17 toneladas de resíduos.

7. ATIVIDADES DE MONITORAMENTO AMBIENTAL UTILIZANDO VEÍCULOS AÉREOS NÃO TRIPULADOS (DRONES)

A CEDAE ampliou, em 2025, a utilização de tecnologias inovadoras para o monitoramento ambiental, com destaque para o uso de veículos aéreos não tripulados (drones), aplicados em atividades como monitoramento de corpos hídricos, avaliação de bacias hidrográficas, inspeção de infraestrutura e acompanhamento de projetos ambientais.

No período, foram realizados 380 voos, totalizando 67 horas de monitoramento e 811 km percorridos, evidenciando a expansão do uso dessa tecnologia como ferramenta estratégica para a gestão ambiental.

A incorporação de drones com câmera termal contribuiu para o aprimoramento da coleta de dados e para o suporte à tomada de decisão, fortalecendo a capacidade da Companhia de atuar de forma preventiva e eficiente na gestão dos recursos naturais.

8. GESTÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

A gestão de riscos ambientais foi consolidada, em 2025, como eixo estratégico da atuação da CEDAE, com foco na prevenção, mitigação e resposta a eventos que possam impactar os sistemas de abastecimento e os ecossistemas associados.

Como avanço institucional, destaca-se a formalização do Procedimento Operacional Padrão (POP) para identificação de riscos e preenchimento da Matriz de Riscos Ambientais, instituído por meio da Ordem de Serviço PR/ADM nº 16.135-00, fortalecendo a padronização e a governança dos processos internos.

A realização de reuniões técnicas de alinhamento e integração entre as equipes contribuíram para o fortalecimento da comunicação interna e para a consolidação de uma cultura organizacional orientada à prevenção e à resposta coordenada a eventos adversos.

De forma integrada, essas ações ampliaram a capacidade da Companhia de antecipar impactos, reduzir vulnerabilidades e fortalecer sua resiliência operacional, reforçando o compromisso com a segurança hídrica e a continuidade dos serviços essenciais prestados à população.

9. PROGRAMA REPLANTANDO VIDA

O Programa Replantando Vida constitui uma das principais iniciativas socioambientais da CEDAE, integrando ações de restauração florestal, proteção de mananciais, educação ambiental e reintegração social por meio do trabalho prisional. Desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, Fundação Santa Cabrini e Vara de Execuções Penais, o Programa consolida-se como referência nacional ao articular inclusão social, conservação ambiental e segurança hídrica.

Em 2025, o Programa apresentou crescimento de 14% em relação ao ano anterior, com contratação de 373 trabalhadores e um total de 827 pessoas diretamente beneficiadas ao longo do período. As atividades abrangeram 65 setores, distribuídos em 23 municípios do estado do Rio de Janeiro, evidenciando sua capilaridade e relevância operacional.

O investimento social alcançou R\$ 14.511.758,74, representando o maior valor já aplicado na história do Programa e reforçando o compromisso da CEDAE com a valorização do trabalho como instrumento de transformação social.

Além dos benefícios econômicos, o Programa promove a reintegração social, a qualificação profissional e a ampliação das oportunidades futuras dos participantes.



Imprensa Oficial



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.

Assinado digitalmente em Terça-feira, 23 de Junho de 2026 às 04:50:21 -0300.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br



9.1. Produção de Uniformes e materiais promocionais da Companhia

A Oficina de Costura Zuzu Angel manteve, em 2025, papel relevante no apoio às atividades institucionais da Companhia, aliando geração de trabalho e qualificação profissional de demandas operacionais. No período, foram produzidas 96.365 peças, incluindo uniformes, materiais promocionais e itens utilizados em ações institucionais. Dentre esses, destacam-se 4.496 itens de EPIs, 81.825 foram sacolas em TNT, 3.639 bolsas em TNT e 3.163 bolsas em algodão cru. Em comemoração aos 50 anos da CEDAE, foram confeccionadas 1.637 unidades da mascote institucional “Pingo”, além da produção de 1.007 brindes institucionais, reforçando a integração entre inclusão social, sustentabilidade e comunicação institucional.

9.2. Produção de mudas e sementes florestais

Em 2025, os viveiros da CEDAE produziram 615.592 mudas florestais, abrangendo 175 espécies nativas da Mata Atlântica, distribuídas em 40 famílias botânicas, incluindo 27 espécies ameaçadas de extinção. A produção foi apoiada por práticas alinhadas à economia circular com a utilização de resíduos e insumos, incluindo 177 toneladas biossólido, 50 toneladas de lodo de ETA, 60 toneladas de composto orgânico e 30 toneladas de resíduos agropecuários, contribuindo para a redução de impactos ambientais e otimização de recursos.

No âmbito da coleta de sementes, foram obtidos 450 kg de sementes, abrangendo 90 espécies, com a disponibilização de 125 kg, fortalecendo iniciativas de restauração e pesquisa.

Destaca-se ainda a inauguração do oitavo Viveiro Florestal, no entorno do Presídio Norberto Ferreira de Moraes, em Itaperuna, ampliando a capacidade produtiva e a presença territorial no norte e noroeste do Estado.

9.3. Doação de mudas e apoio a parceiros

Em 2025, a CEDAE ampliou o alcance do Programa por meio da chamada pública contínua “Quem Planta Floresta, Colhe Água”, fortalecendo o apoio a iniciativas de restauração florestal em todo o estado. Foram atendidas 802 solicitações, envolvendo 543 parceiros, com a expedição de 446,7 mil mudas, sendo 232,2 mil destinadas a parceiros institucionais e 214,5 mil utilizadas em ações próprias da Companhia. As doações contemplaram 67 municípios, e os projetos apoiados contribuíram para restauração de aproximadamente 268 hectares, além da participação de 153 eventos, ampliando o impacto socioambiental e o engajamento com a sociedade.

9.4. Restauração florestal e áreas atendidas

O Programa manteve, em 2025, atuação territorial ampla, com ações em 22 municípios e apoio de 5 bases florestais operacionais, abrangendo 662,2 hectares em implantação e 632,8 hectares mobilizados. As atividades alcançaram 14 unidades de conservação, reforçando a proteção de áreas estratégicas para a segurança hídrica e a biodiversidade. Destaca-se o manejo de espécies exóticas invasoras em uma área de 40 mil m², com o controle de 892 indivíduos arbóreo se o plantio de 3.032 mudas nativas de restinga, além da remoção de 1.846 m³ de material vegetal. Em parceria com o Exército Brasileiro consolidou uma das maiores áreas contínuas de restauração do Programa, totalizando 456 hectares de restauração florestal, além de mais de 300 hectares de conservação da Mata da Cambraia, fortalecendo a proteção da bacia do Rio Guandu. Como ações estruturantes, foram implantados 7.700 metros de aceiros, mais de 21.500 m²protegidos, 15 km de cercamento e a proteção de 40,9 km de cursos d’água, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade hídrica e a resiliência ambiental

9.5. Treinamentos e capacitações

A capacitação profissional manteve-se como eixo central do Programa, com a realização de 35 cursos em parceria com o SENAR-RJ, resultando na emissão de 486 certificados, representando um aumento de 260% em relação a 2024. As formações contribuíram para o fortalecimento das competências técnicas, maior padronização das atividades e ampliação das oportunidades de reinserção social dos participantes.

9.6. Memória Institucional

Em 2025, a CEDAE lançou o Box Replantando Vida, composto por duas publicações que sistematizam a trajetória, metodologia e impactos do Programa, consolidando um importante marco na preservação da memória institucional. A iniciativa fortalece a transparência, a disseminação de conhecimento e a replicabilidade do modelo, posicionando o Programa como referência em integração entre restauração ambiental e inclusão social. Adicionalmente, foi realizada a exposição “*Replantando Vida: restaurando florestas, construindo oportunidades*”, ampliando o diálogo com a sociedade e evidenciando o impacto transformador do Programa.

9.7. Projeto Páginas Viradas

Lançado em 2025, o Projeto Páginas Viradas promoveu espaços de troca de experiências entre participantes e egressos do Programa, fortalecendo processos de reintegração social. Ao longo do ano, foram realizadas 6 edições, com a participação de 289 colaboradores, fortalecendo o sentimento de pertencimento, a autoestima e a construção de perspectivas futuras, além de evidenciar, na prática, o potencial transformador do trabalho, da qualificação e do acompanhamento oferecidos pelo Replantando Vida.

10. PROGRAMA DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL DO CORREDOR TINGUÁ-BOCAINA

O Programa de Restauração Florestal do Corredor Tinguá-Bocaina constitui uma iniciativa estruturante voltada à promoção da segurança hídrica, conservação da biodiversidade e a adaptação às mudanças climáticas, desenvolvida em parceria com a The Nature Conservancy (TNC), o Governo do Estado e municípios da região. A estratégia do programa está orientada por metas de longo prazo, que preveem a restauração de aproximadamente 10 mil hectares até 2030 e cerca de 30 mil hectares até 2050, consolidando uma atuação integrada em escala territorial. Em 2025, as ações foram intensificadas em áreas estratégicas da bacia do rio Guandu, com destaque para intervenções realizadas em área do Exército (DCMun), resultando na atuação em aproximadamente 480 hectares, sendo cerca de 40 hectares destinados à conservação e 440 hectares em processo de restauração. Até o final do período, o Programa mobilizou cerca de 930 hectares, distribuídos em 4 municípios, com a participação de aproximadamente 30 propriedades rurais, além do plantio em cerca de 180 mil mudas de espécies. As intervenções concentraram-se em áreas prioritárias para a proteção dos recursos hídricos, contribuindo para a recuperação da vegetação nativa, a redução de processos erosivos e o fortalecimento da conectividade ecológica, consolidando o programa como instrumento estratégico de planejamento ambiental e de implementação de soluções baseadas na natureza. A atuação do Programa foi fortalecida por meio de parcerias com diversos órgãos públicos, municípios e instituições técnicas, com foco na integração de ações de restauração florestal, capacitação e o fortalecimento de políticas ambientais. Destaca-se a estruturação de um banco de áreas para restauração no município de Paracambi, desenvolvido em parceria com a TNC, reunindo mais de 30 propriedades rurais cadastradas, todas mapeadas e com adesão formal dos proprietários. Essa base técnica permite o planejamento integrado das intervenções, a priorização de áreas estratégicas e a ampliação da escala das ações de restauração, contribuindo diretamente para o alcance das metas estabelecidas para o corredor ecológico.

10.1. Painéis Digitais e Geotecnologias Aplicadas à Restauração Florestal

Em 2025, a CEDAE avançou na incorporação de soluções digitais para o monitoramento e gestão das ações de restauração florestal, fortalecendo a tomada de decisão baseada em dados e a governança da informação ambiental. No âmbito das parcerias institucionais, manteve-se a utilização do Portal da Mantiqueira, plataforma que consolida dados georreferenciados das áreas de restauração e conservação em escala regional. Complementarmente, a Companhia desenvolveu o Portal de Reflorestamento no ambiente ArcGIS, integrando áreas monitoradas a um painel analítico interativo. O Painel de Monitoramento de Restauração permite a visualização espacial das áreas, o acompanhamento da evolução das intervenções e a comparação entre diferentes territórios e iniciativas. Essas ferramentas representam um avanço significativo na gestão ambiental, ao permitir o monitoramento contínuo das ações, ampliar a transparência e fortalecer o planejamento estratégico das iniciativas de restauração florestal.

11. GESTÃO DE PESSOAS

Nossa gestão de pessoas é orientada por valores que promovem a inclusão, a equidade, o respeito à diversidade e a criação de oportunidades para uma liderança plural. Esses princípios sustentam um ambiente de trabalho que não apenas acolhe, mas valoriza as diferenças, reconhecendo na diversidade um motor essencial para a inovação, a criatividade e o desenvolvimento sustentável da CEDAE. Além disso, contamos com um corpo técnico qualificado, composto por profissionais das carreiras administrativa, operacional e universitária, contando com colaboradores terceirizados e jovens participantes dos programas Jovem Aprendiz e Estagiário, todos distribuídos por diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro. Esse time diverso e comprometido é o alicerce da nossa operação e da construção de um futuro mais justo e sustentável. Ao longo do ano de 2025, demos passos importantes no fortalecimento da nossa maturidade de gestão de pessoas, entre eles:

- Lançamos a Política de Saúde e Segurança do Trabalho, garantindo que prevenção e cuidado se tornem os nossos pilares, garantindo que nossos colaboradores tenham direito a um ambiente de trabalho seguro e saudável;
- Implementamos a política de jornada reduzida de trabalho para trabalhadores responsáveis por pessoas com necessidades especiais, garantindo o direito de que possam acompanhar o tratamento de seus familiares;
- Implementamos um sistema revisado de avaliações de desempenho, buscando identificar e quantificar os pontos fortes e necessidades de desenvolvimento de cada uma das nossas pessoas;
- Executamos o primeiro Censo de Diversidade e Inclusão da Empresa, batizado de “Retratos da CEDAE”, o objetivo foi de censurar todos os nossos trabalhadores a fim garantir a valorização das pessoas da CEDAE e desenvolver políticas e programas que possam fortalecer a nossa cultura organizacional da empresa;
- Assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026 com os cinco sindicatos que representam os trabalhdados da CEDAE, reafirmando nosso compromisso com os direitos a saúde coletiva, o bem-estar de todos os nossos colaboradores.

Além dessas conquistas, continuamos comprometidos com a valorização e o desenvolvimento de nossos talentos em toda a nossa organização. Por isso, temos na CEDAE um programa de ações contínuas que promovem o desenvolvimento dos nossos colaboradores, transformando potencial em potência e mantendo viva a cultura de treinamentos e da garantia da diversidade e inclusão na empresa.

11.1. AÇÕES DA GESTÃO DE PESSOAS NA CEDAE

Censo de Diversidade e Inclusão (Retratos da CEDAE): O Censo Retratos da CEDAE foi realizado no 4T/2025, com mobilização presencial nas unidades operacionais e administrativas, garantindo anonimato, sigilo das informações e conformidade com a LGPD, com preenchimento autônomo e adesão voluntária. A equipe esteve presente em unidades de nove municípios do estado do Rio de Janeiro, assegurando abrangência territorial e participação ampla e representativa. Além do diagnóstico institucional para orientar políticas mais justas e inclusivas, o Censo também contribuiu para o cumprimento de exigências regulatórias, com destaque para a Resolução CVM nº 80/2022.

Avaliação de Desempenho (2024/2025): Em 2025, foi conduzido o processo de avaliação de desempenho referente ao ano-calendário de 2024, com revisão da metodologia e treinamento das lideranças para condução de avaliação, feedback e incentivo à elaboração de Planos de Desenvolvimento Individual (PDIs). A partir dos resultados e conforme os limites do orçamento disponível, a Alta Direção autorizou saldo para progressão na carreira, respeitando o ranking de desempenho, totalizando 2.434 avaliações realizadas, 1.061 trabalhadores promovidos e 118 trabalhadores no limite da carreira.

Acordo Coletivo de Trabalho (2025/2026): No Acordo Coletivo 2025/2026, a CEDAE manteve o desenvolvimento de pessoas como fator estratégico para a geração de valor e ampliou o investimento em Treinamento e Desenvolvimento para até 0,7% do custo total de pessoal, abrangendo todos os empregados, com ações de capacitação alinhadas às necessidades estratégicas da Companhia. Complementarmente, foi mantido o programa de bolsas de estudo e previsto pelo menos R\$ 7 milhões de investimento em Treinamento e Desenvolvimento de pessoal em 2026.

Jornada Reduzida para trabalhadores responsáveis por PCD: Um avanço relevante na consolidação das práticas de responsabilidade social da Companhia em 2025 foi o direito à redução de jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração, para empregados que sejam responsáveis legais por pessoa com deficiência que requeira atenção permanente. Os casos são analisados a partir da atuação integrada entre as áreas de Medicina do Trabalho e Serviço Social, garantindo análise técnica individualizada, acompanhamento periódico e controle adequado das concessões. Atualmente, 8 empregados encontram-se em exercício sob esse regime, reforçando o compromisso da Companhia com a inclusão, a equidade e a valorização das pessoas.

11.2. Programa de Readaptação Profissional

O objetivo do programa é receber colaboradores que se encontram em auxílio-doença, encaminhados pela Previdência Social, solicitando a indicação de uma nova atividade laboral. Os colaboradores são avaliados pela Comissão Permanente de Readaptação do Setor de Medicina do Trabalho e Serviço Social da Companhia, e, se aprovados pelo médico do trabalho para o programa, são inseridos em cargos de atribuições compatíveis com sua capacidade laborativa e treinados para o desenvolvimento de novas atividades que respeitem as limitações apontadas pela Previdência Social. Este programa é realizado em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e registrou 3 processos em 2025 e há 10 colaboradores readaptados na Companhia.

11.3. Programa de Prevenção à Dependência Química (PROPAD)

O programa viabiliza internações, acompanhamento ambulatorial, tratamento psicoterápico e atendimentos em clínicas especializadas para os colaboradores participantes e é direcionado ao tratamento de problemas relacionados à dependência química de álcool e outras drogas. O Serviço Social da CEDAE faz o acompanhamento de todas as etapas do tratamento, estabelece o diálogo com as chefias dos colaboradores, com Recursos Humanos e CEDAE Saúde, realizando, quando necessário, visitas domiciliares e hospitalares. Também assessora os colaboradores e seus familiares em relação ao afastamento pela Previdência. Em 2025, foram 22 colaboradores para acompanhamento e 37 para tratamentos.

11.4. Treinamentos e desenvolvimento de pessoas

Em 2025, mantivemos forte a agenda de capacitação da Companhia através da UniverCEDAE, com oferta contínua de cursos e priorizando as nossas instrutorias internas, com um modelo que valoriza o conhecimento dos nossos trabalhadores, aproxima os conteúdos da rotina operacional e acelera a troca de boas práticas entre áreas. Em 2025 foram ofertados 127 cursos, sendo 80,9% das ações formativas em modalidade presencial, totalizando 42.900 horas de treinamento em cursos.

Além do portfólio voltado ao desenvolvimento técnico e comportamental, também direcionamos uma frente específica de capacitação para a alta gestão e para membros de colegiados, com foco em governança corporativa e responsabilidades associadas ao papel de administradores e conselheiros. Essa iniciativa dialoga com o que a legislação estabelece para empresas estatais, que prevê a participação de administradores eleitos, na posse e anualmente, em treinamentos sobre temas como legislação societária, divulgação de informações, controles internos, código de conduta e Lei Anticorrupção, entre outros conteúdos relacionados às atividades da organização.

11.5. Programa de Aprendizagem e Estágio

No exercício do ano de 2025, o Programa Jovem Aprendiz desenvolveu em parceria com o CIEE – Centro de Integração Empresa Escola e o Riosolidário, contou ainda com a parceria do 1MiO (1 Milhão de Oportunidades), promovida pelo UNICEF no Brasil, com o objetivo de promover a inclusão de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, proporcionou a participação de 250 jovens, sendo admitidos durante o ano 132 novos Jovens, dos quais 06 Jovens com deficiência (PCDs), o que reafirma o compromisso da empresa com a inclusão social, para exercerem a função de auxiliar de escritório atuando nas áreas administrativas da companhia, como as de Meio Ambiente, Jurídica, Financeira, Recursos Humanos, Comunicação, Técnica e Projetos, tendo como objetivo a integração social dos jovens, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, bem como a formação

Id: 2743692



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Terça-feira, 23 de Junho de 2026 às 04:50:22 -0300.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4

www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

de acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de todas as formas de discriminação.

Os jovens aprendizes cumprem uma jornada diária de trabalho de 04 horas, totalizando 20 horas semanais, com duração de 24 meses de contrato, entre a formação teórica e a prática no local de trabalho, recebendo como benefícios: contratação pelo regime da CLT com anotação na CTPS; Remuneração média mensal bruta de R\$ 712,99; Auxílio-Refeição no valor de R\$ 440,00; Vale Transporte; Férias; 13º Salário; Seguro de Vida; FGTS.

Os jovens aprendizes em sua jornada no Programa Jovem Aprendiz, em complementação a formação teórica ministrada no CIEE-RJ, conforme preconiza a Lei de Aprendizagem, os jovens nos primeiros 06 meses inicia a sua capacitação dentro do "Projeto Aprendiz na CEDAE", que é uma formação profissional com trilhas multidisciplinares, conduzidas por instrutores internos da companhia, e que tratam sobre saúde e bem-estar, tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, comunicação, ciência de dados, além do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

O Projeto Aprendi na CEDAE que teve início em 2023, durante o ano de 2025 concluiu duas turmas formando 78 jovens, que passaram a aplicar todo o conhecimento adquirido na capacitação técnica em suas atividades exercidas nos setores de trabalho, tendo ainda proporcionado a promoção de 13 jovens a estagiários da companhia. Ainda neste ano, no mês de novembro foi dado início a 4ª turma com 52 novos jovens aprendizes.

Ainda no exercício de 2025, o Programa de Estágio da CEDAE manteve-se como uma estratégia complementar de formação e desenvolvimento de talentos, contribuindo para aproximar estudantes da rotina corporativa e apoiar a qualificação técnica e profissional em diferentes áreas da Companhia. Ao longo do ano, o programa registrou a participação de 195 estagiários, sendo 157 estagiários de nível superior e 38 estagiários de nível técnico, fortalecendo a integração entre aprendizado acadêmico e prática profissional.

11.6. Bolsas de Estudos
Com o objetivo de incentivar os colaboradores e seus dependentes à continuidade dos estudos, promovendo a atualização e o aprimoramento dos talentos do quadro funcional e, consequentemente, a melhoria da qualidade dos serviços prestados, a Companhia concede bolsas de estudo para diferentes níveis de formação. Atualmente, são disponibilizadas 400 bolsas de estudo destinadas ao ensino médio, técnico e graduação. Em 2025, foram concedidas 98 bolsas para empregados e 302 bolsas para dependentes. Além disso, são oferecidas 50 bolsas voltadas, exclusivamente, aos empregados para cursos de MBA, Mestrado e Doutorado, tendo sido contemplados 49 empregados no ano de 2025. O benefício é concedido na modalidade de reembolso, no valor de R\$ 935,80.

11.7. Saúde, Segurança do Trabalho e Bem-Estar
Ao longo de 2025, a Companhia fortaleceu de forma significativa sua atuação em Segurança do Trabalho, buscando uma abordagem estruturada, preventiva e integrada à gestão, com foco na proteção da vida, na promoção da saúde e na melhoria contínua das condições de trabalho. Entre as ações:

11.7.1. Gestão e Infraestrutura Técnica
A Companhia encerrou o exercício de 2025 com um corpo técnico de 33 profissionais especializados, incluindo engenheiros de segurança, técnicos, médicos do trabalho, enfermeiras e assistentes sociais. No período, foram mantidas 25 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Assédio - CIPA (NR 05) em plena atividade.

11.7.2. Política de Segurança do Trabalho
A CEDAE instituiu sua Política de Saúde e Segurança do Trabalho (PSST) em julho de 2025. A política consolida diretrizes alinhadas à legislação vigente, às Normas Regulamentadoras, às boas práticas internacionais de gestão e aos princípios de sustentabilidade e governança corporativa. A PSST estabelece a segurança e a saúde do trabalho como valores essenciais e indissociáveis da excelência operacional, adotando uma abordagem preventiva voltada à identificação, avaliação e controle dos riscos ocupacionais. A política também integra aspectos físicos, organizacionais e psicossociais do ambiente de trabalho, promovendo o cuidado integral à saúde e ao bem-estar dos trabalhadores.

11.7.3. Projetos, Inspeções e Prevenção
As ações preventivas focaram na conformidade legal e mitigação de riscos, destacando-se:
Programas de Gerenciamento de Riscos (PGR): Elaboração de 111 programas par prevenir acidentes e doenças ocupacionais.
Laudos e Avaliações: Emissão de 223 laudos de insalubridade/periculosidade, 31 Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e 62 avaliações ambientais específicas.
Inspeções e Não Conformidades: Foram atualizados 33 Relatórios de Não Conformidade (RNC) em diversas unidades, com a recomendação de soluções técnicas.
Perfis Previdenciários: Inserção de dados técnicos em 197 Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPP).
Acidentes de Trabalho em 2025: Foram registrados 89 acidentes típicos ao longo do ano. Ressalta-se que não houve registro de óbitos decorrentes de acidentes de trabalho em 2025.

12. BENEFÍCIOS

12.1. Saúde e Assistência Médica
A Companhia oferece assistência médica para promover o atendimento das necessidades de seus colaboradores e dependentes. Para isso, mantém, juntamente com os colaboradores participantes, a Caixa de Assistência dos Empregados da CEDAE - CEDAE Saúde, constituída na modalidade plano de saúde de autogestão. Em 2023, a rede de credenciamentos dos profissionais de saúde, até então vinculados à CEDAE Saúde, passou a ser administrada pelo Bradesco Saúde. A operadora passou a dar cobertura a 24.327 colaboradores, sendo 11.077 ativos, 9.394 dependentes e 3.856 agregados. Outras atividades de medicina preventiva são também realizadas pela CEDAE Saúde para o quadro de colaboradores, sendo as principais detalhadas a seguir.
Programa Cedae + Saúde: Unidade de atendimento médico ambulatorial, que dispõe dos seguintes serviços: exames laboratoriais, consulta com médico generalista e a dispensação de medicamentos através do Programa FARMACS, que garante a retirada dos medicamentos prescritos para controle e tratamento de uma grande variedade de patologias crônicas, sem custo de coparticipação.
Programa Farmacs: Programa para aquisição de medicamentos sem custo, visando o controle e tratamento de uma grande variedade de patologias agudas ou crônicas. O benefício é destinado aos funcionários CEDAE, CEDAE SAÚDE E PRECE, extensivo aos seus dependentes.
Programa Saúde na Medida: O Programa Saúde na Medida foi criado com o objetivo de incentivar hábitos saudáveis entre os colaboradores da CEDAE, oferecendo suporte médico e nutricional personalizado para controle de peso e promoção do bem-estar geral, em substituição ao Programa REEDUCAC.
O programa inclui uma série de benefícios, como atendimento médico e nutricional, exames laboratoriais e avaliação de composição corporal por bioimpedância. Além disso, como forma de estimular a participação, premiamos os três primeiros colaboradores que alcançarem a maior redução no percentual de gordura, por meio de uma competição saudável. Essa dinâmica fortalece o trabalho em equipe e contribui para a construção de uma cultura de saúde dentro da empresa.
Após o término do período de apuração dos resultados, todos os participantes continuarão recebendo acompanhamento médico e nutricional, com o objetivo de manter a motivação para adotar um estilo de vida mais saudável, buscando o peso ideal e combatendo o sedentarismo. O Programa acompanhou 100 beneficiários ativos em 2025.

12.2. Auxílio Creche e Pré-Escolar
O benefício é concedido aos colaboradores que possuam filhos com idade de até 6 (seis) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, consistindo em reembolso mensal para despesas com creche e jardim de infância, no valor unitário de até R\$ 1.014,09. No ano de 2025, foram contemplados 234 colaboradores, totalizando 257 dependentes beneficiados.

12.3. Auxílio Filho ou Dependentes com necessidades especiais
O auxílio tem por finalidade contribuir com o custeio das despesas dos colaboradores que possuam filhos com deficiência ou dependentes reconhecidos pela Previdência Social oficial, bem como aqueles sob tutela na forma da Lei. Para fins de concessão do benefício, a deficiência deverá estar enquadrada conforme a legislação específica vigente e ser devidamente atestada pela junta médica da Companhia e da Cedae Saúde. Atualmente, o benefício é concedido na modalidade de reembolso, no valor de R\$ 1.586,78. No ano de 2025 foi concedido a 150 beneficiários.

12.4. Auxílio Refeição
Os colaboradores da CEDAE recebem vale-refeição proporcional aos dias efetivamente trabalhados, limitado a 24 vales mensais, totalizando o valor de R\$ 1.430,64 por mês, sendo R\$ 1.192,32 referentes ao vale-refeição e R\$ 238,32 destinados ao ticket café da manhã.
Os benefícios estão previstos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2025/2026) e contemplam todos os colaboradores em atividade, das áreas operacional, comercial, administrativa e financeira.
Adicionalmente, a Companhia concede vale-alimentação (cesta básica) no valor mensal de R\$ 634,72, em conformidade com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), beneficiando igualmente todos os colaboradores.

12.5. Auxílio Transport
Em relação à concessão de Auxílio-Transporte aos colaboradores da empresa, oferecemos o auxílio para o itinerário residência-trabalho-residência por meio de transportes oficiais do Estado do Rio de Janeiro. A CEDAE manteve vigentes contratos com as seguintes empresas fornecedoras de serviços de vale-transporte e mobilidade corporativa: Riocard (até setembro de 2025), Mais Mobi, Jaé, Sindpass e Globalmob. Em 2025, o valor desembolsado pela Companhia neste programa foi de R\$7.768 mil.

12.6. Previdência Complementar
A Companhia possibilita aos seus colaboradores, de forma facultativa, contribuir para a previdência complementar, para que, no futuro, possam desfrutar de uma complementação na aposentadoria e assegurar, conforme a opção escolhida, pensão aos seus beneficiários, objetivando dar maior qualidade de vida na fase pós-laborativa. A Companhia contribui de forma paritária com os colaboradores que participam de um dos planos da PRECE, utilizando esse benefício como ferramenta de política de recursos humanos. No ano de 2025, houve 72 adesões de colaboradores da Companhia ao plano PRECE III, o único plano administrado pela PRECE aberto para novas entradas.

Sobre as saídas da Companhia e as opções realizadas nos planos de benefícios, foram observados 08 desligamentos dos planos com pagamento da reserva resgatável ou portabilidade e 09 aposentadorias concedidas no ano.

12.7. Programa Maternidade Cidadã
A Companhia libera suas colaboradoras para a amamentação de seus filhos recém-nascidos por mais 60 dias além da licença-maternidade oficial, contados do término da licença prevista no art. 7º da Constituição Federal. Após o retorno ao trabalho e com os filhos já sendo alimentados por outros meios além da amamentação, as colaboradoras retomam suas atividades mais tranquilas e seguras. Além de ser uma prática de liderança humanizada, esta reintegração está em linha com o ODS 5. Em 2025 foram beneficiadas 12 colaboradoras.

12.8. Jornada Reduzida para trabalhadores responsáveis por PCD
Um avanço relevante na consolidação das práticas de responsabilidade social da Companhia em 2025 foi o direito à redução de jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração, para empregados que sejam responsáveis legais por pessoa com deficiência que requeira atenção permanente. Os casos são analisados a partir da atuação integrada entre as áreas de Medicina do Trabalho e Serviço Social, garantindo análise técnica individualizada, acompanhamento periódico e controle adequado das concessões. Atualmente, 8 empregados encontram-se em exercício sob esse regime, reforçando o compromisso da Companhia com a inclusão, a equidade e a valorização das pessoas.

13. AÇÕES AMBIENTAIS CORPORATIVAS

13.1. Reutilização da Água
A Companhia mantém em seu prédio-sede uma Estação de Tratamento de Águas Cinzas (ETAC), que possibilita o reaproveitamento de água de pias, lavatórios, ar-condicionado e águas pluviais captadas das chuvas. São usadas nos sistemas de descargas sanitárias e no tratamento dos jardins.

13.2. Coleta Seletiva Solidária e Descartes de Lâmpadas Descontaminadas
Iniciado no prédio-sede, o programa Coleta Seletiva foi estendido para as unidades da Gerência Guandu-Lameirão, que receberam coletores de resíduos e caçambas para armazenamento de recicláveis. A ação visa conscientizar os colaboradores quanto à separação e descarte adequados dos resíduos por meio de palestras de sensibilização.
A área de Gestão Ambiental também implementou campanhas para estimular a destinação adequada de lâmpadas fluorescentes e materiais diversos recicláveis.
O projeto de compostagem orgânica, no prédio sede, gera resíduos que são transformados em adubo orgânico.
A Companhia incentiva a coleta seletiva de maneira permanente nos locais de trabalho, tanto de resíduos quanto de pilhas e baterias; cartuchos e toners de impressora; resíduos eletrônicos; medicamentos vencidos e lâmpadas, entre outros.

14. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

14.1. Tarifa Social
Em 2025, a CEDAE operou com a tarifa social de R\$ 4,119 por m³ pelo fornecimento de 6 m³ de água para os clientes de baixa renda nos municípios onde atua. Além de mais 100% desse valor para a coleta de esgoto. Assim, a Companhia proporciona à população carente o acesso aos serviços de saneamento básico, com a consequente melhoria de sua qualidade de vida, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual 25.438/99.

A tarifa social oferecida pela CEDAE é aproximadamente 40% inferior às tarifas normalmente praticadas em sua área de atuação. Em 2025, após a concessão dos serviços de distribuição de água e coleta de esgoto, 6.113 habitantes foram beneficiados pelo programa. Também manteve a isenção das tarifas de água e esgoto para organizações com finalidades sociais.

14.2 Ouvidoria Geral - Aproximação com a Sociedade
No decorrer de 2025, funcionando como primeira instância por meio dos caminhos SAC e Fale com a CEDAE, a Ouvidoria Geral efetuou 3.530 atendimentos, sendo 464 por telefone, 2.100 por e-mail, 420 atendimentos presenciais, 422 via site da CEDAE e 124 por outros meios. Ao todo, 100% dos casos foram solucionados na primeira instância. Já em segunda instância, a Ouvidoria efetuou 6 atendimentos, tendo solucionado 100% dos casos.

A Ouvidoria Geral funciona como agente mediador das demandas da população, promovendo mudanças e operando internamente para a solução pacífica de conflitos. Desta forma, assegura que a sociedade tenha voz ativa nos processos decisórios internos, garantindo *accountability* social (prestação de contas / controle) e gerando a melhoria da gestão pública.



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Inscrição Estadual: 84.780.707 Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Quadro de Indicadores – CEDAE

1 - Base de Cálculo	2025			2024		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	3.223.876			3.251.402		
Resultado operacional (RO)	(423.939)			677.927		
Folha de pagamento (FP)	687.444			598.167		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FP	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FP	% sobre RL
Alimentação	71.928	10,76	2,33	68.240	11,41	2,10
Encargos sociais compulsórios	217.360	31,62	6,74	195.212	32,64	6,00
Previdência privada	54.746	7,96	1,70	24.722	4,13	0,76
Saúde	518.704	75,45	16,09	330.902	55,32	10,18
Segurança e medicina no trabalho	958	0,14	0,03	1.193	0,20	0,04
Educação	265	0,04	0,01	3.539	0,59	0,11
Cultura	0	0	0	0	0	0
Capacitação e desenvolvimento proissional	2.251	0,33	0,07	1.143	0,24	0,04
Creches ou auxílio-creche	2.222	0,32	0,07	2.175	0,36	0,07
Participação nos lucros ou resultados	51.551	7,50	1,60	25.880	4,33	0,80
Outros- vale transporte	7.768	1,13	0,24	6.651	1,11	0,20
Total - Indicadores sociais internos	927.753	134,96	28,78	659.957	110,33	20,30
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.715	(0,64)	0,08	2.786	0,41	0,09
Cultura	0	0	0	0	0	0
Saúde e saneamento	1.874.934	(442,27)	58,16	1.594.760	235,24	49,05
Esporte	0	0	0	0	0	0
Combate à fome e segurança alimentar	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Total das contribuições para a sociedade	1.877.679	(442,91)	58,24	1.597.546	235,65	49,13
Tributos (excluídos encargos sociais)	270.005	(63,69)	8,32	217.657	32,11	6,69
Total - Indicadores sociais externos	2.147.654	(506,60)	66,62	1.815.203	267,76	55,83
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	723.670	(170,70)	22,45	493.072	72,73	15,16
Investimentos em programas e/ou projetos externos	25.429	(6,00)	0,79	11.255	1,66	0,35
Total dos investimentos em meio ambiente	749.099	(176,60)	23,24	504.322	74,39	15,51
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eicácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao inal do período	2.786			2.835		
Nº de admissões durante o período	0			0		
Nº de empregados(as) com remuneração superior a dois salários mínimos	2.786			2.835		
Nº de empregados(as) com idade inferior a 18 anos	0			0		
Nº de empregados(as) com mais de 10 anos de efetivos serviços na organização	2.714			2.733		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0			0		
Nº de estagiários(as)	261			253		
Nº de jovens aprendizes	138			119		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2.388			2.355		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	398			402		
% de cargos de cheia ocupados por mulheres	34%			31%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	293			296		
% de cargos de cheia ocupados por negros(as)	7%			5%		
Nº de portadores(as) de deiciência ou necessidades especiais	49			43		
Nº de apenados em ressocialização	827			754		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2024			Metas 2025		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	8,1			8,9		
Número total de acidentes de trabalho	88			70		
FAP - Fator Acidentário de Prevenção	1,12			1,08		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram deinidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram deinidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 3,530	no Procon 3,178	na Justiça 1,043	na empresa 2,648	no Procon 1,034	na Justiça 782
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na empresa 100%	no Procon 67,9%	na Justiça 59,%	Na empresa 100%	no Procon 92,90%	na Justiça 99%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2025: 2.307.035			Em 2024: 3.260.206		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	20 % governo 5 % acionistas	64% colaboradores (as) 7% terceiros 27% retido		14% governo 7 % acionistas	5 % colaboradores (as) 5 % terceiros 24 % retido	
7 - Outras informações						
1) A Companhia atua na atividade de Saneamento Básico com sede no município do Rio de Janeiro/RJ e é identificada pelo CNPJ N° 33.352.394/0001-04 emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB. 2) A CEDAE não utiliza mão de obra infantil, trabalho degradante e análogo à escravidão, não envolvendo-se com prostituição ou exploração sexual infantil ou adolescente e não está envolvida com corrupção. 3) A Companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente e coíbe as práticas discriminatórias.						
Responsável pela elaboração do Balanço Social: Renato Ferreira Coelho						
Tel: (021) 2332-3671 e-mail: renato.f.coelho@cedae.com.br						



Imprensa Oficial
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.

Assinado digitalmente em Terça-feira, 23 de Junho de 2026 às 04:50:24 -0300.